

BRUNO MATEUS PEREIRA DE ANDRADE

O SERTÃO DO JEQUITINHONHA:

**Demografia e família nas matas
São Miguel do Jequitinhonha (1889-1911)**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para obtenção do Bacharelado em História.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Silveira.

Mariana

2011

AGRADECIMENTOS

Ao orientador Dr. Marco Antonio Silveira, pela paciência em me ouvir, pelo apoio e valiosas contribuições ao longo dos últimos anos, dentro e fora da sala de aula. Aos demais professores do ICHS, pelo aprendizado e reflexões durante a minha formação, em especial ao Dr. Francisco Eduardo de Andrade, Dr^a. Andréa Lisly Gonçalves, Dr. Álvaro de Araújo Antunes, Ms. Fabiano Gomes da Silva e José Arnaldo Coelho de Aguiar Lima.

Aos secretários de Cultura e Turismo das prefeituras de Araçuaí, Minas Novas e, em destaque, ao Breno Antunes, secretário municipal de Jequitinhonha-MG; e a Leda Marques, secretária municipal da Assistência Social de Araçuaí: todos essenciais para que esta pesquisa fosse possível. A Célia, funcionária da Biblioteca Municipal de Araçuaí, e a almenarense Tânia Botelho, pela importante bibliografia disponibilizada. Ao “Zemar” e “Zé Rolinha”, do Cartório de Registro Civil de Jequitinhonha.

Aos amigos e colegas que convivi ao longo do percurso universitário. Aos moradores e ex-moradores das Repúblicas, do centro e das moitas, especialmente a Mocada e Buceta. Os momentos de descontração, debate e militância ao lado destes foram essenciais para que as reflexões e objetivos não fossem empobrecidos pelos “muros” da academia.

A Samantha, pelo carinho, paciência e incentivo.

A minha mãe, irmãs e a todos os demais familiares, que de alguma maneira, contribuíram decisivamente para que eu pudesse vivenciar este importante momento.

RESUMO

Esta pesquisa busca, primeiramente, de forma geral, compreender a volúvel organização administrativa do Médio Jequitinhonha, em Minas Gerais, ao longo do século XIX até os anos iniciais do XX. Paralelamente, visa atentar-se para as fontes primárias ainda existentes sobre a região, localização, condição de acesso e conservação. A partir daí, através de adaptações dos métodos tradicionalmente utilizados na História demográfica brasileira, o trabalho busca analisar as fontes cartoriais de registros de casamento e óbitos, instaurados após o início do período republicano, em busca de examinar as características populacionais e estratégias familiares dos que se estabeleceram nas proximidades da região, em especial, na área que compreenderia ao município de São Miguel de Jequitinhonha, criado por lei em 1911. Visando obter maiores informações acerca das condições sociais e econômicas que oferecesse sustentação a análise do objeto deste estudo, também foram consultados, além da documentação cartorial, jornais impressos, dados de recenseamentos gerais, relatos oitocentistas de viajantes europeus e bibliografia existente.

ABSTRACT

This research seeks, primarily, in general, understand the volatile Middle Jequitinhonha administrative, Minas Gerais, during the nineteenth century to the early years of the twentieth. At the same time, aims to pay attention to the primary sources still existing in the region, location, condition of access and conservation. At the same time, aims to pay attention to the primary sources still existing in the region, location, condition of access and conservation. From there, through adjustments to the methods traditionally used in Brazilian demographic history, the work seeks to analyze the sources of notarial marriage and death records, filed after the start of the Republican period, seeking to examine the characteristics of population and family strategies that settled near the region, especially in the area that would include the municipality of San Miguel de Jequitinhonha, created by law in 1911. In order to obtain more information about the social and economic conditions that offered support to analysis of the object of this study, were also consulted, as well as notarial documents, newspapers, census data general, nineteenth-century accounts of European travelers and existing literature.

Sumário

Introdução.....	6
1 – O Médio Jequitinhonha	15
1.1 – Um breve resumo historiográfico.....	15
1.2 - A organização administrativa do Médio Jequitinhonha.....	17
1.2.1 - Administração Jurídica.....	19
1.2.2 - Administração eclesiástica.....	20
1.2.3 – Administração militar.....	21
1.3 - A ocupação do Médio Jequitinhonha.....	23
1.3.1 - A ocupação das matas do Médio Jequitinhonha.....	30
2 - Demografia histórica e as fontes primárias no Médio Jequitinhonha.....	34
2.1 - Os registros civis na República brasileira.....	38
3 - Família e população em São Miguel do Jequitinhonha.....	42
3.1 - Total de Registros analisados.....	50
3.2 - Residentes em São Miguel do Jequitinhonha.....	52
3.3 - Naturalidade e Migração.....	55
3.4 - Natalidade e Mortalidade.....	61
3.5 - Outras considerações sobre as faixas etárias.....	65
3.6 - A diferença de idade entre os cônjuges.....	66
3.7 - Estratégias conjugais.....	68
3.8 - Ocupação.....	75
3.9 - Grau de Instrução.....	81
Considerações finais.....	82
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	85
APÊNDICE.....	93
ANEXOS.....	94

ÍNDICE DAS TABELAS

- 1- Documentação analisada
- 2 - Documentação existente no período posterior ao analisado
- 3 - Média de filhos entre as mulheres
- 4 - Motivo declarado do falecimento
- 5 - Idade declarada pelos cônjuges
- 6 - Diferença de idade entre os cônjuges
- 7 - Origem dos cônjuges (Destaque para os naturais de São Miguel de Jequitinhonha)
- 8 - Lista de ocupações declaradas
- 9 - Ocupações rurais
- 10 - Assinantes e não assinantes

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

- 1- Residência declarada ou não, entre as 4867 pessoas encontradas em toda documentação
- 2 - Residentes na freguesia/distrito de São Miguel X Residentes noutros locais
- 3 - Naturalidade entre os que residem na freguesia/distrito de São Miguel
- 4 - Naturalidade dos residentes da Freguesia/Distrito de São Miguel: por região
- 5 - Dos residentes do distrito/freguesia de São Miguel que não são naturais do Médio Jequitinhonha
- 6 - Faixa etária dos falecidos - a partir do primeiro ano completo
- 7 - Ocupação declarada

ÍNDICE DOS APÊNDICES

- A - Mapa histórico do Nordeste de Minas Gerais (1889-1911)

ÍNDICE DOS ANEXOS

- 1 – Divisão Política de Minas Gerais
- 2 – Áreas de ocupação e locais dos quartéis das 7 Divisões militares (1808-1831)
- 3 – População de Minas Gerais (1890-1930)
- 4 – População dos remanescentes do município de Araçuaí (1890-1950)

SINAIS E ABREVIATURAS

RAPM: Revista do Arquivo Público Mineiro

Introdução

Este é um estudo de enfoque regionalizado que busca analisar questões demográficas e de constituição das famílias residentes no então Arraial de São Miguel do Jequitinhonha entre os anos de 1889 e 1911. Partindo desta localidade e da sua dinâmica de crescimento econômico e populacional, busca-se contextualizar o Médio Jequitinhonha no território mineiro de forma a compreendê-lo a partir das condições existentes no período recortado.

São Miguel do Jequitinhonha, atual cidade de Jequitinhonha, que será tratada aqui por São Miguel do Jequitinhonha na maioria dos casos, está localizada no nordeste de Minas Gerais. Todo o Vale do Jequitinhonha esteve inserido, de forma direta ou indireta, no processo minerador ocorrido entre os séculos XVII e XIX. Especificamente, foram as regiões próximas à nascente do rio Jequitinhonha que estiveram inseridas na atividade mineradora durante este período, porém, foi principalmente a descoberta de diamantes no dito rio que modificaria incisivamente as condições populacionais e de exploração de todo o Vale. Neste período de exploração mineral, parte do Vale foi foco de grande migração, enquanto a outra parte se manteve isolada, proibindo-se de acesso àquele sertão, que se tornou, então, berço de diversas nações indígenas, que tiveram na mata a sua proteção natural.

Antes da ocupação de migrantes vindos de diversas outras regiões, os indígenas já eram responsáveis pela ocupação daquele espaço, vivendo de forma transitória e exclusivamente do que a terra podia lhes oferecer. Embora este não fosse um privilégio de Minas Gerais¹ ou muito menos do Vale do Jequitinhonha, desde o início do século XVII, a matança indígena se intensificou. No fim do período colonial, estima-se que existia no mínimo 10 mil indivíduos indígenas em toda a capitania². Ainda assim, estes aparecem nos registros sempre em número reduzido, estimados a partir de fontes imprecisas e critérios confusos, refletidos sob a qualificação de "mestiço", "caboclo", "fusco", "misturado", "misto" etc. No que se refere às principais localidades das Minas no começo do XIX, havia a presença de mais de 6 mil indivíduos indígenas. Neste mesmo período, o arraial de São Miguel do

¹ Maria Linhares afirma que: "Diferente do que esse tem afirmado, o imenso território a ser explorado era densamente povoado por vários milhões de homens e mulheres que passaram a ser denominados de índios, selvagens e bárbaros. Tratava-se de populações, como suas línguas e culturas diversificadas, longamente assentadas nas suas terras, com expressiva concentração no litoral, de norte a sul. Foram dizimadas, em seguida, pelos conquistadores, diríamos mesmo de forma sistemática aquelas que povoaram o litoral, e se estendiam pelo sertão árido". LINHARES, Maria Yedda Leite. *Possibilidades da história comparada no Brasil. A história agrária como uma experiência de pesquisa*. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org.). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002. p. 145.

² RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentio brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Tese de doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2003, p. 171.

Jequitinhonha, localizado da região de matas do Jequitinhonha, sede da 7ª Divisão Militar, contaria com apenas 22 indígenas.³

O viajante naturalista francês, Auguste de Saint-Hilaire, em viagem a São Miguel do Jequitinhonha, em 1817, relatou a constante presença de diversas etnias indígenas que residiam próximas àquele arraial, chamando a atenção para a utilização destes como mão de obra doméstica. É possível que estes 22 indígenas relatados sejam apenas os que cumpriam função doméstica no arraial. Como contraponto, o mesmo Saint-Hilaire declara que “o comandante Julião Fernandes (...) avaliava em cerca de dois mil indivíduos a população indígena vizinha ao rio”.⁴ Este dado, apenas reforça a imprecisão das pesquisas em relação ao verdadeiro número de indígenas que habitavam o território mineiro. Não apenas as matas do Jequitinhonha, mas também as regiões abastecidas pelos rios Mucuri e Doce estiveram ocupadas por inúmeras populações indígenas até o início do século XIX. Com o aval da Coroa, de 1808 em diante, novos migrantes apropriaram-se de forma privada dos territórios indígenas de maneira ofensiva, espontânea e consciente, utilizando-se da guerra e da miscigenação como uma alternativa paralela para assimilar as populações autóctones, inclusive como mão de obra⁵. As instituições religiosa⁶ e estatal – por ação da 7ª Divisão Militar⁷ -, assim como empresas de comércio e diversos indivíduos, foram responsáveis por

³ *ibidem*, p. 186. O mesmo número de indígenas é declarado residindo nas proximidades dos rios Mucuri, Doce e Jequitinhonha em 1826. *RAPM*, Belo Horizonte, v. 11, 1906, p. 172.

⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975, p. 242 e 251.

⁵ MATTOS, Izabel Missagia de. “*Civilização e Revolta*”: povos Botocudos e indigenismo missionário na Província de Minas. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2002. A intencionalidade e os interesses por detrás destas ações variam de acordo com o indivíduo ou a razão de sua chegada ao local. O conflito a partir de interesse institucional ou particular travado ali não é contra o estrangeiro, mas, sim, contra o autóctone: As fronteiras internas estão relacionadas às resistências, no interior da América portuguesa, ao avanço da ocupação luso-brasileira. Não estão ligadas, portanto, à disputa por áreas de soberania portuguesa e espanhola na América, mas a conflitos que se dão no interior do próprio território colonial lusitano, travados entre grupos luso-brasileiros e grupos indígenas, principalmente “tapuias”. Trata-se de limites não institucionais, temporários e colidentes, que se estabelecem entre territórios de ocupação luso-brasileira e espaços habitados por “tapuias.” (SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. Tese de doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2010, p. 23).

⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 23. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1984, p. 145; POEL, Francisco Van Der. *Ofm. Bibliografia do Jequitinhonha e Outras Coisas de lá*. Belo Horizonte: IOF, 1986; Destaque para a ação dos franciscanos que, do fim do século XIX em diante, foram constantes na região do Médio-Baixo Jequitinhonha, visando civilizar, principalmente através da capacitação técnica do indígena para o trabalho que também lhe fosse útil.

⁷ Política que visava uma “guerra justa”, estendida oficialmente até a terceira década do século XIX, quando seria enfatizada a busca pela civilização do indígena, principalmente a partir da miscigenação (MATTOS, Izabel Missagia de. “*Civilização e Revolta*”: povos Botocudos e indigenismo missionário na Província de Minas. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2002.). No caso das Minas, a ação do militar francês Guido Thomas Marlière, diretor geral dos Índios de Minas Gerais entre 1813 e 1827, converge para uma mudança de perspectiva, que enxerga na violência contra os nativos um empecilho ao bom assentamento da civilização. AGUIAR, José Otávio. *Legislação indigenista e os ecos autoritários da “marselhesa”*: Guido Thomaz Marlière e a colonização dos sertões do rio Doce. Projeto História, São Paulo, n.33, p. 83-96, dez. 2006.

um embate travado de forma multidirecional, descontínua e irregular em prejuízo ao autóctone, principalmente os temidos e “bravos” botocudos.⁸

Embora com a presença de tanta gente, esta região intensamente povoada por indígenas se manteve por longo período caracterizado como *sertão*. Ao longo da história do Brasil, o conceito de sertão teve apropriações diferenciadas, por vezes até divergentes. Facilmente encontrado no relato de administradores, exploradores, viajantes e moradores, encontrou no imaginário social do período colonial brasileiro uma dualidade em grande parte contraditória. Ao mesmo tempo em que representou a possibilidade de descoberta do novo e desconhecido - na possibilidade de novas riquezas -, representou também, o lugar dos não civilizados, despovoado e de inúmeras doenças e dificuldades.

Neste sentido, ao longo do século XIX, especificamente a partir do processo de independência política, a necessidade de se pensar uma nação gera transformações no que se compreende como *sertão*. Construir a história da nação brasileira foi uma das principais preocupações que ocupou a mente de Varnhagem, Januário da Cunha Barboza e outros membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – além de viajantes europeus, como K. Martius, que alertava que a formação da nação brasileira deveria ser pensada a partir da ligação entre as três raças: “branca, preta e cor de cobre” – mistura formadora da atual população brasileira.⁹ Sob o olhar do europeu, como nos demonstram os relatos de Spix e Martius, presentes aqui nas primeiras décadas do XIX, há uma visão diferenciada sobre o sertão mineiro, causada exclusivamente pela sua longa cadeia de montanhas, que desemboca num imenso cerrado, cheio de vilas e povoados espalhados. Sertão que dizem ainda ser promissor, porém, cheio de doenças e diversos outros problemas causados pela mestiçagem.¹⁰

As gerações que se seguiram a este debate, buscaram avançar trazendo diversas maneiras de interpretar e conhecer a população miscigenada. Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, nos apresenta uma tentativa da geração do fim do século XIX de conhecer melhor o brasileiro, ainda em busca da formação da nação brasileira, vista a partir de sujeitos diversos, como na contraposição da figura do litorâneo com a do sertanejo. A partir daí, a busca de Euclides por conhecer o sertão e o sertanejo demonstra claramente os estereótipos presentes ao considerar a figura do sertão como local inóspito e duro ao convívio, formador de um homem duro e retrógrado. Entretanto, no caminhar de sua pesquisa, o sertão perde parte da

⁸ Termo e perspectiva retirada da Carta Régia de 13 de maio de 1808. In: BRASIL. *Colecção das Leis do Brazil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 37-41.

⁹ MARTIUS, Karl Friederich P. V. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 6: 381-403, 1844; 2ª ed., p. 389-411.

¹⁰ SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friederich. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

sua negatividade e Euclides passa a enxergar aspectos positivos na figura do sertanejo, chegando a considerá-lo como o verdadeiro brasileiro. Já nas primeiras décadas do século XX, a mestiçagem começa a tomar outros rumos, oferecendo condições para se pensar uma nação brasileira que deu ou pode dar certo – exemplo disso são as obras de Gilberto Freyre.¹¹

Esta dualidade entre litoral e sertão, em que o último é sinônimo de atraso, em comparação à civilização encontrada no litoral, permanece até as primeiras décadas do século XX, sendo argumento para justificar-se a necessidade de se construir ferrovias e estradas que intensificassem a interiorização do Estado¹² - assim como a utilização das vias fluviais e a abertura de novos caminhos¹³. Enfim, há, portanto, como chama atenção Márcio Santos, a necessidade de se distinguir “quem fala, ou melhor, escreve sobre o sertão”: o lugar social no qual se insere, sob qual finalidade o faz, e, claro, o tempo histórico em que se encontra¹⁴. Esta distância do olhar e o desconhecimento do sertão, aliados a todas as dificuldades impostas por este ambiente “menos moldado” do sertanejo, conceberam-no em muitos casos como lugar privilegiado para o abrigo de fugitivos e criminosos. Esta visão, novamente, colabora com a visão pejorativa do sertão. É o que demonstram inúmeras pesquisas sobre a criminalidade que estivera presente no sertão.¹⁵ Entretanto, as próprias condições de vida, as necessidades de sobrevivência e a ausência da ação direta do poder estatal colaboraram para o uso da força e o engrandecimento do poder local.

Portanto, o próprio processo de ocupação do sertão exigiu que os seus ocupantes criassem maneiras de sobreviver num mundo de conflitos e de papéis marcados, diferente das áreas litorâneas que desfrutavam da maior presença das instituições régias. É justamente essa ideia de grandes vazios “incultos” e “desabitados” o grande elemento que definiu o sertão em inúmeros trabalhos¹⁶, associando-o diretamente ao desconhecido e ao não civilizado, o que recorrentemente atingia um tom pejorativo. O sertão, portanto, da forma como foi colocado em diversos momentos ao longo da história brasileira, foi em parte um termo utilizado pelo

¹¹ Principalmente: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 23. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1984.

¹² LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999, p. 60.

¹³ SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. Tese de doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2010, p. 174-181.

¹⁴ *Ibidem*, p. 350.

¹⁵ Talvez o principal deles seja ANASTASIA, Carla Maria. *A Geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. Vale também registrar a obra: BATISTA, Dimas Jose. *A administração da justiça e o controle da criminalidade no Médio Sertão do São Francisco, 1830-1880*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2006. O autor busca demonstrar a tentativa do Estado em estender-se pelo sertão.

¹⁶ DEL PRIORE, Mary. *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Campus. Rio de Janeiro, 2000, p. 80.

litorâneo, estrangeiro ou migrante para representar o seu desgosto e, principalmente, o seu desconhecimento em relação ao interior do continente.

Tendo isso em mente, o sertão do Jequitinhonha será tratado aqui como um lugar desconhecido aos olhos de quem chega - deste migrante que desconhece o ambiente de matas ou *caatinga* que lhe espera, mas que vem em busca de melhores condições de vida, projetadas a partir da possibilidade de encontrar uma terra ainda rica, fértil, pouco explorada e disponível aos que pretendem cultivá-las. Apesar de não se tratar de uma terra despovoada, pelo contrário, pois como vimos acima já se encontrava habitada por diversas nações indígenas, é este o cenário atribuído à região pela historiografia, e que aqui será estudado.

Porém, no que se refere ao Vale do Jequitinhonha, há divisões que o distinguem internamente pela marcante diferenciação geográfica interna. Moreno explicita esta diversidade:

Seguindo o curso do rio, o Vale do Jequitinhonha foi dividido em três regiões distintas: a primeira região foi denominada de Alto Jequitinhonha, indo da nascente até o encontro dos rios Araçuaí e Jequitinhonha - uma região de cerrado; a segunda região é o Médio Jequitinhonha e situada a partir da confluência dos rios Araçuaí e Jequitinhonha até o arraial do Salto Grande, que por sua vez foi dividido em Médio Alto e Médio Baixo - região de caatinga e mata atlântica; e a terceira é o Baixo Jequitinhonha, região entre Salto Grande e Belmonte, já na Capitania de Porto Seguro.¹⁷

Logo em seguida, o autor complementa explicando que “de acordo com o roteiro de penetração dos aventureiros” e “com o processo de colonização, povoamento e exploração da terra, surgiram as quatro regiões, três em território mineiro e uma em território baiano.” Por fim define que “a região estudada neste trabalho é o Médio-Baixo Jequitinhonha, denominada aqui de Baixo Jequitinhonha, situada em território mineiro, onde foi instalada a 7ª Divisão militar (...)”. A mesma escolha do autor é repetida entre os demais pesquisadores que se propõem a tratar a região como uma divisão já consolidada pela prática costumeira.

No que se refere às divisões do Médio Jequitinhonha apresentadas por Moreno, de fato há considerável distinção no processo histórico decorrido nestas regiões, o que refletiu diretamente nos seus dados demográficos e nas condições econômicas e políticas. Na citação utilizada acima, o autor ainda se refere à Capitania de Porto Seguro, portanto, esta divisão teria sido consolidada ainda em período colonial. Diz ainda que o surgimento das quatro divisões estaria ligado ao “roteiro de penetração dos aventureiros”. No entanto, no período da Capitania de Minas Gerais, o Médio Jequitinhonha se encontrava de uma única forma: pouco

¹⁷ MORENO, Cezar. *A colonização e o povoamento do baixo Jequitinhonha no século XIX: A guerra contra os índios*. Belo Horizonte: Canoa das Letras, 2001, p. 47-48.

povoado e com pequenos arraiais de reduzido número de habitantes, espalhados por diversas partes. O reflexo desta condição foi apresentado pelos relatos dos diversos viajantes que estiveram no Brasil no começo do século XIX. Contextualizando, portanto, as razões para esta divisão do Jequitinhonha, o “povoamento e exploração da terra” não podem ser pensados naquele momento como razões para distinção entre as regiões, já que em ambas este processo estava ainda em fase inicial e pouco distinta. Portanto, durante o período colonial, a única razão entre as citadas que justificaria a indicação das quatro regiões do Vale do Jequitinhonha seria a distinção geográfica existente ao longo do próprio rio.

Pensando a realidade do Médio Jequitinhonha ao longo do século XIX, deve-se ter em mente “a necessidade de se ultrapassar a ideia de ‘regiões’ como puras ‘paisagens naturais’ dado que são, a um só tempo, espaços sociais, econômicos, políticos, naturais e culturais”.¹⁸ Portanto, aos olhos do historiador que se propõe analisar o seu objeto da forma menos anacrônica possível, os aspectos naturais não podem ser os fatores únicos na diferenciação entre regiões, apesar de, sem dúvida, servirem como mais um elemento na tentativa de se estabelecer distinções locais. Eles, porém, estão articulados com outros aspectos sociais e históricos. Esta realidade histórica, também formadora do que se compreende como região, não pode ser vista como algo atemporal e pressuposto, como se fosse um quadro estático que deve apenas ser preenchido com informações.

A região se constitui não apenas pelo que há de homogeneidade interna; ela também está em diálogo constante com o externo, reafirmando as suas semelhanças e distinções frente a este “outro”. Esta contraposição com o outro ajuda a romper e a reafirmar as percepções de unidade.¹⁹ A região, portanto, “não é mais do que uma noção histórica modelada pelas situações, debates e conflitos que caracterizam um período e um lugar”.²⁰ Ela é o que delimitamos como tal, dependendo diretamente do nosso objetivo e conhecimento.

Deste modo, o Médio Jequitinhonha é compreendido aqui a partir do que se apresenta ao longo do trabalho como o contexto vivido naquela região. Partimos da compreensão de uma região que durante todo o século XIX foi marcada pelo seu baixo crescimento econômico e demográfico. As matas do Jequitinhonha estiveram ligadas administrativamente às comarcas

¹⁸ CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira; PAULA, João Antônio de. *História Econômica e Regionalização: Contribuição a um Desafio Teórico-Metodológico*. Est. econ., São Paulo, v. 38, n. 3, Julho-setembro, 2008, p. 494.

¹⁹ SAHLINS, Marshall. *História e Cultura: apologia a Tucídides*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

²⁰ RONCAYOLO, Marcel. “Região”. In.: ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, v. 8, 1986, p. 187.

e termos²¹ de Minas Novas, e ao município de Araçuaí, após esta última se emancipar da primeira, permanecendo nesta condição até o fim da primeira década do século XX. O comércio que se direcionou para Araçuaí, e que de lá atendeu diversas outras regiões do vale das Minas, necessitou da ação militar frente ao indígena visando gerar condições para a manutenção do comércio. Os aldeamentos indígenas promovidos pela Sétima Divisão foram responsáveis inclusive pela construção de canoas, veículos responsáveis pelo transporte das cargas vindas do território baiano.

Para além das questões que dão homogeneidade ao processo histórico entre a caatinga e as matas do Médio Jequitinhonha durante o século XIX, a heterogeneidade desta região mineira é afirmada e diretamente dependente do Jequitinhonha baiano. É, portanto, imprescindível considerá-lo em nossa análise. A importância da Bahia na constituição do Médio Jequitinhonha reafirma a sua condição de parte integrante da divisão do rio Jequitinhonha, constituindo o Baixo Jequitinhonha.²² A consolidação do povoamento, a ocupação da terra e outros fatores históricos que irão futuramente consolidar o Baixo Jequitinhonha como região das matas do Jequitinhonha mineiro, retirando-o da parte baiana, fazem parte de uma realidade política-administrativa, e também histórica, posterior ao período aqui analisado. Assim, utilizando de uma concepção teórico-metodológica de história regional, objetiva-se também proporcionar melhores condições para a compreensão de aspectos históricos da região nordeste de Minas Gerais que, por diversas vezes ao longo dos

²¹ Comarca é a divisão judicial de um Estado, subdividida em termos e sob a alçada de um juiz de direito. Sob o contexto setecentista, é a divisão intermediária interna da capitania. Já o termo de vila ou cidade é o distrito, ou espaço de terra, aonde chega a jurisdição dos juizes ordinários ou de fora. Cf. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.; PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira* - por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832; e *Diccionario Caldas Aulete*, originalmente editado a partir de 1881. Disponível em <http://aulete.uol.com.br> e digitalmente oferecido em <http://www.auletedigital.com.br>. Acesso em 29 de setembro de 2011. Sinteticamente, nas palavras de Veloso: “As Comarcas se dividiam em termos, com sedes nas vilas ou cidades; os termos se dividiam em freguesias (divisão eclesiástica que forma a paróquia mas que também servia à administração civil). As freguesias por seu turno se dividiam em bairros, de limite e caráter extremamente imprecisos.” (VELLOSO, André. MATTOS, Ralfo. *A rede de cidades do Vale do Jequitinhonha nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Geonomos, v.5, p.49-60, 1998, p.74)

²² Para esta pesquisa, resolveu-se adotar o mapa produzido por Amilcar Vianna Martins Filho, disponível no Anexo I. Compreende-se que as divisões adotadas pelo mapa de Martins Filho atendem melhor aos interesses desta pesquisa, pois, embora não de forma precisa, ele nos oferece condições para melhor visualização do que compreende-se aqui como o Médio Jequitinhonha e as demais regiões à sua volta. Existem diversas opções de mapas de Minas Gerais produzidos a partir de estudos sobre o século XIX, como os Clotilde Paiva, Douglas Libby, Alexandre Cunha, Amilcar Vianna Martins Filho, Maria Salazar Martins, etc., cada um feito a partir do interesse da sua pesquisa. Entretanto, as mudanças apresentadas no decorrer deste capítulo visam alertar para as constantes mudanças administrativas ocorridas em Minas ao longo do século XIX. Percebe-se assim o quão complexo é dividir Minas Gerais em um período que abrange tantas transformações. Para além da divisão administrativa, compreende-se também que as atividades econômicas da região podem sugerir outras divisões diferentes da adotada neste trabalho, principalmente se propostas pelos próprios indivíduos residentes em Minas Gerais no Oitocentos.

últimos 300 anos, foi incluída como pertencente a outras divisões autônomas ao território das Minas²³.

O recorte cronológico estabelecido neste estudo possibilita acompanhar permanências e transformações ocorridas na região das matas do Jequitinhonha no período de transição dos séculos XIX e XX, permitindo acompanhar a região a partir das mudanças ocorridas no decorrer da formulação e consagração da política republicana. De forma mais precisa, será tratado o arraial de São Miguel do Jequitinhonha entre os anos de 1889 e 1911. O início do período republicano converge com o momento de crescimento demográfico e econômico das matas do Jequitinhonha, que ofereceu, em 1911, condições políticas e populacionais para que São Miguel do Jequitinhonha se emancipasse de Araçuaí e se tornasse a sede municipal dos demais distritos localizados nas matas do Jequitinhonha.

São Miguel do Jequitinhonha é, desde o início da segunda década do Oitocentos, uma das principais povoações daquelas matas. Como sede da 7ª Divisão militar, foi centro gerador da instalação dos quartéis de Vigia, Água Branca, Salto Grande e Bonfim, e também responsável pelos aldeamentos de Santo Antonio do Itinga, Farrancho, Rubim e outros. Entretanto, a escolha do recorte também está diretamente relacionada à localização e existência das fontes. Partindo da grande dificuldade de se estudar o Médio Jequitinhonha a partir de dados empíricos, buscou-se conhecer a realidade da documentação produzida sobre a região e estabelecida na mesma. A partir desta busca, fixou-se a análise nas fontes de registro civil de casamento e óbito, localizados no depósito do Cartório de Registro Civil da cidade de Jequitinhonha. As condições da documentação e o difícil acesso ao local exigiram estratégias que fizeram do trabalho um processo árduo e consideravelmente demorado, porém satisfatório. A partir desta documentação, foi construído um banco de dados que fundamenta toda a análise aqui empreendida, principalmente a realizada no terceiro capítulo.

Paralelamente, jornais impressos do começo do século XX, localizados na Hemeroteca histórica de Belo Horizonte, relatos encontrados da *Revista do Arquivo Público Mineiro*, leis provinciais e estaduais, relatos de viajantes, livros de toponímia e um intenso levantamento bibliográfico sobre o material de origem regional agregaram informações acerca da

²³ O político e empresário Teófilo Benedito Otoni, em meados do século XIX, foi um dos que se esforçaram para que ocorresse esta divisão; recentemente, no fim da década de 1980, surgiu a proposta da criação do Estado do São Francisco. Há vários debates sobre o tema, com críticos e defensores. Alguns exemplos: VIANNA, Urbino. *Bandeiras e Sertanistas bahianos*. São Paulo: CIA editora Nacional, 1935; ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Território e geopolítica nas Minas Gerais do século XIX*. Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, v. 11, n. 16, jan./jun., 2009. p. 71-88; PEREIRA, Laurindo Mékie. *História de uma "história"*: ensaio sobre o pensamento regionalista norte-mineiro. XVIII Encontro Regional de História: ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Os projetos já sugeriram vários nomes, entre os principais: Estado do São Francisco e Estado Minas do Norte.

organização administrativa e de períodos anteriores e posteriores ao próprio recorte, possibilitando compreender a situação política, jurídica e eclesiástica da região, e organizar o conteúdo e as considerações traçadas.

Quanto aos aspectos metodológicos, as questões colocadas pela demografia histórica permitiram uma análise e organização documental de forma quantitativa e qualitativa. Permitindo observar além de uma ampla população de origens e condições distintas, a documentação possibilitou analisar as condições agrárias da região, que se aplicam não somente ao Médio Jequitinhonha, mas que também ajudam a “revelar a face oculta de uma sociedade fundamentalmente agrária até um passado bem recente”.²⁴

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, pretende-se reconstituir alguns aspectos acerca das divisões administrativas do Médio Jequitinhonha. Posteriormente, o contexto político, econômico, histórico e populacional será trabalhado de forma sintetizada, com o objetivo de se estabelecerem as condições existentes durante os períodos colonial e imperial. O segundo capítulo buscará discutir aspectos teórico-metodológicos a partir das fontes utilizadas na pesquisa. Pretende-se apresentar uma breve discussão sobre as potencialidades do método aplicado. As fontes utilizadas e as suas condições de acesso estão, de certa forma, diretamente relacionados com o modo pelo qual a análise demográfica será empreendida. Por fim, busca-se a compreensão de aspectos que estão relacionados às fontes civis, em contraposição às potencialidades geralmente observadas em relação às listas nominativas e fontes paroquiais. No terceiro capítulo, propõe-se, fundamentalmente, apresentar e contrapor os resultados obtidos a partir da análise e do cruzamento das informações existentes nos registros civis de óbito e casamento com os recenseamentos gerais. Neste processo, serão analisadas as características da constituição de famílias em São Miguel do Jequitinhonha, buscando-se apresentar algumas das estratégias por elas utilizadas. Além das estratégias familiares, aspectos sobre as condições de vida, a migração e a economia local também serão focos de análise, numa tentativa de articular a realidade local com as demais localidades encontradas nas proximidades, tanto no lado mineiro quanto no baiano.

²⁴ LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da Agricultura Brasileira: Combates e Controvérsias*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981, p. 128-129.

1 – O Médio Jequitinhonha

1.1 – Um breve resumo historiográfico

Pode-se separar em três os grupos de historiadores que se referiram à região do Médio Jequitinhonha no último século. Primeiramente, há os trabalhos dos historiadores que, partindo da tendência da historiografia do início do século XX, buscavam criar uma história geral da nação brasileira. Este grupo, composto de renomados historiadores como Diogo de Vasconcelos, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior e João Camilo de Oliveira Torres, nos apresenta diversas informações sobre as explorações primárias pelo interior mineiro.²⁵ Ao tratar do nordeste mineiro, algumas das principais referências destes autores foram as expedições ocorridas ainda nos séculos XVI e XVII por ação de diversos exploradores que buscaram adentrar o território e explorar as suas matas.²⁶ Partindo do que conheciam estes pesquisadores, observava-se a extensão da realidade econômica, política e demográfica do Distrito Diamantino, de Minas Novas e da Bahia. Notou-se que, a partir do século XVIII, a região ainda se caracterizava por uma baixa densidade populacional e pela forte presença de diversas tribos indígenas – sendo a maioria de *gentios bárbaros*.²⁷

Embora seja um movimento ainda presente nos dias atuais, é principalmente a partir da década de 1980 que a historiografia sobre Minas Gerais, preocupada em problematizar a questão da decadência aurífera, propõe, a partir de um estudo regionalizado, um aprofundamento sobre as *nuances* da sociedade mineira no século XIX. Fruto desse novo movimento historiográfico, trabalhos como os de Douglas Libby, Ângelo Carrara, Clotilde Paiva e muitos outros²⁸ oferecem novas ferramentas para a análise da realidade econômica de Minas no século XIX, que, embora cada vez mais ruralizada, continuava crescendo

²⁵ São exemplos deste tipo de perspectivas, trabalhos como VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. 4. Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974; HOLLANDA, Sergio Buarque. *Metals e pedras preciosas*. In: *História geral da Civilização Brasileira*, T.1, V.2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993; PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2008; TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Difusão Pan Americana do Livro. V. I, II e III, 1961, entre outros.

²⁶ Exploradores como Spínosa-Navarro e Sebastião Fernandes Tourinho vieram a partir dos litorais da Bahia e do Espírito Santo, respectivamente. Há vários trabalhos que relatam estas expedições de forma mais detalhada. Alguns exemplos destes são: VIANNA, Urbino. *Bandeiras e Sertanistas bahianos*. São Paulo: CIA editora Nacional, 1935; TORRES, *op cit*; e MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais* [1837]. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, Vol. 1, 1981.

²⁷ ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política de Minas Gerais: memória histórica da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995, 133-141.

²⁸ Refere-se aqui a publicações como LIBBY, Douglas Cole. *Transformações e Trabalho em uma Economia escravista: Minas Gerais no Século XIX*. São Paulo: brasiliense, 1988; CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais: produção e Mercado interno de Minas Gerais (1674-1807)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007; PAIVA, Clotilde de Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de doutoramento em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996, além de dezenas de outros pesquisadores.

demograficamente e importando mão-de-obra escrava. Nas Palavras de João Fragoso, ao pesquisar as atividades econômicas constituídas na América portuguesa:

a agricultura [e a pecuária], na verdade, teria[m] sido ‘a solução encontrada para a implantação e crescimento da empresa e sociedades mineradoras’ (...) ,[que], na realidade, o que se observa, nos últimos 50 anos do século XVIII, é uma mudança nos rumos da economia de Minas Gerais.²⁹

O aprofundamento cuidadoso a partir dos relatos de viajantes estrangeiros, das listas nominativas e de diversas outras fontes cartorárias e administrativas possibilitaria obter dados mais concretos sobre as características econômicas e sociais de Minas Gerais.

Embora tenha tido seu primeiro processo de ocupação efetiva ainda no período colonial, tendo a economia mineradora como o principal atrativo, a região compreendida pelo termo de Minas Novas nas primeiras décadas do século XIX caracterizava-se pela existência de grandes áreas de *caatinga* e mata atlântica ainda pouco explorada. Ainda assim, devido aos seus objetivos de pesquisa, os historiadores deste segundo grupo buscaram apenas reafirmar o baixo desenvolvimento demográfico e econômico da região. Considero que o terceiro grupo - também presente ainda nos dias atuais e que não necessariamente contraria o grupo anterior - caracterizou sua reflexão sobre a região conhecida como o Vale do Jequitinhonha por dois principais fatores: a propagação das informações sobre a condição econômica e social da região, tida naquele momento como uma das regiões economicamente mais pobres do Brasil; e a grande influência exercida por outras ciências humanas, principalmente a Antropologia. Ocorre neste grupo um trabalho de valorização da cultura do sertanejo e de recuperação do passado indígena da região, muitas vezes caminhando para afirmar o que teria sido uma injustiça dos brancos em relação aos indígenas. Pode-se citar como exemplo desta perspectiva as seguintes palavras de Moreno:

A colonização e o povoamento do Baixo Jequitinhonha em Minas Gerais se deu com a apropriação privada do território de caça, pesca e coleta dos boruns, através de uma ocupação, que integrou, à força, os índios ao mundo “civilizado”, dentro do modelo europeu, aldeando, destribalizando e desculturando, ou exterminando, à medida que os soldados e colonos foram invadindo a mata. (...)

Durante todo o século XIX, a mata foi invadida e devastada, seus habitantes sofreram os mais cruéis estragos, devido ao violento desmatamento e às queimadas que se intensificaram e deixaram uma herança terrível. A mata foi extinta pela força do machado do colono, transformada primeiro em área de agricultura, e, depois, em pastagens de criação de gado, gerando, no final do século, a concentração de terra e riqueza.³⁰

²⁹ FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2. ed. Revisada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 124-125

³⁰ MORENO, Cezar. *A colonização e o povoamento do baixo Jequitinhonha no século XIX: A guerra contra os índios*. Belo Horizonte: Canoa das Letras, 2001, p. 176-177.

Não é o objetivo deste trabalho dar sequência a este debate sobre o conflito entre os indígenas e os migrantes. Buscar-se-á aqui dar continuidade à tendência atual de aprofundamento dos estudos regionalizados com o intuito de se perceber as transformações ocorridas na região pesquisada à luz das dinâmicas econômicas e político-administrativas de Minas Gerais e do Brasil no século XIX e início do XX, especialmente no que se refere às primeiras duas décadas da República brasileira.

Os trabalhos do terceiro grupo, por serem ricos em informações sobre a região pesquisada, foram, sem dúvida, de grande valia para esta pesquisa. Entretanto, talvez também pelo número comparativamente reduzido de trabalhos e pesquisadores sobre a região, em alguns casos se vê o peso de uma tradição ensaística. Este fato não necessariamente retira o mérito dos trabalhos, mas, ao articular múltiplos temas e períodos históricos, abrindo mão de pesquisas tipicamente monográficas - como se tem feito em relação as regiões mineradoras ou agroexportadoras de Minas -, correm o risco de deixar de lado parâmetros fundamentais para a maior compreensão dos múltiplos aspectos relacionados à ocupação e organização econômica e social do Médio Jequitinhonha.

1.2 - A organização administrativa do Médio Jequitinhonha

Inúmeras pesquisas realizadas nas últimas décadas vêm apresentando as transformações econômicas, políticas e sociais da sociedade mineira no final do século XVIII e começo do século XIX, principalmente a partir da mudança da Corte portuguesa para o Brasil. Dentro desta teia de inúmeras transformações, está a reorganização jurídico-administrativa da então colônia. Como relata Theophilo Feu de Carvalho, problemas causados pelo entrelaço entre as organizações militares, jurídicas e eclesiásticas estavam se tornando cada vez mais comuns. A tentativa de acompanhar a expansão da ocupação do território mineiro provocou um constante processo de revogação e criação de novas leis. As freguesias - organização administrativa eclesiástica - ampliavam-se por vezes sobre áreas administradas de outros municípios, forçando, por sua vez, a reformulação das divisões então estabelecidas.

O processo de modificação da organização jurídico-administrativa das Minas acompanhou e sofreu influência direta das transformações políticas ocorridas no território luso-brasileiro durante o período oitocentista. Nos primeiros anos do século XIX, mesmo após todo o alvoroço econômico e demográfico causado pela extração aurífera e diamantífera, a então Capitania de Minas Gerais ainda era dividida em quatro Comarcas - Vila Rica, Rio das Velhas, Serro do Frio e Rio das Mortes. De 1815, data de criação da Comarca do Paracatu – a

quinta –, até 1875, a organização jurídico-administrativa de Minas desdobrou-se num total de quarenta novas comarcas. Portanto, no prazo de sessenta anos, a província mineira saltou de cinco para quarenta e cinco comarcas, e assim se manteve, multiplicando-se, até o fim do Império. No ano de 1891, início do período republicano, o território mineiro já se encontrava dividido em 115 comarcas.

Neste trabalho, não serão discutidas as transformações jurídico-administrativas oitocentistas de forma mais ampla e detalhada, como o tema exige; os dados apresentados acima são apenas indícios das inúmeras transformações administrativas ocorridas em Minas, assim como em todo Brasil durante o período oitocentista. É, também, quase impossível traçar uma separação entre a administração jurídica e eclesiástica no que toca à organização institucional do Brasil Colônia e Império. Uma estava diretamente relacionada à outra. Foi comum a ação religiosa antecipar-se ao Estado, tendo a sua confiança como garantidora da ordem social e do controle moral.³¹ A ampliação dos curatos e paróquias exigiu o acompanhamento e a constante reformulação por parte das autoridades régias, que só se faziam simbolicamente presentes após a elevação à categoria de vila, que tinha como exigência a instalação da casa de câmara e cadeia e do pelourinho.

Não obstante as divisões jurídico-administrativa, eclesiástica e militar, o Médio Jequitinhonha possuía ainda uma marcante distinção geográfica. Particularmente, é na região das caatingas onde se encontrava a sede do município de Araçuaí, no qual, nos três primeiros quartos do século XIX, verificou-se uma significativa expansão demográfica. A outra região que compõe o Médio Jequitinhonha, caracterizada pelas matas, se mantém até este mesmo período marcado por uma baixa ocupação e pela forte presença de nações indígenas consideradas hostis. Naquele momento, a divisão das regiões do Médio Jequitinhonha em duas partes, como apresentado na introdução, se baseia na distinção entre aspectos naturais e demográficos que as distinguem. Entretanto, este trabalho busca demonstrar o quão, apesar desta disparidade, essas duas partes estiveram intimamente interligadas ao longo de todo o século XIX.

³¹ VILLALTA, Luiz Carlos. O cenário urbano em Minas Gerais Setecentista: outeiros do Sagrado e do Profano. In.: *Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: Editora da UFOP. Vol. 1, 1998; KANTOR, Iris. Do imposto a etiqueta: conflitos de jurisdições no processo de implantação do bispado de Mariana em Minas Gerais (1948), In.: GONÇALVES, Andréa Lisly; OLIVEIRA, Ronald Polito de (org.). *Termo de Mariana II: história & documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 2004.

1.2.1 - Administração Jurídica

Assim com todo o restante do termo de Minas Novas, somente em 1757 o Médio Jequitinhonha é separado da Capitania da Bahia, passando, então, a ser juridicamente responsabilidade da capitania mineira.³² Em geral, toda a região pertenceu ao termo de Minas Novas entre os anos de 1757 e 1871, com exceção dos anos de 1831 a 1837, em que a freguesia de São Miguel do Jequitinhonha fez parte do termo do Rio Pardo.³³ O termo de Minas Novas, por sua vez, pertenceu à comarca do Serro Frio até 1833, quando foi anexada à recém-criada comarca do Jequitinhonha. Tendo sua criação efetivada em 1871, o município e termo de *Arassuahy* passaram a pertencer à comarca do Jequitinhonha, para, três anos depois, em 1874, fazerem parte da recém-criada comarca de Araçuaí. Portanto, para evitar generalizações, é importante esclarecer que o termo de Minas Novas compreende a região do Médio Jequitinhonha até 1871, quando, então, a mesma passa a fazer parte do termo de *Arassuahy*. Em 1886, através da lei 3.387, Araçuaí perde o distrito de Catingas (ou Boca da Caatinga, depois Fortaleza, e atualmente, Pedra Azul), que, tendo sido elevado à categoria de freguesia, compôs o município de Salinas até a sua emancipação em 1911.

No começo do século XX, o município de Araçuaí, além da cidade, é dividido em outros dez distritos. São eles: Lufa, São Domingos (atual Virgem da Lapa), Pontal (atual Itira), Itinga, Comercinho, Santa Rita (atual Medina), São Pedro (atual São Pedro de Jequitinhonha), São Miguel do Jequitinhonha (atual Jequitinhonha), Vigia (atual Almenara) e Salto Grande (atual Salto da Divisa), sendo estes três últimos localizados nas matas do Jequitinhonha, e o restante em locais caracterizados por *caatingas*. Em suma, as modificações teriam sido as seguintes:

O Serro deu, por sua vez, origem a seis grandes municípios: Minas Novas (o primeiro município a se desmembrar do Serro), Diamantina, Montes Claros, Conceição do Mato Dentro, São Miguel do Jequitinhonha de Guanhões e Rio Doce (Peçanha).

³² O Decreto Imperial de 10 de maio de 1757 e a Resolução de 26 de agosto de 1760 declaram que o território de Minas Novas passava a pertencer ao governo de Minas Gerais, sem distinção da jurisdição militar ou civil. Mais detalhes em COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais (1780)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994, p. 87; VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1974, p. 49-58.

³³ Estas datas levam em consideração as seguintes informações: Criada em 20/11/1830, a freguesia de São Miguel do Jequitinhonha passa a pertencer à Vila do Rio Pardo através do mesmo Decreto de 13/10/1831. Essa condição é mantida até a Lei nº 59, de 1837, que transfere a freguesia a Minas Novas. Além deste, ainda há outro. Até o início do século XIX, parece que ainda se mantém a imprecisão sobre a divisa entre Minas e Bahia. É o que transparece a Ordem expedida em 21 de Novembro de 1823, em que o Governo Provisório requer ao comandante da Divisão Militar do Jequitinhonha que coloque um pau de lei demarcando a divisa entre as Províncias de Minas e Bahia, localizada “do Rio Piauí na sua entrada, no Giquitinhonha na margem direita do mesmo Rio até o Salto Grande” (RAPM. Belo Horizonte, v. 10, 1905, p. 490).

(...) Para o nosso caso destacamos Minas Novas que perdeu território na formação dos municípios de Rio Pardo, Araçuaí, São João Batista (Itamarandiba), Teófilo Ottoni e Capelinha das Garças.

Araçuaí, que nos importa no momento, cede território para outros municípios, destacando-se São Miguel do Jequitinhonha, hoje Jequitinhonha (...).³⁴

Novas modificações administrativas ocorreriam a partir de 1911, período de inúmeros desmembramentos municipais em Minas Gerais e de suma importância na reorganização do Médio Jequitinhonha.³⁵

1.2.2 - Administração eclesiástica

Apesar da quase impossibilidade de distinção das administrações jurídicas e eclesiásticas até o período republicano, no que se refere à organização desta última, o Médio Jequitinhonha – assim como as demais regiões que constituíam o termo de Minas Novas durante o século XVIII - permanece ligado ao bispado de Salvador até meados do Oitocentos. De acordo com Souza:

Essa situação foi sendo modificada com a criação da primeira diocese mineira, a de Mariana, em 1745, mas somente a partir de 1854, com a criação da diocese de Diamantina, a administração eclesiástica dessa região [de Minas Novas] foi desligada de Salvador.

Em 1910, foi criada a diocese de Montes Claros e, em 1913, a de Araçuaí, ambas desmembradas de Diamantina.³⁶

³⁴ SOUZA, Maria Eremita de. *Aconteceu no Serro*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1999, p. 48-49.

³⁵ Toda esta reconstrução da organização e emancipações ocorridas na região têm como base o cruzamento de informações das obras de CARVALHO, Teófilo Feu de. *Comarcas e termos: criações, supressões, restaurações encorporações e desmembramentos de Comarcas e Termos*, em Minas Geraes (1709-1915). Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1922; COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Com estudo histórico da divisão Territorial e Administrativa. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997; BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971, e algumas informações obtidas em: PEREIRA, Leopoldo. *O Município de Araçuaí*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1969.

³⁶ SOUZA, João Valdir Alves de. *Igreja, escola e comunidade: elementos para a História Cultural do Município de Turmalina*. Montes Claros; Ed. Unimontes, 2005, p. 34. Outros detalhes sobre as questões de jurisdição, especificamente frente aos bispados de Mariana, Rio de Janeiro, Pernambuco, e Bahia, podem ser encontrados em KANTOR, Iris. Do imposto a etiqueta: conflitos de jurisdições no processo de implantação do bispado de Mariana em Minas Gerais (1948), In.: GONÇALVES, Andréa Lisly; OLIVEIRA, Ronald Polito de (org.). *Temo de Mariana II: história & documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 2004, p. 58-60; GONÇALVES, Andréa Lisly. História e memória da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Água Suja, Comarca do Serro Frio. Relatório final do Projeto Berilo Vivo, UFOP, Ouro Preto, 2001; FIGUEIREDO, Cecília Maria Fontes. “Religião, Igreja e religiosidade em Mariana no século XVIII”. In: *Temo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: Editora da UFOP. 1998, V. 1, p. 98-101; Já em relação à atuação eclesiástica na região e sua divisão, cf.: SOUZA, João Valdir Alves de. *Igreja, educação e práticas culturais: a mediação religiosa no processo de produção/reprodução sociocultural na região do médio Jequitinhonha mineiro*. 360f. Tese de doutorado em História e Filosofia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000, p. 62-91.

Embora a criação da diocese de Araçuaí, em 1913, significasse uma grande transformação administrativa na região, em São Miguel do Jequitinhonha e outros povoados da mata a presença eclesiástica já se apresentava com grande força desde as primeiras décadas de ocupação do espaço, até mesmo em período anterior à criação da freguesia de São Miguel do Jequitinhonha, aparentemente decorrida em 1830.³⁷ Além da freguesia de São Miguel do Jequitinhonha, compuseram a nova diocese as antigas freguesias de São Domingos e Santo Antônio de Araçuaí, Santo Antônio da Itinga, de 1840, São Sebastião do Salto Grande, de 1871, São Pedro, de 1880, e Vigia, de 1887.³⁸ A área de atuação de todas estas freguesias listadas esteve sob a responsabilidade dos padres que acompanharam os primeiros anos de ocupação da 7ª Divisão Militar do Jequitinhonha, sendo que a povoação em algumas delas foi iniciada a partir da instalação de aldeias que visavam atrair e reeducar os indígenas.

1.2.3 – Administração militar

Há ainda a necessidade de adicionar à análise empreendida sobre o processo de ocupação das matas do Jequitinhonha a importante presença dos agentes militares, que atuaram no sentido de motivar e proporcionar condições à chegada e permanência dos colonos que lá se estabeleciam, a princípio, em total detrimento dos autóctones. Estes agentes foram representados pelos alferes-comandantes e praças da 7ª Divisão Militar, assim como pelo diretor geral dos índios de Minas Gerais, o francês Guido Thomaz Marlière – que atuou especificamente entre os anos de 1818 e 1829 – e o subdiretor nomeado por ele. As divisões militares foram criadas pela Carta Régia de 13 de Maio de 1808. A implantação destas divisões faz parte do plano inicial da Coroa, visando uma ação ofensiva frente aos índios hostis – principalmente os temidos Botocudos. Entretanto, a princípio foram implantadas apenas as 6 divisões no rio Doce. A 7ª Divisão, responsável pelas matas do Jequitinhonha, teria sido criada apenas em 1810. É o que confirma o relatório sobre a situação da civilização dos índios, de 30 de Outubro de 1827, em que Marlière traz informações sobre “Quando e por

³⁷ Embora a criação da freguesia tenha sua data oficial de comemoração em 20/11/1830, 6 anos antes, em 1824, o diretor geral dos índios de Minas Gerais, o francês Guido Thomaz Marlière, nomeou o “Padre Vigário e Missionário da *Freguesia de São Miguel*, Jozé Pereira Lidoro” como o seu substituto na direção (subdiretor) dos “Índios Botocudos, e mais nações que habitão no Rio Gequitinhonha, e seus afluentes”. (Portaria 9, de 9 de Setembro de 1824). Grifo meu. (RAPM. Belo Horizonte, v. 10, 1905, p. 482). Com essa nomeação, Marlière objetivava suprir a limitação imposta à sua presença física, já que o acesso e a comunicação com a 7ª Divisão Militar eram árduos; entretanto, era de extrema necessidade a maior proximidade com os indígenas do Jequitinhonha.

³⁸ Apesar de Santa Rita e Comercinho fazerem parte do município de Araçuaí, as suas freguesias, criadas em 1877 e 1880, respectivamente, após a data de criação da diocese, estiveram ligadas a Salinas e Rio Pardo. Já o distrito de Catingas (Fortaleza/Pedra Azul), como já dissemos, fez parte do município de Salinas a partir de 1886 (SOUZA, Maria Eremita de. *Aconteceu no Serro*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1999).

quem” os índios do Jequitinhonha foram aldeados, dizendo que: “Ali se acharão quando se fundou a Colonia da 7ª Divisão em 1810”.³⁹ A chegada já no final de setembro de 1810 e a dificuldade em se iniciar de fato o trabalho e a construção da estrutura inicial da divisão podem ser uma possível justificativa para que Saint-Hilaire afirmasse que a criação teria ocorrido em 1811.⁴⁰ Embora seja algo de menor importância, é necessário ainda dizer que, fazendo a 7ª Divisão parte de um projeto régio oficializado apenas em 1808, parece improvável a afirmação de que “Em 1804, Julião Fernandes Leão fundou São Miguel do Jequitinhonha com o estabelecimento da 7ª Divisão Militar”.⁴¹

Era objetivo da Divisão Militar do Jequitinhonha explorar as condições para a navegação, promover estradas de acesso, incentivar a ocupação e atuar frente aos conflitos e necessidades dos novos moradores. Para isso, em sua implantação, os comandantes das divisões tinham “plenos poderes militares, civis, judiciais e policiais, cabendo-lhe, como primeira missão, recrutar os homens que comporiam o corpo de tropa irregular”.⁴² Após a passagem de inúmeros comandantes, em 1839 as divisões militares são substituídas por companhias de caçadores de montanha, quando, então, a 7ª Divisão Militar do Jequitinhonha

³⁹ Data inclusive confirmada por ESPINDOLA, Haruf Salmem. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 135.

⁴⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975, p. 249.

⁴¹ Retirado de: SOUZA, Maria Eremita de. *Aconteceu no Serro*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1999, p. 49 e confirmado por JARDIM, Maria Nelly Lages. *O Vale e a Vida: história do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1998, p.125, e outras publicações. O ano de 1804 (juntamente como a expedição de 1806) refere-se à expedição de reconhecimento do rio Grande/Jequitinhonha, vinda da Capitania de Porto Seguro, por parte do seu capitão-mor. No entanto, parece que esta data pouco tem a ver com a implantação da 7ª Divisão Militar do Jequitinhonha, estando muito mais próximo - embora sob razões diferentes - das características das expedições que já vinham ocorrendo naquele território desde o século XVI. Além desta aparente confusão, o fato de 29/09/1811 ser comemorado como a data da fundação da cidade de Jequitinhonha também não encontra nenhum fundamento na documentação analisada ao longo desta pesquisa. Entretanto, apesar de não tê-lo encontrado, ainda é possível que haja algum registro primário que a confirme; por hora, a única fonte encontrada, datada de 1919, praticamente um século após Saint-Hilaire, foi a afirmação do Padre Tetteroo, costumeiramente citada nas publicações sobre a região. Ex.: MORENO, Cezar. *A colonização e o povoamento do baixo Jequitinhonha no século XIX: a guerra contra os índios*. Belo Horizonte: Canoa das Letras, 2001, p. 155 *apud*). É bem possível que Tetteroo tenha considerado esta data a partir do ano referido por Saint-Hilaire, que provavelmente não necessitasse de muita precisão, ao contrário do diretor Marlière, responsável por aquela divisão. Outro fator digno de nota em relação à fundação da 7ª Divisão é que, além do comandante fundador, Julião Fernandes Leão, muitos outros comandantes ocuparam este cargo naquela divisão, como Justiniano de Rodrigues da Cunha, Antonio Rodrigues da Costa, Luiz Antonio Pimenta de Figueiredo, entre outros. (RAPM, Belo Horizonte. v. 10, 1905; v. 11, 1906; v. 12, 1907). Julião, após se retirar da região ainda nos primeiros anos de Marlière como diretor geral no Jequitinhonha, se dirigiu ao Rio de Janeiro, onde foi nomeado diretor geral dos índios da Província do Espírito Santo. GOULARTE, Rodrigo da Silva. *Figurões da terra: trajetórias e projetos políticos no Espírito Santo de Oitocentos*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008; MARINATO, Francieli Aparecida. *Nação e civilização no Brasil: os índios Botocudos e o discurso de pacificação no Primeiro Reinado*. Vitória: UFES. DIMENSÕES 43. V. 21, 2008. Disponível em: http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/artigos/Dimensoes21_FrancieliAparecidaMarinato.pdf. Acesso em: 01/08/2010; ESPINDOLA, Haruf Salmen. *A navegação do Rio Doce: 1800-1850*. Navigator 5 – A Navegação do Rio Doce: 1800-1850. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig5/art/N5_art4.pdf. Acesso em 01/08/2010.

⁴² ESPINDOLA, Haruf Salmem. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 121

se une à 5ª Divisão (com atuação nas matas do Mucuri e Doce), formando a 2ª Companhia de Caçadores de Montanha. Pouco tempo depois, em 1845, esta nova organização é substituída pela Companhia de Pedestres (CP), pertencentes ao Corpo de Pedestres da Província de Minas Gerais. A princípio, o Jequitinhonha é atendido pela 1ª CP do Jequitinhonha, reduzida à atuação de 80 homens. Em 1860, o Jequitinhonha passa a ser atendido pela 4ª CP, contando com apenas 15 praças, e a 1ª CP passa a se chamar 1ª Companhia de Pedestres de Minas Novas. E por fim, em 1862, a província é dividida em circunscrições, mantendo apenas de 2 a 3 praças nas regiões tradicionalmente conflituosas. Todo o trabalho de incorporar os indígenas ao conjunto da população, antes função militar, passa a ser feito principalmente pelos frades capuchinhos.⁴³

1.3 - A ocupação do Médio Jequitinhonha

É consenso entre os pesquisadores de Minas Gerais que, apesar de iniciado ainda no final do século XVIII, o processo de ocupação efetiva de grande parte dos povoados do Médio Jequitinhonha se deu somente a partir do século XIX. Entretanto, Márcio Santos nos traz informações de que, ainda em 1737, o superintendente das Minas Novas do Araçuaí, Pedro Leolino Mariz, teria informado às autoridades coloniais a existência de um povoado no local onde hoje se encontra a cidade de Araçuaí. De acordo com Santos, esta informação seria, inclusive, confirmada pela carta de sesmaria de 1728, citada por Urbino Vianna.⁴⁴ Por outro lado, Saint-Hilaire, já em 1817, portanto oitenta anos após a visita do superintendente de Minas Novas, ao percorrer o local onde atualmente se encontra a cidade de Araçuaí, diz haver ali apenas um pequeno povoado surgindo próximo à fazenda Boa Vista, da proprietária Luciana Teixeira, sua anfitriã naquela ocasião. Depois de percorrer 4,5 léguas a partir de Boa Vista da Barra do “Calhao”, o viajante francês afirmou que “Todo esse lugar, quando por ali passei, era deserto e selvagem, e havia muitas terras devolutas; mas, três anos antes, não havia

⁴³ A Carta de 1808 representou uma transformação da política da Coroa frente à forte presença e ao temor causado pelos Botocudos. A estratégia de ataque e caça frontal, na prática, no que se refere ao incentivo da administração pública, perdurou até 1820. Neste período, de acordo com Espindola, o governo de Minas põe fim a hostilidade e passa a incentivar o domínio através da atração, da troca e catequização dos índios. Entretanto esta mudança de política por parte da Coroa não significa necessariamente a adesão da população, que continua exterminando índios e aldeias até o começo do século XX. Apesar da mudança de estratégia ter ocorrido no final da segunda década do século XIX, o decreto legislativo que põe fim à guerra ofensiva data de 1831. Para mais detalhes sobre as políticas da Coroa em relação aos indígenas e demais detalhes sobre a organização militar, cf.: ESPINDOLA, Haruf Salmem. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, SP: Edusc, 2005. Especialmente o quarto capítulo. O autor, nas páginas 119-125, também oferece mais informações sobre a atuação de Marliére e dos comandantes, e sobre a forma como se organizavam as divisões militares.

⁴⁴ SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. Tese de doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2010, p. 363-364.

mais que um único colono entre a fazenda de Piauí [4 léguas da atual cidade de Araçuaí] e São Miguel do Jequitinhonha”.⁴⁵ Independentemente da gênese da ocupação na região, é de interesse deste estudo agregar informações que corroborem o pressuposto de que a ocupação efetiva do Médio Jequitinhonha ocorreu principalmente ao longo do século XIX. Pretende-se trazer à luz fatores ainda pouco esclarecidos, referentes a uma região ainda cheia de obscuridades em sua história.

Retornando ao século XVIII, é a partir da década de 1730 que o território mineiro, especificamente o Médio Jequitinhonha, esteve oficialmente limitado pela Coroa. Dois fatores se destacam neste sentido: a criação do Distrito Diamantino, em 1733, e a restrição imposta à circulação pelas estradas de Minas, exigindo-se o monopólio do Caminho Novo. Além das restrições oficiais, outro grande responsável pela tímida ocupação do Médio teria sido a forte presença indígena, que encontrou nas restrições impostas pela Coroa um aliado à preservação da mata e à sua sobrevivência. Graças a estas restrições, as matas do Rio Doce, Mucuri e Jequitinhonha ficaram conhecidas como os *Sertões do Leste*.⁴⁶

Com as mudanças ocorridas na economia e na sociedade de Minas a partir de meados do século XVIII, mas principalmente no XIX, as antigas vilas mineradoras do Alto Jequitinhonha – Diamantina, Serro, Minas Novas, em destaque – passaram a exportar população para as áreas rurais – processo parecido com o ocorrido em grande parte das antigas regiões de urbanização colonial de caráter minerador.⁴⁷ De acordo com Alexandre Mendes Cunha, teria ocorrido no território mineiro um processo de *ruralização*, em que, apesar do aumento do número de vilas, estas não mais constituíam efetivos centros

⁴⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975, p. 238-242.

⁴⁶ Diversas cartas oficiais citam as restrições aos “Sertões do leste”. Sobre esse, Espindola diz: “Entre 1704 e 1769, diversos documentos expedidos proibiam expressamente passar pela região, fazer entradas, navegar, abrir caminhos e fixar-se como morador” (ESPINDOLA, Haruf Salmem. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 31-45 *passim*). No entanto, principalmente a partir das últimas décadas do século XVIII, muitas eram as cartas que também demonstravam a curiosidade sobre as possíveis riquezas escondidas por estes sertões. Ver também: PIMENTA, Demerval José. *Caminhos de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial 1971; CASTRO, Celso Falabella de Figueiredo. *Os sertões de leste: achegas para a história da zona da Mata*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987. As restrições impostas oficialmente não significaram, necessariamente, ausência total de entradas, porém, os dados demográficos sobre as regiões das matas dos rios Mucuri, Doce e Jequitinhonha demonstram o quão estas proibições colaboraram intensamente na eficiente restrição ao acesso e permanência nessas regiões. Mais detalhes sobre o fim do Distrito Diamantino, que durou até 1832, podem ser vistos, entre outras publicações, em SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. 4.ed. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

⁴⁷ Há diversos trabalhos sobre a reorientação social e econômica nas Minas: ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros na primeira metade do século XIX*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008; CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais: produção e Mercado interno de Minas Gerais (1674-1807)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007; JUCÁ, Antônio Carlos. “O eixo mercantil Rio-Minas na primeira metade do século XVIII”. In.: GONÇALVES, Andréa Lisly, OLIVEIRA, Ronald Polito de (org.). *Termo de Mariana: história & documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 2004, p. 21-30.

populacionais; ao contrário, eram redutos de alguns comerciantes, prostitutas e artífices, como relatados por diversos viajantes, e praticamente só intensificavam o seu movimento nos finais de semana. No século XIX, o espaço urbano observado caracterizava-se por uma dinâmica diferenciada daquela encontrada no XVIII, quando as principais atividades econômicas concentravam-se nas próprias vilas.⁴⁸ A partir de relatos de viajantes europeus, Sérgio da Mata discorre sobre as chamadas “vilas de domingos”, cheias de pessoas somente em “dias de culto e de festas importantes”. Com base no que sugerem as fontes utilizadas pelo autor, na maioria relatos ocorridos no começo do século XIX, a população concentrava-se em áreas rurais durante toda semana, dirigindo-se à “cidade” somente nessas datas especiais. Esta teria sido a realidade encontrada em toda Minas, inclusive tendo o Vale do Jequitinhonha concentrado o “maior número de casos”.⁴⁹

Ao mesmo tempo em que a queda da mineração no Alto Jequitinhonha agiu como um grande incentivo para a migração em direção as regiões pouco habitadas à margem do rio Jequitinhonha, a mesma mineração pode ter sido uma das razões para que, em meados do XIX, não houvesse muitos migrantes interessados em sair do “sertão de cima” da Bahia a caminho de Minas Gerais. Ocorrem neste período, nas regiões de Caetitê e Rio de Contas, a descoberta de diamantes – em 1842 – e considerável extração aurífera. De acordo com Maria Pires, estas descobertas teriam sido as responsáveis por atrair grande número de indivíduos para a região baiana.⁵⁰ Apesar de alguns dos povoados, como os de Chapada, Água Suja, Sucuriú e São Domingos - atuais municípios de Chapada do Norte, Berilo, Francisco Badaró e Virgem da Lapa, respectivamente -, terem sua ocupação oriundas da extração aurífera, ainda no XVIII o comércio e as atividades rurais também ocupavam neles lugar de destaque.⁵¹ É o que se pode observar nos relatos de viajantes - em especial Saint-Hilaire - e em pesquisas de Eduardo Magalhães Ribeiro e João Valdir Alves de Souza.

De acordo com Souza, a “criação de gados em grandes e pequenas fazendas, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, foram ocupando toda a região norte e nordeste do estado de

⁴⁸ CUNHA, Alexandre Mendes. Espaço, paisagem e população: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das Vilas do Ouro em Minas Gerais ao começo do século XIX. Revista Brasileira de História, v. 27, n.53. São Paulo, jan./jun., 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-1882007000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 19-08-2011.

⁴⁹ MATA, Sergio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. séculos XVIII-XIX*. Berlim: Wissenschaftlicher Verlag, 2002, p. 161.

⁵⁰ PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fio de vida: tráfico internacional e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 103

⁵¹ Em pesquisa realizada nos distritos de Mariana, Francisco Andrade demonstra a relação existente de forma paralela entre a mineração e o cultivo da terra, não havendo necessariamente que ocorrer a queda da primeira para que a segunda atividade então surja. Estes fatores demonstram a complexidade da organização e distribuição mineira durante o período colonial. (ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros na primeira metade do século XIX*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008).

Minas”, tendo Araçuaí “como ponto de ligação, pelo rio, entre todo o norte de Minas e o Litoral baianos”. O autor ainda afirma que: “apesar da mineração ter se estabelecido na região no início do século XVIII, somente a partir do início do XIX o rio Jequitinhonha entrou no como componente da ocupação territorial”.⁵² Para Ribeiro, no Alto Jequitinhonha, que concentrava as principais vilas mineradoras da região, “os moradores viviam de lavras e lavouras, mas passando algum tempo as duas começaram a minguar”, o que teria motivado a ocupação da mata, que “oferecia muitas vantagens. Nela havia terra nova, farta, fértil, sem dono, e as lavouras produziam muito alimento com um gasto mínimo de serviços”.⁵³

Saint-Hilaire, ao longo da sua passagem pelas *caatingas* do Jequitinhonha, em 1817, foi assegurado de que por ali se criava grande quantidade de gado, porém, certo dia, avistou apenas uma dúzia de vacas dispersas no meio de imensas pastagens.⁵⁴ Durante sua passagem, também relatou o cultivo de trigo, milho, verduras, feijão, arroz e algodão. Em relação a este último, de suma importância para o Alto Jequitinhonha e início do Médio, o viajante salientou que “os comerciantes conhecem hoje em dia a boa qualidade do algodão de Minas Novas, e é cotado nas bolsas comerciais como o de Pernambuco e Maranhão”. Além da venda da matéria-prima, ali mesmo também se produziam manufaturas, das quais parte ficava na própria região, parte era exportada para diversas regiões da Província de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e Bahia.⁵⁵ Como relatou Saint-Hilaire, a produção do algodão demandou o

⁵² SOUZA, João Valdir Alves de. Mineração e Pecuária na definição do quadro sociocultural da região do termo de Minas Novas. In: SOUZA, João Valdir Alves de; HENRIQUES, Márcio Simeone (org.). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos*. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 28.

⁵³ RIBEIRO, Eduardo Magalhães. As histórias da terra do Jequitinhonha e Mucuri. In: *Lembranças da Terra: histórias do Mucuri e do Jequitinhonha*. Contagem: Cedefes, 1996, p. 17-18. Busca-se corroborar as afirmações de Ribeiro no que se refere à importância da lavoura para o processo de ocupação das matas do Jequitinhonha; porém, assim como afirma Souza, também não parece que a entrada na mata demandasse “gasto mínimo de serviços”. As inúmeras dificuldades encontradas estão presentes em diversos relatos bandeirantes, ou mesmo no caso do Jequitinhonha, nas viagens dos europeus pela região. SOUZA, João Valdir Alves de. Mineração e Pecuária na definição do quadro sociocultural da região do termo de Minas Novas. In: SOUZA, João Valdir Alves de; HENRIQUES, Márcio Simeone (org.). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos*. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 52. Além da questão agrícola, Eduardo Ribeiro afirma ainda a importância do cacau no sul baiano para alavancar a pecuária em novos mercados da Bahia e de Minas (RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Agregação e poder rural nas fazendas do Baixo Jequitinhonha mineiro*. Unimontes Científica. Montes Claros, v.5, n. 2, Jul./ Dez, 2003, p. 1-2).

⁵⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975, p. 242

⁵⁵ *Idem*, p. 236. Os viajantes Spix e Martius, que passaram pela região praticamente no mesmo período de Saint-Hilaire, também relataram a agricultura, a criação de gado e a importância do cultivo do algodão no termo de Minas Novas naquele período. SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friederich. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, p. 58-70. Mais dados sobre o cultivo e a exportação do algodão da região podem ser encontrados em LIBBY, Douglas Cole. *Transformações e Trabalho em uma Economia escravista: Minas Gerais no Século XIX*. São Paulo: brasiliense, 1988; PAIVA, Clotilde de Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de doutoramento em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996; MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice de Carvalho Cruz da. *Produção Econômica de Minas Gerais no século XIX*. V Congresso

escoamento do produto para exportação. Apesar das dificuldades, era recorrente a utilização de canoas que desciam o rio Jequitinhonha em busca do litoral. Assim como desciam levando produtos de lavoura da região, os canoeiros também enfrentavam a subida do rio, carregados de sal, cocos e diversos itens importados, com o objetivo de comercializar seus produtos com a população instalada nas margens do rio Jequitinhonha e seus afluentes.⁵⁶

Embora, sem dúvida, o arraial do Calhau - posteriormente denominado cidade de Araçuaí -, tenha tido no cultivo de diversos gêneros uma das suas principais ocupações, foi a atividade comercial - devido a sua localização estratégica como entreposto comercial, próximo ao cruzamento dos rios Jequitinhonha e Araçuaí - o grande atrativo e responsável pelo seu crescimento populacional e, conseqüentemente, sua emancipação em 1871.⁵⁷ Sobre o desenvolvimento das proximidades de Araçuaí, Velloso & Matos dizem o seguinte:

Entre o Alto e o Médio Jequitinhonha várias localidades vieram se desenvolver ao longo do caminho entre Diamantina e Minas Novas, estruturando um subconjunto de lugares urbanos nas proximidades da confluência do rio Jequitinhonha com o rio Araçuaí, no médio curso do Jequitinhonha.⁵⁸

Leopoldo Pereira, nascido em 1868 e residente em Araçuaí no fim do século XIX, também oferece maiores informações a respeito da dinâmica comercial. De acordo com Pereira, as regiões de Peçanha, Serro, São João Batista e Salinas, a fim de vender seus produtos e comprar outros oriundos da Bahia, utilizaram intensamente Araçuaí como entreposto comercial até a década de 1880:

Êsse movimento comercial tocou o seu auge de 1880 a 1885, quando o descoberto do Salobo, à margem do Rio Pardo, fêz confluir para ali e para Canavieiras e Belmonte uma enorme imigração de aventureiros que lá iam explorar a extração dos diamantes e o comércio.⁵⁹

Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. Caxambu: ABPHE, 2003, p. 15-16.

⁵⁶ Em muitos casos, o canoeiro não realizava o comércio direto, mas apenas transportava a mercadoria contratada pelos comerciantes. A mão de obra indígena foi amplamente utilizada neste transporte e na construção das canoas, já que os índios eram hábeis neste ofício: OTONI, Teófilo. *Notícias sobre os Selvagens do Mucuri*. (Org. Regina Horta Duarte). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 92.

⁵⁷ A Lei Provincial de 13 de julho de 1857 elevou o arraial do Calhau à categoria de vila, porém, devido às exigências feitas, a instalação da vila do *Arassuahy* ocorreu apenas em 1º de julho de 1871. Através da lei nº 1870 de 21 de setembro de 1871, a vila é elevada à categoria de cidade de Araçuaí.

⁵⁸ VELLOSO, André. MATTOS, Ralfó. *A rede de cidades do Vale do Jequitinhonha nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Geonomos, v.5, p.49-60, 1998, p. 84.

⁵⁹ PEREIRA, Leopoldo. *O Município de Araçuaí*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1969, p. 82.

Mesmo antes do que Leopoldo considerou ser o auge do comércio em Araçuaí, Martins e Silva, em análise a partir do recenseamento de 1872, afirmam, sobre a então região de Minas Novas, que, além da pecuária, o sal constava como um dos principais itens da “pauta de exportação municipal”. No mesmo trabalho, os autores reconhecem que “entretanto, não se pode dizer que havia autonomia na oferta deste produto, uma vez que os registros apontam a necessidade de importação de sal. Neste município, a atividade agrícola se limitava ao cultivo de cereais de primeira necessidade”. E complementam afirmando que, “nesta região, todos os municípios eram dependentes da importação do sal e molhados”. Em nota, ainda na mesma página, levantam a seguinte hipótese: “embora conste no mapa de população de Minas Novas a extração do sal como atividade da região, é mais provável que os arroladores estivessem se referindo à extração de sal ou do salitre”.⁶⁰ No entanto, o levantamento feito ao longo desta pesquisa demonstra que o sal transportado da Bahia para Araçuaí, vindo de canoa pelo rio Jequitinhonha - ao que parece, sem nenhum posto de fiscalização no território mineiro - enchia os depósitos em Araçuaí, sendo posteriormente revendido às demais regiões relatadas acima por Pereira.⁶¹ Ao que parece, este comércio pelo Jequitinhonha justifica a presença do sal como item de exportação do então município de Minas Novas. A chegada de novos moradores nas proximidades de Araçuaí fortaleceu progressivamente o comércio por canoas do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha. O aumento na atração pela região mineira e a constante chegada de colonos se deve à intensificação deste comércio.⁶²

Ainda em 1825, o diretor geral dos índios, Guido Thomaz Marlière, em cartas dirigidas à 7ª Divisão, alertava para a dificuldade de se encontrar tropeiro que fizesse o transporte das cargas da parte central de Minas para aquela região, alertando ainda para o seu alto custo. Como solução, Marlière sugeriu que as mercadorias necessárias à região fossem trazidas da Bahia em canoas, através da navegação pelo rio Jequitinhonha. Além de ser mais rápido, dizia o diretor, reduziria consideravelmente o preço final da mercadoria.⁶³ Os laços e

⁶⁰ MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice de Carvalho Cruz da. *Produção Econômica de Minas Gerais no século XIX*. V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. Caxambu: ABPHE, 2003, p. 25.

⁶¹ Encontrou-se apenas o relato de um possível posto fiscal entre Belmonte e Canavieiras, em território baiano (SANTIAGO, Luís Carlos Mendes. *Terra Almenarense: capítulos da história de Almenara*: Edições da Vigia, 2004, p. 11).

⁶² Mais detalhes sobre o desenvolvimento do comércio no Jequitinhonha pode ser visto com maior profundidade nos seguintes trabalhos: FERREIRA, André Velloso Batista. *A formação da rede de cidades do Vale do Jequitinhonha-MG*. 140f. Dissertação de Mestrado em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

⁶³ RAPM. Belo Horizonte, v. 10, 1905, p. 574-575 581, 626-627, 665, 668; RAPM, Belo Horizonte, v. 11, 1906, p. 52, 62, 71, 94, 253.

conflitos travados com os indígenas das matas do Jequitinhonha, principalmente durante a primeira metade do Oitocentos, incentivavam a intensificação do comércio pelo rio Jequitinhonha. Na segunda metade do século XIX, devido principalmente ao extermínio total de inúmeras aldeias, os indígenas das matas passaram a representar uma ameaça cada vez menor.

O crescimento demográfico das últimas décadas do XIX não foi uma realidade somente na cidade de Araçuaí, mas também nos povoados próximos. Itinga, localizada a poucos quilômetros rio Jequitinhonha abaixo, e uma das 9 aldeias da Sétima Divisão, se destacou como importante entreposto comercial da região. Embora fosse distrito da cidade de Araçuaí, devido a sua posição também estratégica para o comércio, Itinga atraiu grande movimento de canoas. Entretanto, o fator que lhe conferiu destaque na região e em toda a província mineira foi a instalação da fábrica têxtil Pereira Murta e da Companhia Itinga do Jequitinhonha - popularmente conhecida como Fábrica de Tecido Bom Jesus da Lapa da Água Fria -, única em todo o Médio Jequitinhonha. De acordo com José Claudionor dos Santos Pinto, a “maior fase de desenvolvimento” do então arraial “se deu de 1880 a 1904”, mesmo período em que a fábrica produziu intensamente. Era objetivo da fábrica:

aproveitar o algodão que existia em abundância na região, principalmente em Itinga, São Domingos (hoje Virgem da Lapa) e Lufa (hoje distrito de Novo Cruzeiro). Pra que o sonho da fábrica se concretizasse eles reuniram outros cidadãos da vila e criaram a ‘Sociedade dos Filhos de Itinga’ e importaram da Europa, mais precisamente da Bélgica, pesadíssimos maquinários (80 Teares, dois Gomadores de 1000 Kg e outros). O responsável pela instalação foi o recém formado engenheiro o jovem Martiniano Luiz Vieira, filho da família Vieira de Araçuaí que havia se formado no Rio de Janeiro.⁶⁴

Paralelamente ao início das atividades na fábrica de Itinga, em 1881, ficou estabelecida a construção da linha férrea Bahia-Minas, que, passando pela atual cidade de Teófilo Otoni, ligaria Caravelas-Bahia à Araçuaí. Porém, a conclusão da linha e a chegada ao destino final ocorreu apenas em 1942, 61 anos após o início da sua construção. Esta demora colaborou intensamente para que a região deixasse de ser um grande entreposto comercial, e a chegada da linha férrea já não mais reverteria a situação, tanto que foi extinta 24 anos após a sua conclusão.⁶⁵ No período de sua chegada, já não se vislumbrava na cidade a mesma

⁶⁴ PINTO, José Claudionor dos Santos. *Memórias de Itinga*. Itinga, MG: Centro Cultural Escrava Feliciano, [200-], p. 49-50. O mesmo afirma Thiago Murta sobre o período auge da fábrica (MURTA, Thiago Carlos Magela. Itinga, sua gente e sua história: "a menina dos olhos de Lula". Itinga: [...], 2009, p.21).

⁶⁵ GUERRERO, Patricia. “*Canoa não é força, é opinião*”: o Vale do Jequitinhonha contato e cantado por canoairos. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2000, p. 79; SOUZA, João Valdir Alves de. Mineração e Pecuária na definição do quadro sociocultural da região do termo de Minas Novas. In:

situação econômica e demográfica tida na segunda metade do século passado e, diante deste cenário, muitos dos seus moradores, aos poucos, já haviam migrado para outras regiões.

Além de Araçuaí e Itinga, também é possível perceber o crescimento comercial e populacional, embora de forma mais lenta, de outras localidades próximas: Santa Rita (Atual Medina), Comercinho, Catingas (Pedra Azul), São Miguel do Jequitinhonha (Jequitinhonha), Vigia (Almenara) e Salto Grande (Salto da Divisa).⁶⁶

1.3.1 - A ocupação das matas do Médio Jequitinhonha

No que se refere às matas, apesar dos incentivos trazidos pela Coroa, principalmente através da instalação e atuação da 7ª Divisão Militar do Jequitinhonha, o crescimento dos seus povoados ocorreu a passos lentos durante quase todo o século XIX, como confirma Leopoldo Pereira no início do século XX referindo-se a São Miguel do Jequitinhonha:

Seu progresso foi lento durante muitos anos, mas ultimamente tem sido considerável. S. Miguel é hoje a povoação mais importante de todo o município pelo seu desenvolvimento material e comercial. Já rivaliza com a cidade [Araçuaí]; e colocada no seio da mata contando com grandes recursos (...).⁶⁷

Até atingir o estado de considerável desenvolvimento relatado por Pereira, o arraial de São Miguel do Jequitinhonha atravessou inúmeras dificuldades que por vezes impossibilitavam a produção de alimentos para subsistência e deixavam a população em situação crítica: o difícil acesso pelas poucas estradas existentes, a insegurança pela grande presença do indígena hostil, os longos períodos de estiagem e os poucos recursos técnicos disponíveis. Alguns destas dificuldades foram relatadas por Marlière em diversas cartas. Em

SOUZA, João Valdir Alves de; HENRIQUES, Márcio Simeone (org.). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos*. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 49.

⁶⁶ Na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, é possível encontrar o levantamento a partir do recenseamento da República de 1890, em que o município de *Arassuahy* teria um total de 41.347 habitantes. O próprio documento alerta sobre a falta de elementos que garantam dados mais seguros sobre este total. (RAPM. Ouro Preto, v. 3, 1898, p. 470 e 498). A partir do mesmo recenseamento, Souza, em sua tese de doutorado, contabiliza 43.909 habitantes para a mesma região, representando 1,3% de Minas Gerais. Já em 1920, a mesma região dá um salto para 160.315 habitantes, passando a representar 2,7% de Minas: p. 334, tabela 3. As mesmas porcentagens são apresentadas por Martins Filho, presente no anexo 3, vai além e oferece dados ainda mais completos sobre o progresso da ocupação no Médio Jequitinhonha. De acordo com a pesquisa do autor, os valores são: 1890: 44.347 (1,3%); 1900: 49.601 (1,3%); 1910: 90.066 (2%) e 1920: 160.315 (2,7%). MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. *O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)*. Belo Horizonte: Crisálida/ICAM, 2009, p. 246, Apêndice B. Leopoldo Pereira, escrevendo entre 1905 e 1911, prevê aproximadamente 70.000 habitantes para o município de Araçuaí. (PEREIRA, Leopoldo. *O Município de Araçuaí*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1969, p. 29).

⁶⁷ PEREIRA, Leopoldo. *O Município de Araçuaí*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1969, p. 106.

carta trocada com o vigário de São Miguel do Jequitinhonha, José Pereira Lidoro⁶⁸, em 29 de Março de 1926, é relatada a “penúria de que está ameaçada a 7ª colônia e Índios desta Província”. Penúria de alimento, de mão de obra - ferreiro, carpinteiro, professor, cirurgião, etc – e de matéria prima - como o ferro e aço -, para construir ferramentas, ou mesmo de ferramentas já prontas - como faca, machados, foices e outros.⁶⁹

É comum encontrar Marlière requerendo socorro da administração provincial ou mesmo diretamente à Coroa; quando obtinha êxito, era sempre demorado e insuficiente. É o caso do episódio relatado em 27 de Abril de 1826, em que Marlière avisa ao vigário, diretor dos índios da 7ª Divisão, que serão enviado “três mil Cruzados, 600\$ r. em prata e o resto em cobres para socorrer áquella Colonia”. Pede também ao vigário que “trabalhe activamente para socorrer, consolar e animar os Índios e Colonos em quanto S. M. O Imperador Manda maiores socorros”. Há também outros incentivos que demonstram o empenho do diretor geral em superar as adversidades existentes naquela divisão. Ainda em 10 de Setembro de 1824, é oferecida a gratificação de 40 réis aos soldados que se empregassem no serviço de criar roças. Este incentivo à plantação foi bastante eficaz como atrativo aos indígenas, que, sem alimento, não permaneciam por muito tempo na aldeia e logo retornavam à “vida efêmera”.

Além destes empecilhos, também foi comum o conflito das várias nações indígenas entre si e delas contra os distintos grupos de colonos que migraram para região.⁷⁰ Em carta de 13 de Maio de 1826, Marlière relata os perigos e conflitos existentes na mata, em que

Huma Horda de selvagens habitantes da Costa marítima entre as bocas dos Rios Doce, e Giquitinhonha, os Patachós nos vierão insultar na retirada do Beira mar onde matarão hum Padre e seus Escravos, nas Cabeceiras do Ribeirão de S. Miguel do Giquitinhonha, em a fazenda de Antonio da Costa

⁶⁸ Em inúmeras publicações locais, inclusive da atual paróquia da cidade de Jequitinhonha, o mesmo vigário é denominado como “José Lindório Pereira”, porém, preferiu-se adotar neste trabalho o nome citado por Marlière em inúmeras cartas trocadas com o próprio religioso. Embora não seja uma questão principal, a confusão com o seu nome vem novamente da publicação do livro do franciscano Samuel Tetteroo, que escreve já na segunda década do século XX, a cuja publicação infelizmente não se teve acesso direto ao longo desta pesquisa, recorrendo apenas a referências noutras publicações. Lembre-se ainda, que Marlière foi contemporâneo ao vigário; já Tetteroo escreveu sua obra quase um século após a presença de Marlière e do vigário. Outras informações fornecidas pelo franciscano também são contestáveis se cruzadas com outras fontes contemporâneas, muitas vezes escritas em períodos bem mais próximos que o de Tetteroo – como ocorreu em nota anterior relacionada à data de fundação da Sétima Divisão. Cabe ao historiador, orientado pela busca da verdade, cruzar estas fontes e extrair delas os possíveis erros e interesses por detrás de quem as escreve. Esta busca, porém, exige que os fatos sejam traduzidos, interpretados e somente por fim, suas verdades e subjetividades serão compreendidas.

⁶⁹ Muitas são as cartas de Marlière que destacam as inúmeras carências e dificuldades encontradas pelos moradores daquela região: RAPM, Belo Horizonte, v. 10, 1905, p. 472-474, 485, 495-496, 520; RAPM, Belo Horizonte, v. 11, 1906, p. 117-121, 151, 160, 172, 174, 196, 247, 252-253; entre outras.

⁷⁰ Otoni, ao longo de todo o seu livro, destaca inúmeros conflitos entre as diversas nações indígenas e entre elas e colonos. Exemplos: OTONI, Teófilo. *Notícias sobre os Selvagens do Mucuri*. (Org. Regina Horta Duarte). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 83-84; 91-92.

Faria, filho, onde ferirão levemente a 3 Escravos e matarão quanta criação poderão carregar.⁷¹

O vigário de São Miguel do Jequitinhonha, em carta de 10 de Janeiro de 1827, informa que os insultos causados pelos índios “Patachós” naquela colonia ocasionaram “a deserção de varios Colonos, por serem as limitadas forças daquela Divisão insufficientes para reprimir os insultos daquelles Indios”. De acordo com Otoni, até meados do mesmo século, a excursão dos indígenas do Alto Mucuri e do Jequitinhonha também eram alvo de reclamação das autoridades e dos moradores de Minas Novas, inclusive do Calhau.⁷²

A dificuldade de acesso às 5ª e 7ª Divisão foi uma das principais barreiras encontradas pelo diretor geral, e está recorrentemente presente em seus relatos, sendo inclusive a causa principal da nomeação do vigário de São Miguel do Jequitinhonha como subdiretor. Embora uma estrada que ligava São Miguel do Jequitinhonha a Salto Grande, e de lá até a Bahia, tenha sido construída ainda nos primeiros anos da instalação da 7ª Divisão, no século XIX, foi somente a estrada que interligou São Miguel do Jequitinhonha à estação férrea de Urucu, próximo a Teófilo Otoni, já no início do XX, que propiciou melhores condições de acesso àquela região de matas do Médio Jequitinhonha.⁷³

Portanto, apesar do importante papel do rio Jequitinhonha, o comércio estabelecido através dele trouxe considerável crescimento somente para Araçuaí e a região de *caatinga*. Nas matas, que também pertenciam ao município de Araçuaí, este crescimento só ocorreu a partir da melhoria de condições de acesso por terra. Nesta região, o comércio pelo rio teve importância apenas para a manutenção e o atendimento às necessidades da população já residentes na localidade, mas não agiu necessariamente como um incentivo direto para se estabelecer novos moradores nos povoados localizados ali - tanto que o resultado disso é percebido pelo baixo desenvolvimento demográfico na região, indicado pelos levantamentos censitários e pelo intervalo de quase um século entre o ano de início da ocupação e a data da elevação do primeiro povoado das matas à categoria de cidade. Araçuaí, por sua vez, tendo iniciado seu processo de ocupação uma década após ser instalada a 7ª Divisão em São Miguel do Jequitinhonha, já se emancipava de Minas Novas pouco mais de 50 anos depois, ou seja, na metade do tempo.

⁷¹ RAPM, Belo Horizonte, v. 11, 1906, p. 172.

⁷² OTONI, *op cit*, p. 45-46.

⁷³ VELLOSO, André. MATTOS, Ralfô. *A rede de cidades do Vale do Jequitinhonha nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Geonomos, v.5, p.49-60, 1998, p. 82-84; PEREIRA, Leopoldo. *O Município de Araçuaí*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1969, p. 106.

Embora recorrentemente incompletos⁷⁴, os levantamentos populacionais na região em que atuava a 7ª Divisão Militar apontavam sempre um baixo número de moradores. Informações fornecidas por Cunha Matos, também para a década de 30 do século XIX, apresentam um total de 960 almas residindo no arraial de São Miguel do Jequitinhonha.⁷⁵ Restam dúvidas sobre quantos destes estariam presentes nos dados fornecidos pelo vigário-subdiretor dos índios do Jequitinhonha, José Pereira Lidoro, em 1828, em que declarou à Marlière possuir 1031 *almas* nas nove aldeias pertencentes a 7ª Divisão.⁷⁶ Em 1817, o então comandante da mesma divisão “avaliava em cerca de dois mil indivíduos a população indígena vizinha ao rio”.⁷⁷

Uma estimativa populacional realizada em 1890, feita a partir de acréscimo aritmético dos dados de 1872, traz 6274 habitantes para as paróquias de São Miguel do Jequitinhonha, São Sebastião do Salto Grande e São Pedro do Jequitinhonha. Deste levantamento não consta nenhuma informação sobre as paróquias de São João da Vigia e Santa Rita, criadas após 1872. O que aponta uma possível falha neste levantamento de 1890.⁷⁸ Trinta anos depois, em 1920, agora sendo somados os povoados que então faziam parte do município de Jequitinhonha - Joáima, Pedra Grande, Almenara, Rubim, Jacinto, Salto da Divisa e Jordânia, a grande maioria não contabilizada e alguns ainda nem existentes em 1890 - a população total dá um salto para 74.652 habitantes.

O terceiro capítulo desta pesquisa voltará a tratar da questão populacional das matas do Jequitinhonha no final do século XIX, quando será analisada esta realidade demográfica e a influência da migração na região das *caatingas*, na outra parte do Médio Jequitinhonha, juntamente com a migração oriunda das regiões do Alto Jequitinhonha, Itacambira, Montes

⁷⁴ Como é o caso da “Relação das cidades, Villas e povoações da Província de Minas Geraes com declaração do número de Fogos de cada uma”, de 1830, que, devido a falhas na coleta ou no envio das informações, não indica nenhum fogo no “Arraial e Matriz de São Miguel” (RAPM, Belo Horizonte, v. 2, 1897, p. 27).

⁷⁵ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais* [1837]. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, Vol. 1, 1981, p. 193-197.

⁷⁶ RAPM, Belo Horizonte, v. 10, 1905, p. 629. Em 1826, Marlière sugere atender, com suas funções, o total de seis mil indígenas (RAPM, Belo Horizonte, v. 11, 1906, p. 172). É importante adiantar, como será tratado no próximo capítulo, que as listas nominativas da década de 1830 não trazem nenhuma informação sobre o território das matas do Jequitinhonha.

⁷⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975, p. 242 e 25.

⁷⁸ Estimativa populacional de 1890: RAPM. Ouro Preto, v. 3, 1898, p. 470 e 498. Os mesmos números de 1890 são utilizados por João Valdir Alves de Souza no seu levantamento populacional dos arraiais localizados na região das matas do Jequitinhonha (SOUZA, João Valdir Alves de. *Igreja, educação e práticas culturais: a mediação religiosa no processo de produção/reprodução sociocultural na região do médio Jequitinhonha mineiro*. 360f. Tese de doutorado em História e Filosofia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000, p. 334, Tabela 3). De acordo com o levantamento empreendido por Souza em 1890, os distritos de São Miguel e Salto da Divisa, juntos, tinham 5.836 moradores. Outro ponto interessante é que, no recenseamento de 1972, o já criado município de “Santo Antonio do Arassuahy” aparece contendo 2424 habitantes, sendo que as freguesias de São Miguel do Jequitinhonha e São Sebastião do Salto Grande não contêm nenhuma informação.

Claros e da Bahia.⁷⁹ Já o próximo capítulo buscará discutir aspectos teórico-metodológicos a partir das fontes utilizadas nesta pesquisa. Pretende-se apresentar uma breve discussão sobre as potencialidades deste método no contexto aqui estudado. As fontes utilizadas e as suas condições de acesso estão, de certa forma, diretamente relacionados com o modo pelo qual a análise demográfica será empreendida. Por fim, busca-se a compreensão de aspectos que estão relacionados às fontes civis, em contraposição às potencialidades geralmente observadas em relação às listas nominativas e fontes paroquiais.

2 - Demografia histórica e as fontes primárias no Médio Jequitinhonha

Ainda que relativamente recente no Brasil, a demografia histórica vem acumulando ricas informações acerca da população brasileira em períodos diversos. Entretanto, estes estudos continuam em grande parte concentrados nas regiões sul e sudeste do país,⁸⁰ principalmente em São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Esta realidade, obviamente, está diretamente ligada ao número de instituições de ensino superior, ao grau de organização dos cursos de História, e à documentação existente nestas regiões. A partir de uma orientação inicial da historiografia francesa, inúmeras pesquisas foram sendo realizadas ao longo destas últimas décadas, num constante processo de adaptação e amadurecimento da metodologia utilizada, preocupada em reconstituir os “dinamismos do sistema demográfico e suas articulações com os outros sistemas (econômicos, sociais, ideológicos, e assim por diante)”.⁸¹

A grande mobilidade social encontrada no Brasil - característica comum em praticamente todo o território nacional, principalmente durante os períodos colonial e imperial⁸² -, e a miscigenação que constituiu a nação brasileira são duas entre as principais características que nos distinguem em relação à sociedade europeia. Esses dois fatores

⁷⁹ Vide Anexo 1. Justificativa realizada na nota 22.

⁸⁰ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *História demográfica e História Social: convergências e perspectivas*. I Encontro Memorial do ICHS. Mariana, MG: UFOP, 11 de novembro de 2004. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/m0065morial/conf/mr5b.pdf>. Acesso em 02/09/2011; FARIA, Sheila de Castro. História da Família e Demografia Histórica. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997, p. 241-258.

⁸¹ NADALIN, Sergio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004, p. 70.

⁸² De acordo com Wissenbach, a vida rural continha uma característica errante e temporária, e a migração ocorria como um exemplo de liberdade, simbolizada por uma vida instável, diferente da desejada pela elite. WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Da Escravidão à liberdade: Dimensões de uma privacidade possível”. In.: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, Vol. 3, p. 49-130.

também se mostram marcantes no Médio Jequitinhonha. No caso específico de Minas Gerais, o incremento da *ruralização* da sociedade no decorrer do século XIX, constituindo enormes distâncias entre moradores, tendia a dificultar o registro de nascimento, casamento e óbito. No caso brasileiro, afirma-se que as famílias ilegítimas chegaram a representar 25%, 50% e até 60% entre a população livre, sendo, porém, menor o número delas na zona rural, como pondera Marcílio.⁸³ Nesse sentido, Nadalin aponta para a existência de uma maior difusão do costume em relação aos registros eclesiásticos de nascimento. Porém, afirma que o mesmo não ocorre com os casos de óbitos. Para o autor, este aspecto se deve ao pouco interesse daquela sociedade plural e miscigenada em contar seus indivíduos⁸⁴ - fenômeno intensificado por parte das autoridades somente a partir do iluminismo pombalino.⁸⁵

Em busca de um enfoque regionalizado, foram sendo realizadas várias pesquisas que propunham cruzar os registros paroquiais e as listas nominativas, num movimento que permitisse “que as lacunas de um sejam completadas pela informação do outro, e vice-versa”⁸⁶. Além disso, com o intuito de enriquecer os dados coletados e observar diretamente os indivíduos e suas famílias, os registros cartorários de inventários e processos crime foram usualmente adicionados.

Foi possível observar, no capítulo anterior, aspectos referentes à situação da documentação do Médio Jequitinhonha, que pouco colabora para que se alcance algum destaque nas pesquisas de demografia histórica. A quase inexistência de documentos paroquiais dificulta a aplicação do mesmo método realizado na maioria dos estudos. Talvez seja esta uma das razões para a ocorrência de poucos estudos demográficos para esta região no período oitocentista. Com base nas listas nominativas de 1831/32 e 1838/40 e dos mapas populacionais de 1833/35, estima-se uma população total estimada em 56.242 habitantes em toda a região de Minas Novas. De acordo com este mesmo levantamento, a representatividade das listas nominativas é de apenas 23%, ou seja, do total estimado, apenas 12.981 habitantes estavam presentes na lista. Isso significa que dos 24 distritos da região de Minas Novas,

⁸³ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população – estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. 2ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 148-149; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Estratégias matrimoniais entre a população livre de Minas Gerais: Catas Altas do Mato Dentro, 1815-1850*. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú, 20-24-09 de 2004, p.3.

⁸⁴ NADALIN, Sergio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004, p. 44-47.

⁸⁵ SILVA, Ana Rosa Clocllet da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 53-85. Para mais sobre este debate, cf. também: MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.

⁸⁶ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *História Demográfica: Recuperando sociabilidades no passado*. In: Tarcísio Rodrigues Botelho (org.). *História Quantitativa e serial no Brasil: um balanço Goiânia*: ANPUH-MG, 2001, p. 31.

apenas 7 responderam, sendo que a região das matas do Médio Jequitinhonha e suas proximidades - também pertencentes a Minas Novas naquele período - estão entre as que se acham fora deste levantamento.⁸⁷

Quando se trata de fontes paroquiais, as informações ficam potencialmente mais complexas. Como já apresentado no capítulo anterior, algumas fontes informam acerca da população da região de Minas Novas, e, conseqüentemente, da de São Miguel do Jequitinhonha. Certas fontes agregam pouco, como é o caso da citada *Relação das cidades, Villas e povoações da Província de Minas Geraes com declaração do número de Fogos de cada uma*, de 1830, em que o “Arraial e Matriz de São Miguel do Jequitinhonha” não possui nenhum fogo registrado. Mas outras são mais eloquentes, como, por exemplo, a declaração, ainda na década de 1830, de que havia um total de 960 almas residindo no arraial de São Miguel do Jequitinhonha e um número estimado de 44.054 habitantes no termo Minas Novas.⁸⁸ Tendo em vista estas informações, as fontes eclesiásticas parecem projetar um horizonte de grande potencialidade para a construção de uma pesquisa populacional sobre o Médio Jequitinhonha, fundamentada empiricamente. Porém, as possibilidades param por aí. São inúmeras as dificuldades de acesso às fontes paroquiais, que esbarram na restrição de acesso imposta por parte dos clérigos locais. Mesmo que se consiga acesso ao que restou, a grande limitação fica por conta dos desastres pluviométricos. As enchentes ocorridas em Araçuai em 1919 e 1928 foram responsáveis pela lavagem – literalmente – de toda a cidade e, no caso da última, de toda a documentação recolhida pela diocese local, restando apenas poucos documentos referentes ao XIX. De acordo com Souza:

A grande enchente de 1928 levou tudo o que passaria a constituir o arquivo que se formava na nova sede diocesana. Todo o material recolhido nas mais antigas paróquias da região ao arquivo diocesano, como Minas Novas,

⁸⁷ Informações retiradas de: PAIVA, Clotilde de Andrade: *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de doutoramento em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996. Ponderações em relação ao uso e interpretação a respeito da utilização destas fontes são feitas pela mesma autora em GODOY, Marcelo Magalhães; PAIVA, Clotilde Andrade. Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos de População*. v. 27, nº.1, São Paulo Jan./Jun. 2010, p.2.

⁸⁸ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais* [1837]. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, Vol. 1, 1981, p. 193-197; Ainda, de acordo com os viajantes Halfeld e Tshudi, em 1855, o termo de Minas Novas totalizava aproximadamente 72 mil habitantes. (HALFELD, Henrique Guilherme Fernando; TSHUDI, Johann Jakob von *A provincial de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de estudos históricos e culturais, 1998, p. 133). O trabalho de MARTINS e SILVA faz uma divisão do Estado que cria uma imensa região denominada Jequitinhonha/Rio Doce, que abrange as regiões dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha - municípios de Conceição, Diamantina, Minas Novas e Serro (SILVA, Maria da Conceição. *Catolicismo e casamento civil na Cidade de Goiás: conflitos políticos e religiosos (1860-1920)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.23, nº.46, 2003, p. 5 e 8). A partir do censo de 1872, esta região, entre livres e escravos, apresentava um total de 96.843 (83.409 livres e 13.434 cativos).

Chapada e Berilo, foi levado pelo rio Araçuaí. Em apontamento de 1935, o padre Otaviano Magalhães, da paróquia de Minas Novas lamentava a situação do seu arquivo paroquial, ao comentar a boa intenção de Dom Serafim Gomes Jardim quando transferiu para Araçuaí a maior parte dos documentos desse arquivo.⁸⁹

Além das enchentes de 1919 e 1928, moradores locais relatam⁹⁰ que, em 1979, outra enchente também marcou profundamente pelo grande estrago que provocou na cidade, atingindo inclusive o Cartório de Primeiro Ofício de Notas de Araçuaí: local onde ainda é possível encontrar os poucos livros que restaram, referentes à segunda metade do século XIX.

Souza também relata a dificuldade em conseguir acesso à documentação, principalmente pelo fato de ainda não existir nenhum arquivo público organizado na região do antigo termo de Minas Novas. Na maioria das vezes, contou-se com a boa vontade e simpatia de alguns que possuem documentos em sua posse privada, em grande parte salvos do lixo e de fogueiras.⁹¹

A situação da documentação produzida e ainda existente na região do antigo termo de Minas Novas serve como alerta à necessidade de também se conferir maior atenção à documentação não colonial e não camarária ainda existente em Minas. Pois, pensando a partir

⁸⁹ SOUZA, João Valdir Alves de. *Igreja, escola e comunidade: elementos para a História Cultural do Município de Turmalina*. Montes Claros; Ed. Unimontes, 2005, p. 35-36.

⁹⁰ GUERRERO, Patricia. *“Canoa não é força, é opinião”*: o Vale do Jequitinhonha contato e cantado por canoeiros. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2000; JARDIM, Maria Nelly Lages. *O Vale e a Vida: história do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1998, p. 112-114.

⁹¹ SOUZA, João Valdir Alves de. *Igreja, escola e comunidade: elementos para a História Cultural do Município de Turmalina*. Montes Claros; Ed. Unimontes, 2005, p. 35). Durante o levantamento documental, também foram conhecidas algumas pessoas que disseram “serem donas” de considerável acervo documental produzido por instituições públicas. Todas elas disseram haver resgatados papéis de porões, enchentes, lixos ou fogueiras. O fogo também foi o destino de boa parte da documentação administrativa produzida no termo de Minas Novas. Em meados de 2010, contatou-se o trabalho, ainda em fase inicial, de organização do acervo existente. O trabalho vinha sendo realizado pela Secretaria de Cultura da Prefeitura local, com auxílio e orientação do Arquivo Público Mineiro. Porém, já em 2006, Libby apontava o interesse da administração pública em organizar o acervo camarário da cidade. Quatro anos depois, em meados de 2010, pouca coisa havia mudado (LIBBY, Douglas Cole. Subsídios para história de Minas. RAPM. Belo Horizonte. Ano XLII. n° 2 – julho-dezembro de 2006, p. 22-23). Anda em relação a Minas Novas, Carrara teve acesso a alguns documentos no arquivo do fórum da cidade (CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais: produção e Mercado interno de Minas Gerais (1674-1807)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007). Já a documentação de Araçuaí não tem tido a mesma sorte. Como já relatado, devido às enchentes, restou apenas pequena parte da sua documentação cartorária - que inclusive encontra-se isolada de qualquer acesso, sob os cuidados do atual Cartório de Registro Civil. A outra parte dos livros cartorários, com registros datados a partir de 1876, está acessível - embora cheios de barro - no Primeiro Cartório de Notas da cidade. No que se refere à administração municipal, toda a sua documentação - permanente - encontra-se jogada no almoxarifado, formando verdadeiras montanhas de documentos amontoados. Além de terem sido salvos de enchentes e queimadas, também sofrem com transporte pouco cuidadoso entre um e outro prédio, inúmeras vezes realizado. Situação que é fruto não só de desinteresse da maioria dos administradores, mas também pela carência regional de recursos e principalmente de mão de obra especializada que pudesse oferecer organização e tratamento adequado ao acervo. Em Jequitinhonha, a situação tem sido revertida. A exemplo do esforço ocorrido em Minas Novas, a Secretaria de Cultura e Turismo da cidade iniciou em 2010 um projeto de organização do acervo produzido pela administração municipal, infelizmente apenas com documentos datados a partir de 1918.

das condições encontradas na região, é difícil vislumbrar uma “desoficialização da história”, como sugerido por Maria Yedda Linhares.⁹² Esta realidade deve se manter, pelo menos enquanto o norte e o nordeste do estado estiverem sob tal situação de precariedade em relação à organização do pouco que restou da documentação produzida no local. Nestas regiões, na maioria dos casos, são os relatos orais e as afirmações com pouquíssima fundamentação empírica que constituem o saber histórico.

O relato acima - sobre o destino da documentação eclesiástica da região -, e a carência de informações das listas nominativas e do recenseamento geral de 1872 pintam um quadro de grande dificuldade para o conhecimento da situação demográfica da região durante o século XIX. Não obstante as dificuldades encontradas, os registros cartorários de casamento e óbitos, datados a partir de 1889 e encontrados ainda em estado razoável de conservação, fornecem informações preciosas acerca das estratégias traçadas e das condições encontradas por algumas famílias que adentraram as matas do Médio Jequitinhonha a partir do final do século XIX, em busca de constituir residência.⁹³ Através de cuidados e adaptações na metodologia tradicionalmente utilizada nas fontes paroquiais, é possível suprir parte da carência deixada pela inexistência de outras fontes. Os registros civis oferecem ainda condição de se obterem informações seriais e qualitativas acerca dos habitantes que viveram o período de transição entre os séculos XIX e XX naquela região.

2.1 - Os registros civis na República brasileira

Ainda no capítulo anterior, foi referida a impossibilidade de se pensar a administração régia colonial sem relacioná-la à atuação e organização eclesiástica; afinal, como disse Kantor, foram propostas “teses de que os limites do governo secular deviam ser estabelecidos em função do governo eclesiástico”.⁹⁴ Como “corpo indissociável da monarquia portuguesa”, a Igreja possuía a atribuição de registrar “todas as ocorrências da vida civil” (nascimento,

⁹² Entrevista realizada com Linhares por Mary Del Priore: Linhares, Maria Yedda. Por Uma história documentada. RAPM. Belo Horizonte. Ano XLII. n° 2 – julho-dezembro de 2006, p. 20-17.

⁹³ Os livros de registro de casamentos e óbitos estão razoavelmente conservados, sob tutela do Cartório de Registro Civil de Jequitinhonha. Entretanto, alguns livros foram perdidos ao longo dos anos e outros já se encontram com algumas páginas perdidas. Além dos casamentos e óbitos, também encontra-se preservados alguns livros de notas e de audiências, efetuadas pelo juiz de paz e datadas de a partir de 1865. Pelas dificuldades de me manter por longa data na cidade de Jequitinhonha durante a pesquisa e pela incerteza de quanto tempo esta documentação ainda continuaria preservada por lá, utilizei a estratégia de fotografar toda a documentação consultada nesta pesquisa.

⁹⁴ KANTOR, Iris. Do imposto a etiqueta: conflitos de jurisdições no processo de implantação do bispado de Mariana em Minas Gerais (1948), In.: GONÇALVES, Andréa Lisly; OLIVEIRA, Ronald Polito de (org.). *Temo de Mariana II: história & documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 2004, p. 59.

batismo, casamento e óbito), que “necessariamente passavam pelos registros paroquiais”.⁹⁵ Esta realidade perdurou até o período imperial brasileiro, regulado pelas normas do Concílio de Trento e pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707).⁹⁶ O Decreto 9886 de 7 de Março de 1888, presente inclusive no termo de abertura dos primeiros livros de casamentos e óbitos aqui analisados, derrubaram de vez esta prerrogativa eclesiástica. No caso do casamento, antes mesmos do Decreto 9886, a Lei de 11 de setembro de 1861 (regulamentada pelo Decreto de 17 de abril de 1863) dava condições à oficialização do casamento entre não católicos, permitindo-os obedecer às regras de suas religiões. Coube ao Decreto 181 de 24 de Janeiro de 1890 detalhar a regulamentação do casamento civil no Brasil. O artigo 109 do Decreto 181 afirmava: “Da mesma data por diante todas as causas matrimoniaes ficarão competindo exclusivamente á jurisdição civil. As pendentes, porém, continuarão o seu curso regular, no fôro ecclesiastico”. O mesmo Decreto, também aponta uma série de recomendações a respeito das informações necessárias ao registro, que, em alguns casos, se distinguia do das paróquias. Neste sentido, Nadalin comenta, por exemplo, a inexistência de citação sobre as ocupações e idades em alguns registros paroquiais.⁹⁷ O mesmo ocorre nos registros de casamento presentes atualmente na paróquia de Jequitinhonha, datados a partir da segunda década do século XX.

Os registros civis de óbito e casamento apresentam uma situação diferente. Durante os 22 anos consultados, foi regra entre os escrivães anotar a profissão e a idade da maioria dos declarados, salve um ou outro caso de aparente esquecimento. O mesmo era exigido de todas as testemunhas, que variavam de 2 a 4 indivíduos, sempre homens e com um grau mínimo de instrução que os possibilitasse assinar seu próprio nome.⁹⁸ De certa forma, esta diferença, oferece ao registro cartorário uma maior riqueza em relação aos paroquiais, deixando o pesquisador em condições de perceber a ocupação de um maior número de indivíduos, não

⁹⁵ FIGUEIREDO, Cecília Maria Fontes. *Religião, Igreja e religiosidade em Mariana no século XVIII*. In.: *Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: Editora da UFOP. 1998, V. 1, p. 101.

⁹⁶ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Estratégias matrimoniais entre a população livre de Minas Gerais: Catas Altas do Mato Dentro, 1815-1850*. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú, 20-24-09 de 2004, p. 3.

⁹⁷ NADALIN, Sergio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004, p. 54. Esta ausência também é confirmada pelo levantamento que tem sido realizado, a partir dos registros da primeira metade do XIX na Paróquia da Igreja da Sé de Mariana, por alunos da UFOP ligados ao projeto de pós-doutorado de Cristiana Viegas.

⁹⁸ Outra diferença também importante sobre os registros paroquiais e cartorários é a ausência de caracterização por cor e/ou raça. Muito comum nos registros paroquiais do século XIX, esta informação não consta na documentação de período republicano analisada neste trabalho. Em resposta à isso, Brügger chama atenção para a substituição da “cor” pela atividade profissional, ocorrida devido à crise do escravismo. No entanto, ponderando o que a autora diz, quando era este o caso, o termo “liberto” se manteve presente nesta documentação posterior a 1888 - ainda que somente nos primeiros anos dos registros analisados (BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007, p. 296-298).

somente das pessoas de maior destaque social, como é o caso dos registros paroquiais. O registro cartorário tem ainda a vantagem de indicar a variação da ocupação declarada pelo contratante ou testemunha em períodos distintos de sua vida. Botelho esclarece que: “A partir do século XIX, houve a difusão, na Europa, dos registros civis de casamento. Mais completos que os registros católicos, eles puderam ser utilizados em inúmeros estudos que investigavam a mobilidade social ao longo dos séculos XIX e XX”.⁹⁹ O mesmo não se pode dizer para o contexto brasileiro.

O fato de a maior parte da população residir em áreas rurais e não na sede distrital – onde, na maioria das vezes, se realizava o registro - e a obrigação imposta às testemunhas de saber assinar restringiram o levantamento e a análise da população residente na região. Pois, como será visto no capítulo a seguir, apenas uma pequena parcela da sociedade mineira e brasileira daquele período tinha pelo menos um mínimo de letramento. Ainda sim, pode-se dizer que a maior riqueza nas informações dos registros cartorários oferece condições para se perceber melhor alguns atores sociais que, em muitos casos, passavam invisíveis durante toda a sua vida. Além disso, de acordo com Silva - em pesquisa que busca analisar os conflitos entre o catolicismo e as inovações republicanas na cidade de Goiás, entre 1860 e 1920 -, há ainda a tentativa do clero em repelir a dita “imoralidade” do casamento civil. De acordo com a autora, este conflito seria fruto do embate traçado entre o clero e os liberais.¹⁰⁰ O direito ao divórcio também se põe como um ponto de discordância entre clérigos e liberais republicanos. O artigo 88 do Decreto 181 afirma o seguinte: “O divórcio não dissolve o vínculo conjugal, mas autoriza a separação indefinida dos corpos e faz cassar o regime dos bens, como si o casamento fosse dissolvido.”. Embora existisse a prerrogativa da lei regulamentando a possibilidade do divórcio, em nenhum caso aqui analisado foi possível encontrar registro de casal divorciado.

Comuns foram os casos de cônjuges viúvos(as). Na maioria destes casos, era comum o relato do escrivão a respeito da existência ou não de inventário do falecido. Entretanto, em toda a documentação analisada, com dezenas de relatos de cônjuge falecido, consta apenas um único caso de inventário realizado. Como se não bastasse, nenhum dos inventários ou testamentos realizados na região se encontra disponível à pesquisa. Toda esta documentação, provavelmente, e é o que informam os fóruns criminais das cidades de Araçuaí e

⁹⁹ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Estratégias matrimoniais entre a população livre de Minas Gerais: Catas Altas do Mato Dentro, 1815-1850*. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú, 20-24-09 de 2004, p.3.

¹⁰⁰ SILVA, Maria da Conceição. *Catolicismo e casamento civil na Cidade de Goiás: conflitos políticos e religiosos (1860-1920)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.23, nº.46, 2003.

Jequitinhonha, foi perdida ao longo das já relatadas enchentes e também, pelas acomodações inadequadas. É possível encontrar nos fóruns apenas inventários datados a partir da segunda década do século XX.

Retornando aos registros civis, a estrutura da documentação, a princípio, obedeceu a um padrão nem sempre seguido à risca pelos escrivães. Além dos esquecimentos, algumas vezes corrigidos com notas acrescentadas, a constante troca de escrivão e a atuação de temporários, trouxeram aos registros uma infinidade de padrões distintos, estabelecendo-se grande variação quanto ao que deveria ou não constar. Em geral, o registro de óbito contava com as seguintes informações: número, data e local do registro; nome do declarante; nome, idade, ocupação, naturalidade, local de residência, filiação e, quando fosse o caso, nomes de cônjuges e filhos do falecido. Continha também data, local e motivo do falecimento; além do local do sepultamento e das assinaturas finais do escrivão, do declarante e das testemunhas. Na maioria dos casos, as testemunhas declaravam idade e local de residência. No caso dos registros de casamento, as informações geralmente presentes eram: número, data e local do registro; nome dos cônjuges (contratantes), idade, estado civil, ocupação, naturalidade, local de residência e filiação de cada um; e, por fim, as assinaturas do escrivão, dos contratantes e das testemunhas, que também declaravam idade e local de residência. Nos casamentos, especificamente, observam-se ainda outros detalhes que agregam maior riqueza às fontes. É o caso dos documentos em que o escrivão relata a ocorrência anterior do casamento religioso dos contratantes ou mesmo, como nos primeiros registros, em que informa o dia, o padre e o local da realização dele. Apesar de ser algo que ainda faz parte da tradição contemporânea, não deixa de merecer registro o fato de que embora a divisão entre o Estado e Igreja - realizada logo nos primeiros anos da República - atingisse as leis dos registros civis, ainda assim, o registro do casamento civil permanecia diretamente ligado à cerimônia religiosa.

A partir de 1891, as demais informações acerca do casamento religioso deixam de constar do registro. Somente anos depois, agora já sem nenhuma regularidade e obedecendo ao critério do escrivão, os registros voltam a apontar a ocorrência da união religiosa entre os cônjuges, em substituição à declaração do estado civil. Entretanto, em mais da metade dos casos, consta apenas o estado de solteiro(a) ou viúvo(a) dos cônjuges. É também bastante comum encontrar o relato comprovando a existência de um convívio anterior ao ato do casamento. Muitas são as pesquisas que comprovam a normalidade da relação conjugal não legitimada durante os períodos colonial e imperial, principalmente entre escravos, libertos e

homens pobres.¹⁰¹ Quando isto ocorria, constam na documentação os nomes e as idades dos filhos do casal. O mesmo acontecia quando havia ex-maridos e ex-mulheres que, se fosse o caso, eram registrados juntamente com os nomes dos filhos gerados pela união.

Na impossibilidade de se traçar uma análise de longa duração acerca das características populacionais do Médio Jequitinhonha, este trabalho buscará, no próximo capítulo, apresentar os resultados obtidos a partir da análise das informações existentes nos registros civis de óbito e casamento, contrapondo-os a outras pesquisas que buscaram efetuar um levantamento demográfico. Buscar-se-á focar principalmente a relação com os levantamentos realizados em localidades das Minas Gerais oitocentistas. Em algumas situações, serão utilizados também alguns resultados obtidos em outros locais e períodos distintos do recorte espacial e temporal desta pesquisa.

3 - Família e população em São Miguel do Jequitinhonha

Como foi apresentado nos capítulos anteriores, o processo de ocupação do Médio Jequitinhonha decorrido ao longo do século XIX ocorreu de forma interligada, mas com clara distinção no que diz respeito ao desenvolvimento entre as duas regiões que o compõem. A primeira, mais próxima à nascente, caracterizada por clima e vegetação de caatinga, tem estratégica localização, próxima ao encontro entre os rios Jequitinhonha e Araçuaí, onde se constituiu a sua principal cidade: Araçuaí. Esta região teve o comércio como um dos principais fatores responsáveis pelo seu rápido desenvolvimento desde meados do século XIX. A segunda região, mais próxima à foz, é caracterizada por suas áreas de matas, tendo naquele momento São Miguel do Jequitinhonha como principal povoado. Nesta região, o difícil acesso pelas poucas estradas existentes, a insegurança pela grande presença do indígena hostil e os longos períodos de estiagem foram alguns dos principais fatores responsáveis pela sua ocupação lenta e tardia no decorrer do século XIX.

Entretanto, estas duas regiões atravessaram todo o século XIX e o início do XX intimamente ligadas, sendo impossível pensá-las desassociadas. Mesmo durante o auge da atividade comercial das caatingas, que interligava o norte e o centro-norte de Minas com o sul

¹⁰¹ MARCILIO, Maria Luiza. Caçara: terra e população – estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. 2ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 163-179; BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007, cap. 2; SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil. Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; NADALIN, Sergio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004, p. 43: são alguns exemplos entre os inúmeros trabalhos que se propõem debater a ilegitimidade conjugal.

da Bahia, a ação sob o comando régio, frente aos indígenas, foi essencial para o andamento e o desenvolvimento mercantil realizado através do rio. Ainda durante o auge deste comércio, mas principalmente depois que este diminuiu a sua força, as terras férteis das matas do Jequitinhonha se mostraram como local estratégico à migração e ao cultivo dos itens de subsistência para os moradores residentes próximos à cidade de Araçuaí, principalmente em períodos de dificuldades climáticas. No sentido contrário, São Miguel do Jequitinhonha também esteve intimamente ligado aos povoados existentes rio acima desde a sua fundação. Ainda em meados do Setecentos, portanto antes mesmo do desenvolvimento comercial pelo rio Jequitinhonha e do crescimento demográfico nas proximidades da cidade de Araçuaí, as matas já compunham administrativamente o termo de Minas Novas. Entretanto, a partir da segunda metade do XIX, a região das matas passou a responder diretamente ao município de *Arassuahy*. O processo decorrido nas matas, a partir do final do século XIX, atraiu não somente os povos da caatinga do Médio Jequitinhonha, mas também grandes fluxos populacionais oriundos da Bahia e do norte de Minas, ou seja, do caminho do sertão do São Francisco. Neste capítulo pretende-se, exatamente, fornecer dados empíricos que possam comprovar estas afirmações. De forma equivalente, pretende-se também apresentar informações acerca destes migrantes e dos meios de vida característicos da população que residia nas matas, principalmente a de São Miguel do Jequitinhonha.

Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, alerta para a supervalorização dos grandes rios e para o esquecimento do papel fundamental dos pequenos.¹⁰² Apesar do destaque e da importância dos grandes rios, foram os pequenos os responsáveis pelo abastecimento, pela irrigação e pelo atendimento de grande parte das necessidades cotidianas dos colonos, possibilitando-lhes se estabelecer e sobreviver. Noutras palavras, apesar da importância do rio Jequitinhonha, os povoados, as aldeias, as fazendas e os sítios da região também tiveram nos pequenos rios o referencial para a sua instalação; foram eles os responsáveis por suprir grande parte das suas necessidades diárias, como destaque ao plantio. No caso das matas do Jequitinhonha, a extração de pedras preciosas e a navegação comercial não se apresentaram como fatores cruciais para o crescimento e o desenvolvimento de seus povoados. Por outro lado, os pequenos rios, córregos e lagos ofereceram condições aos que buscavam tirar da terra a sua sobrevivência.

Como já lembrado no primeiro capítulo, os residentes das matas utilizaram-se do comércio pelo Jequitinhonha de forma diferenciada quando comparados ao ocorrido nas áreas

¹⁰² FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 23. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1984, p. 26.

urbanas das caatingas. Tanto que foi somente após o deslocamento do eixo comercial estabelecido nas proximidades de Araçuaí, ocorrido no final do século XIX, a criação da linha férrea Bahia-Minas e a construção de uma estrada aproximando as matas do Jequitinhonha a Teófilo Ottoni que os povoados localizados na região das matas passaram então a crescer demograficamente e a se desenvolver de forma ampla.¹⁰³ A partir deste período, o comércio realizado com a Bahia através do rio Jequitinhonha serviu apenas como mais uma opção visando atender às necessidades dos moradores que, agora em ritmo acelerado, foram se estabelecendo nos povoados constituídos nas matas.

Essa diferenciação do papel do rio Jequitinhonha nas duas regiões do Médio Jequitinhonha, no entanto, não significa dizer que houve um abandono do comércio, pois, como se verá posteriormente, ele continuou sendo uma das principais ocupações na região.¹⁰⁴ Ao mesmo tempo em que o comércio se intensificou, substancialmente a população estabelecida nas proximidades da cidade Araçuaí também foi aumentando. Em todo o município, devido a sua grande disponibilidade de terras, – principalmente na região caracterizada por matas virgens - foi sendo intensamente explorado e preparado para a chegada e a fixação de novos migrantes.¹⁰⁵ É o que também confirma Pereira, referindo-se ao processo decorrido durante a segunda metade do XIX:

Em tôda esta região de que aqui me ocupo, as matas virgens estão já reduzidas a um décimo, se tanto, do que eram há 50 anos. Há já grandes fazendas que não têm, há muito, madeira para construção. O mato que não cai sob o machado do labrador, arraza-o o fogo das queimadas.¹⁰⁶

A derrubada teve impacto significativo. Se até as últimas décadas do século XIX, declarava-se para as matas um total que não ultrapassava cinco ou seis mil indivíduos, mesmo acrescentando-se migrantes e indígenas, a partir do início do período republicano a situação se modificaria. Ao final da primeira década do XX, a freguesia de São Miguel do Jequitinhonha

¹⁰³ SENNA nos confirma este crescimento (SENNA, Nelson de. *Anuário de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano II, 1909, p. 176).

¹⁰⁴ Guerrero, ainda no final do último século, entrevistou ex-canoeiros que, naquela oportunidade, já com mais de 70 anos de idade, disseram: “Da Barra do Pontal agente já começava a vendê. (...) O que eles mais comprava era rapadura, sal, querosene. Nós carregava aqui, quando chegava lá em Itaobim, a canoa já tava praticamente vazia. Nós tornava completa e descia.”(...) “Uma outra coisa que é muito importante que eu lembrei agora, os canoeiros trazia estudante de Salto da Divisa, de Almenara, Jequitinhonha pra estudar aqui em Araçuaí” (GUERRERO, Patricia. *“Canoa não é força, é opinião”*: o Vale do Jequitinhonha contato e cantado por canoeiros. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2000, p. 73-74).

¹⁰⁵ Similar ao observado por Marcílio na região de Ubatuba-SP, no período de sua expansão de demográfica (MARCILIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população – estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. 2ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 40-56).

¹⁰⁶ PEREIRA, Leopoldo. *O Município de Araçuaí*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1969, p. 46.

estaria “com cerca de 20.000 almas”, e a região atingiria a marca de quase cinquenta mil moradores.¹⁰⁷ Para este último momento, Staphorst relata ainda o seguinte:

A cidade de São Miguel do Jequitinhonha e as margens do Jequitinhonha já eram habitadas havia muitos anos, mas o resto dessa região era mata virgem, cujos moradores, vindos de vários lugares da Bahia e de Minas, ficaram por ai recentemente e ainda se deslocavam permanentemente, à procura de terras melhores para sua lavoura e sua criação de gado. Aqui e acolá havia pequenos povoados com alguns negociantes, mas a população restante morava espalhada às margens dos rios e córregos. Ininterruptamente novos chegantes vinham morar nas matas.¹⁰⁸

Uma diversidade de agentes veio se estabelecendo nas matas do Jequitinhonha no decorrer de todo o período colonial e imperial: negros quilombolas, brancos e mestiços pobres, bandidos fugidos, pessoas de posses, entre outros, com distintos interesses. Os negros, primeiramente, se fizeram presentes na região ainda sob a condição de cativos, muitas vezes fugidos tanto do Alto Jequitinhonha quanto da Bahia. Embora levantamentos censitários demonstrem a baixa presença da mão de obra de origem africana no sertão do Jequitinhonha, é possível encontrá-los em fazendas e casas da região, como demonstra a documentação existente no local.¹⁰⁹ O segundo tipo de agente, também estabelecido ainda durante o século XVIII, tendo a sua presença intensificada desde o XIX, é representado pelos indivíduos envolvidos com fazendas de criação de gado. A “zona curraleira”, estabelecida às margens e nas proximidades do rio São Francisco, decorrente da ocupação já difundida de paulistas e

¹⁰⁷ A informação acerca da freguesia, leva em conta o relato de franciscanos, presentes ali a partir do início da década de 1910: STAPHORST, Frei Sabino. OFM. *Vinte e Cindo anos no Brasil*: comemoração do jubileu de prata da presença dos Franciscanos Holandeses no Brasil. Belo Horizonte: Editora Promoção da família, 1985, p. 123. As demais informações levam em conta o cruzamento dos mapas populacionais presentes nos anexos 3 e 4 deste trabalho. Consideram-se nesta soma apenas os povoados que vieram constituir o município de São Miguel do Jequitinhonha a partir de 1911.

¹⁰⁸ STAPHORST, Frei Sabino. OFM. *Vinte e Cindo anos no Brasil*: comemoração do jubileu de prata da presença dos Franciscanos Holandeses no Brasil. Belo Horizonte: Editora Promoção da família, 1985, p. 123.

¹⁰⁹ Foram contabilizados 13.434 em meio aos 96.843 residentes em toda região Jequitinhonha/Rio Doce em 1860. (MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice de Carvalho Cruz da. *Produção Econômica de Minas Gerais no século XIX*. V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. Caxambu: ABPHE, 2003, p. 8) Regiões próximas, como Montes Claros e Rio Pardo, também não apresentaram números muitos distintos em relação ao total de escravos na década de 1930: 21% e 22,64%, respectivamente. CHAVES, Edneila Rodrigues. *O sertão de Rio Pardo: sociedade, cultura material e justiça nas Minas oitocentistas*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Viera Filho também busca contrapor a ideia de não escravos no sertão de predomínio da atividade pecuária (VIERA FILHO, Raphael Rodrigues. *Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX*. São Paulo: Annablume, 2010). Para mais informações sobre os cativos no Médio Jequitinhonha: CAMARGO; Pablo Matos; GOMES, Nilma Lino; SANTOS, Maria Elisabete Gontijo dos. *Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI: História e resistência*. Belo Horizonte: Autêntica/CEDEFES, 2008; POEL, Francisco Van Der. Ofm. *Bibliografia do Jequitinhonha e Outras Coisas de lá*. Belo Horizonte: IOF, 1986; SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975, p. 262.

baianos¹¹⁰, foi responsável por estender a criação de gado por inúmeras fazendas ao logo do território próximo ao rio Jequitinhonha.¹¹¹ O naturalista francês Saint-Hilaire relata, ainda em 1817, que, embora tenha visto pouco gado em um dia entre Boa Vista e São Miguel do Jequitinhonha, foi-lhe assegurado que ali se criava uma grande quantidade, dispersa em meio a imensas pastagens.¹¹² Os baianos também tiveram papel fundamental na dinâmica econômica e na instalação da pecuária na região, ainda em meados do século XIX.¹¹³ É, entretanto, possível que a migração baiana tenha ocorrido de forma expressiva somente a partir do final do século XIX e princípio do século XX, com as grandes secas que assolaram todo o nordeste brasileiro.¹¹⁴

Além das fazendas de gado, ainda nas primeiras décadas do século XIX, o Médio Jequitinhonha atraiu muitos interessados no cultivo do algodão. Libby, analisando o termo de Minas Novas na primeira metade do XIX, demonstra a considerável difusão que o produto obteve na região - fato confirmado por estrangeiros como Saint-Hilaire, Spix e Martius. A sua abundância ali teria, inclusive, sido um dos argumentos para a construção da Fábrica de Tecidos de Itinga, já em 1880.¹¹⁵ Além disso, as políticas de Estado, através da presença militar e da ação efetiva em relação ao indígena “selvagem”, a distribuição de sesmarias aos interessados em se estabelecer na região e a autorização de abertura de estradas que a ligassem com o restante do território mineiro e sul da Bahia colaboraram e estiveram intensamente relacionados à ocupação da área. O Estado esteve presente ali através da ação de representantes locais, da figura do comandante da Divisão, do diretor geral ou de algumas

¹¹⁰ VIANNA, Urbino. *Bandeiras e Sertanistas bahianos*. São Paulo: CIA editora Nacional, 1935.

¹¹¹ Para mais informações sobre a extensão das fazendas de gado, cf. SOUZA, João Valdir Alves de. *Igreja, educação e práticas culturais: a mediação religiosa no processo de produção/reprodução sociocultural na região do médio Jequitinhonha mineiro*. 360f. Tese de doutorado em História e Filosofia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000, p. 37; CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais: produção e Mercado interno de Minas Gerais (1674-1807)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

¹¹² SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975, p. 242.

¹¹³ ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Território e geopolítica nas Minas Gerais do século XIX*. Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, v. 11, n. 16, jan./jun., 2009, p. 85. Também é possível evidenciar a relação que foi se construindo entre a pecuária do Médio Jequitinhonha e a da Bahia através do exemplar único do Jornal *O Indígena*, 1913, p. 1; Hemeroteca histórica de Belo Horizonte. Jornais: *O Rádio*, Fortaleza, 1909, p. 3; *O Norte*, Fortaleza, 1915, p. 1.

¹¹⁴ É também o que afirma Moreno, estipulando uma rota para esta migração: MORENO, Cezar. *A colonização e o povoamento do baixo Jequitinhonha no século XIX: A guerra contra os índios*. Belo Horizonte: Canoa das Letras, 2001, p. 150-151. Mais informações sobre impacto da seca para o desenvolvimento socioeconômico do sertão nordestino: VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

¹¹⁵ LIBBY, Douglas Cole. *Transformações e Trabalho em uma Economia escravista: Minas Gerais no Século XIX*. São Paulo: brasiliense, 1988, p. 192-196; SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975, p. 36 *passim*; SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friederich. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, p. 70 *passim*; Sobre a Fábrica de Itinga, ver o primeiro capítulo e: PINTO, José Claudionor dos Santos. *Memórias de Itinga*. Itinga, MG: Centro Cultural Escrava Feliciano, [200-].

autoridades jurídicas. Porém, a autonomia sempre foi muito grande e sempre insuficiente. Recorrentemente, este isolamento foi manifestado pelo diretor geral dos índios, Marlière; seus comandantes eram frequentemente acusados de venda de filhos de indígenas. Noutros casos, estes militares estiverem muitas vezes de mãos atadas, não conseguindo resolver os problemas encontrados na região.¹¹⁶ Já na segunda metade do XIX, a pouca presença do juiz de paz manteve ainda a condição que privilegiou fortemente a força política da elite local que se constituía.

Fossem como agentes administrativos, mão de obra temporária, fugidos, proprietários de terras e gados, aventureiros, flagelados da seca ou compadres e agregados, os colonizadores que foram se estabelecendo nas matas do Médio Jequitinhonha buscaram cultivar aquelas terras e estabelecer-se nos pequenos povoados que vinham se formando ou em áreas rurais próximas - isto apesar de toda a insegurança oferecida pelo conflito com os autóctones - relatada nas diversas cartas do diretor geral dos índios de Minas Gerais. Os novos moradores foram incentivados a desmatar novos espaços em busca de terras férteis para estabelecer-se, criando, assim, condições para a implantação de uma agricultura de subsistência.¹¹⁷ Diante do pouco interesse e do baixo valor monetário das terras, sua ocupação pôde ocorrer simplesmente pelo desejo de cultivá-las. Esta realidade se manteve por longas décadas, embora tenha sofrido grandes mudanças após a *Lei das Terras* de 1850. Não obstante esta lei, a utilização das terras por simples ocupação e cultivo¹¹⁸ se estendeu na região ainda por longo tempo, como demonstra Belarmina Mirandulina Fagundes, que, ao se casar novamente em 1893, declarou o seguinte a respeito do seu primeiro casamento, segundo as palavras do escrivão:

Do primeiro casal existe os seguintes bens, no lugar denominado Bomfim, uma casinha aberta de telhas, sem portas, e uma plantação de café partes já fructíferas e parte ainda novos, cuja plantação e casas são sitas em terras devolutas e acha se valoadas por um conto de reis, cujos bens ou seu valor a metade fica pertencendo aos quatro filhos do primeiro casal; Em tempo declaro que são mil e dusetos pes de café.¹¹⁹

¹¹⁶ As diversas dificuldades encontradas por estas autoridades foram relatadas ainda no primeiro capítulo.

¹¹⁷ RIBEIRO, Eduardo Magalhães. As histórias da terra do Jequitinhonha e Mucuri. In: *Lembranças da Terra: histórias do Mucuri e do Jequitinhonha*. Contagem: CEDEFES, 1996, p. 20-28.

¹¹⁸ Par mais sobre a invasão de terras e a posse a partir do cultivo, ver: MARCILIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população – estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. 2ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 40-51.

¹¹⁹ Cartório de Registro Civil de Jequitinhonha-MG. Primeiro Livro de Casamento, de 1889 a 1904, p. 058.

Apesar da riqueza de conteúdo, essa fonte é única em meio aos registros consultados. É necessário, porém, enfatizar que se trata de uma população de maioria camponesa¹²⁰, sombreada pelas fazendas, mas que se estabeleceu na região de forma intensa, deixando poucos vestígios de sua presença. Ainda no início do XIX, era possível encontrar esta população no cultivo de canaviais, milho, arroz, feijão, legumes, café e algodão¹²¹, bem como a criação de galinhas, porcos e vacas. Há uma demonstração clara da presença da economia de subsistência, que não deixou de utilizar-se do transporte por canoas a fim de dinamizar a economia local e de garantir o acesso a produtos não produzidos na própria região. O estabelecimento deste novo espaço se deu através de novos sujeitos, fosse de forma individual ou através

de ações de grupos semi-autônomos, carente de um 'sentido' único e, portanto, destituído de qualquer conteúdo de 'projeto'. O processo colonizador se deu de forma multidirecional, assumindo sentidos particulares, definidos pelos diferentes grupos que se envolveram na conquista e ocupação dos sertões.¹²²

Os migrantes, recém-estabelecidos neste espaço em construção, que serão melhor conhecidos neste capítulo, implicaram um processo de miscigenação entre si e com os que lá já estavam estabelecidos, formando, ao fim, o que atualmente se pode perceber nas miscigenadas práticas culturais presente na região referentes a utensílios artesanais, características físicas ou práticas alimentares. Estas especificidades culturais tendem a valorizar as características “sertanejas” e indígenas contidas naquela sociedade. As diversas táticas estabelecidas pelos camponeses,

¹²⁰ Categoria embora vaga e de múltiplas interpretações, no caso, ainda se mostra como o melhor conceito para definir esta população de práticas extremamente rurais, como afirma: CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Camponeses, campesinato*: questões acadêmicas, questões políticas. A história agrária como uma experiência de pesquisa. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org.). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002, p. 19-38. Cabe ainda neste capítulo retomar o que foi dito na introdução a respeito dos camponeses, que vivendo numa “economia caracterizada pelo acesso à terra e pela utilização de mão-de-obra familiar”, ao qual, em caso de necessidade, “acrescentam a utilização de uma força de trabalho adicional, que, no caso brasileiro, poderia significar o trabalho de livres ou escravos”, não excluindo, porém, o vínculo dessa economia com o mercado/comércio” (SOUZA, Sonia Maria de. *Terra, Família e solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – juiz de Fora (1870-1920)*, Bauru, SP: EDUSC, 2007, p. 36-37). A autora ainda lembra que nem todo aquele que tem acesso a terra é camponês, assim como nem todo camponês é necessariamente miserável. Marcílio reforça ainda que estes camponeses não são apenas fundamentados na família, mas num grupo doméstico, o qual não compreende só os parentes, “mas também podem conter os não-parentes, incluindo por vezes um ou poucos escravos” ou agregados, definidos socialmente pelo uso da terra (MARCILIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população – estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. 2ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2006, p.36-37).

¹²¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975, p. 262.

¹²² SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. Tese de doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2010, p. 24-25

embora inseridos em espaço rude e dificultoso, foram aplicados a um espaço pautado pela solidariedade e reciprocidade, elementos essenciais à sua sobrevivência.¹²³

Ao fim e ao cabo, a constituição desta sociedade fortaleceu o argumento político que fez com que a região fosse emancipada de Araçuaí pela Lei 556 de 30 de agosto de 1911, atendendo-se ao mínimo de 20 mil habitantes exigido para criação de um novo município e para a instalação da câmara municipal.¹²⁴ São Miguel do Jequitinhonha esteve inserido num conjunto de grande mudança administrativa ocorrida em todo território brasileiro. De 1871 a 1911, foram criados um total de 105 municípios, 69 cidades, 36 vilas, e de 452 paróquias; ou seja, em 1911 havia aproximadamente o dobro de divisões administrativas no Brasil se comparadas às de 1871.¹²⁵ Sem dúvida, todas estas mudanças em nível nacional são estratégias político-administrativas, principalmente republicanas. Embora este debate fuja ao objetivo do presente trabalho, a expansão do número de municípios e as demais mudanças no âmbito local, apresentadas neste estudo, sugerem um aumento da presença do Estado nesta região após 1889. No entanto, permanece a necessidade de uma análise que relacione o contexto local, especialmente as questões sociais, com as condições políticas e administrativas relacionadas às razões para a emancipação de São Miguel do Jequitinhonha.

O novo município criado em 1911 foi formado com São Miguel do Jequitinhonha como sede e mais três distritos: Vigia, Salto Grande e Joahyma. Eduardo S. Maia, quando passou em viagem por São Miguel do Jequitinhonha, afirmou:

(...) antigo distrito de Arassuaí, possui uma extensão territorial aproximadamente de trinta e seis léguas de leste a oeste e vinte léguas de norte a sul, limita-se ao norte com... Fortaleza (hoje cidade de Pedra Azul); ao sul... Teófilo Otoni; a oeste (...) Araçuaí e a leste (...) Belmonte e Porto Seguro (...).¹²⁶

Área, portanto, compreendida como abrangendo todo o território das matas do Jequitinhonha, que será analisada posteriormente a partir dos dados coletados.

¹²³ A importância destes aspectos para a manutenção e sobrevivência de uma sociedade camponesa foi trabalhada de forma minuciosa por Souza, na Zona da Mata mineira, também durante o período de transição entre os séculos XIX e XX: SOUZA, Sonia Maria de. *Terra, Família e solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – juiz de Fora (1870-1920)*, Bauru, SP: EDUSC, 2007.

¹²⁴ *Divisão Administrativa em 1911 da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia anexa à Diretoria do Serviço de Estatística. 1913, p. 77-78. A instalação só ocorreu em 1913, com a inauguração do prédio de câmara e cadeia.

¹²⁵ *Ibidem*, p. XIV e XIX.

¹²⁶ MORENO, Cezar. *A colonização e o povoamento do baixo Jequitinhonha no século XIX: A guerra contra os índios*. Belo Horizonte: Canoa das Letras, 2001, p. 159.

3.1 - Total de Registros analisados

Antes de se apresentarem os resultados obtidos, cabe indicar o sumário da documentação examinada:

Tabela 1 - Documentação analisada				
Registros	1889-1890	1891-1900	1901-1910	Total
Casamentos	54	168	498	720
Óbitos	71	45	63	179
Total				899

Foram levantados todos os registros de casamento e óbito existentes no arraial de São Miguel do Jequitinhonha entre os anos de 1889 e 1910, que totalizam 899 registros, sendo 720 de casamentos e 179 de óbitos. Proporcionalmente, os dois primeiros anos -1889 e 1890 - foram aqueles que, comparativamente, concentraram a maior média de registros de óbito. No caso dos casamentos, a maior média anual ocorreu entre 1901 e 1910, mas o destaque fica pelo número bastante reduzido entre 1891 e 1900. Apesar de generalizado em nível nacional, a possibilidade de haver uma campanha do clero contra a utilização do registro civil, como alertado por Silva¹²⁷ para o caso de Goiás, não pôde ser comprovada em São Miguel do Jequitinhonha através da documentação e bibliografia analisada. O comparativamente baixo número de registros encontrados no intervalo temporal desta pesquisa, especialmente de 1891 a 1910, pode estar relacionado ao fato de grande parte da população da freguesia de São Miguel do Jequitinhonha residir em área rural, algo bastante comum na maioria das regiões de Minas Gerais no período oitocentista, como foi visto no primeiro capítulo. Há casos em que o escrivão se dirige a determinados povoados ou fazendas visando registrar o casamento dos que lá residem. Isso ocorreu nos povoados de Bonfim, Rubim, Quartéis ou nas Fazendas do Emparedado, São José, do Córrego, entre outras. Nesta visita, normalmente eram registrados inúmeros casamentos de uma só vez. Sem esta visita, é bem possível que grande parte das uniões não constasse nos livros civis.

Outro fator a se destacar é a dificuldade em se estabelecer um escrivão fixo e que atuasse por longos anos. Esta questão atingiu, principalmente, os registros de óbito. É comum encontrar registros realizados por interinos, que em alguns casos realizavam um único registro. Entre os anos de 1893 e 1900, por exemplo, foram registrados apenas 12 óbitos: um único em 1895, outro em 1900 e simplesmente nenhum óbito nos anos de 1896, 1898 e 1899.

¹²⁷ SILVA, Maria da Conceição. *Catolicismo e casamento civil na Cidade de Goiás: conflitos políticos e religiosos (1860-1920)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.23, n.º.46, 2003.

Ao analisar qualquer estatística a respeito do número de óbitos nos séculos XIX e início do XX, pode-se facilmente constatar o alto índice de mortalidade em Minas e no Brasil. Este fato poderá ser comprovado quando forem tratados os motivos declarados das mortes. Portanto, é difícil acreditar na inexistência de mortes na região quando considerados o período e as condições de vida daquela população. Ocorrem, como alerta Nadalin, uma grande dificuldade e a falta de costume de registrar os mortos.¹²⁸ Fato este, como sugerem os números, também ocorreu em São Miguel do Jequitinhonha.

Embora os registros da Tabela 2 digam respeito a um período distinto, eles demonstram a transformação ocorrida a partir de 1911, data da emancipação do município de São Miguel do Jequitinhonha.

Tabela 2 - Documentação existente no período posterior ao analisado						
Registros	1911	1912	1913	1914	1915	Total
Casamentos	62	70	30	34	24	220
Óbitos	31	32	57	46	23	189
Total						409

Como se pode ver na Tabela 2, os cinco anos posteriores a 1910 totalizam uma quantidade de registros relativamente superior ao existente no período pré-emancipação política. Há mais registros de óbitos entre 1911 e 1915 do que nos 22 anos decorridos de 1889 a 1910. No caso dos casamentos, a disparidade é um pouco menor. O destaque é o fato de os 220 registros ocorridos entre 1911 e 1915 serem praticamente a mesma quantidade existente entre 1889 e 1900. No entanto, a média anual de casamentos se mantém bem próxima à encontrada de 1900 a 1910.

Através das informações fornecidas a respeito de declarantes, falecidos, cônjuges, filhos, pais e testemunhas – e não só dos “chefes de domicílios” -, foi possível realizar um cruzamento de dados que possibilitou catalogar aproximadamente 4867 pessoas envolvidas direta ou indiretamente nos registros datados de 1889 a 1910. Este número não pode ser tido como preciso pela impossibilidade de se confirmarem todas as suspeitas de duplicidades dos nomes catalogados. Esta impossibilidade também ocorre por outros fatores, que vão desde a mudança do nome de solteiro após o casamento até o costume de se atribuir sobrenomes religiosos às crianças até 1930¹²⁹, passando pelas diferenças de escrita dos escrivães, pelo

¹²⁸ NADALIN, Sergio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004, p. 44-47.

¹²⁹ SOUZA, Sonia Maria de. *Terra, Família e solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – juiz de Fora (1870-1920)*, Bauru, SP: EDUSC, 2007, 282-283. A autora lembra que esta

desconhecimento do nome completo, das idades e de demais informações que pudessem ajudar na identificação de quem as declara. Alguns destes problemas poderiam ser superados através da ampliação da documentação analisada, que tem ainda como opção, principalmente, os demais registros cartorários provenientes do mesmo período. Entretanto, a organização e a análise a partir dos dados fornecidos por estes quase 5 mil indivíduos possibilitarão considerar diversos aspectos acerca dos registrados.

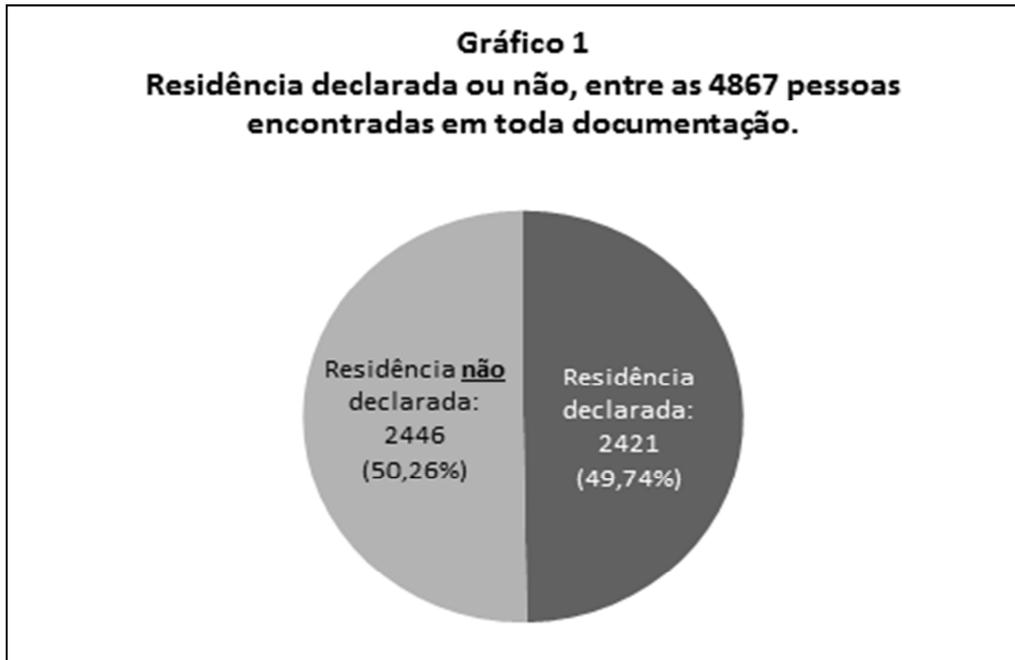
A questão da divisão dos registrados por gênero traz uma distorção. Afinal, os declarantes, de forma majoritária, e as testemunhas são integralmente constituídas por homens – excetuados os resultados referentes aos cônjuges, que são, obviamente, equilibrados. Entretanto, para São Miguel do Jequitinhonha em 1890, Senna aponta que havia 2071 homens e 1989 mulheres, dentro dos 4.060 moradores presumidos para aquela localidade. Portanto, parece ter havido um certo equilíbrio entre ambos.¹³⁰

3.2 - Residentes em São Miguel do Jequitinhonha

Considerando que em inúmeros casos as pessoas citadas ao longo da documentação são acompanhadas de poucas informações a seu respeito, buscou-se trabalhar somente com aquelas que, através do relato da própria pessoa ou do escrivão, permitem a confirmação do seu local de residência. O objetivo desta seleção é separar aqueles de que se possui um maior número de informações, visando tornar as considerações aqui esboçadas mais ricas e contextualizadas. Neste sentido, dos 4867 nomes distintos, praticamente metade destes, 2421, têm a residência declarada. É o que se vê no gráfico a seguir:

lógica valeu principalmente para os mais pobres, já que as elites preservavam os sobrenomes visando se distinguir dos demais, preservando e multiplicando as suas riquezas. A partir desta realidade, Marcílio pondera para a necessidade de se reconstituir as famílias brasileiras a partir dos nomes, já que, se comparados aos sobrenomes, os nomes eram mais difíceis de serem modificados (MARCILIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população – estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. 2ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 150-151).

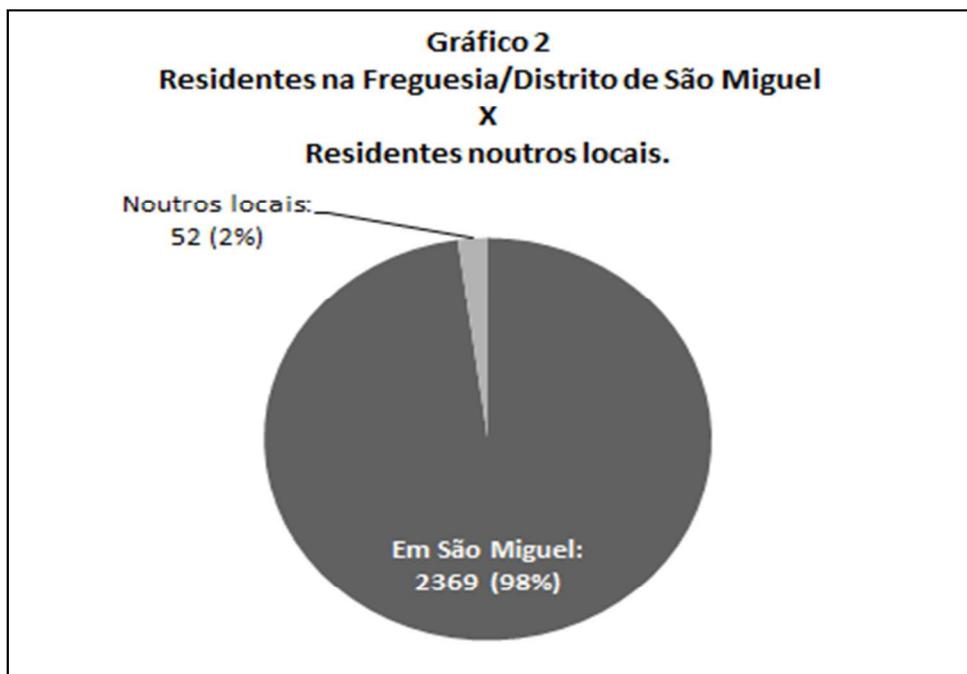
¹³⁰ SENNA, Nelson de. *Anuário de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano II, 1909, p. 176.



Fonte: Cartório de Registro Civil de Jequitinhonha-MG. Livro de Registros Civil de Óbito e Livros de Registro de Casamentos de São Miguel do Jequitinhonha: 1889 – 1910

Vê-se, portanto, que em praticamente em metade dos casos não foi possível confirmar o local de residência do indivíduo. Parte considerável daqueles de que não consta o local de residência é constituída pelas citações dos pais ou mesmo dos filhos dos contratantes, declarantes ou falecidos, que são citados brevemente e quase sempre sem muitas informações.

Dentre as 2421 pessoas que declaram o local de residência, a quase totalidade, ou de forma mais precisa, 98% delas (2369), reside na freguesia ou no distrito de São Miguel do Jequitinhonha. É o que apresenta o Gráfico 2:



Fonte: Cartório de Registro Civil de Jequitinhonha-MG. Livro de Registros Civil de Óbito e Livros de Registro de Casamentos de São Miguel do Jequitinhonha: 1889 – 1910

O arraial de São Miguel do Jequitinhonha, durante todo século XIX, na prática, se estendeu por inúmeras povoações. Durante a pesquisa, é possível perceber que pequenos aglomerados populacionais como Água Bela, Água Branca, Bonfim, Cajú, Farrancho, Córrego de Areia, Quartéis, São Pedro, Emburanas, Estiva, Sapucaia, São Vicente, Rubim, Sacode, Jacutinga, Lavarento, Lagoa Grande, Ilha do Pão, entre outros, eram considerado pelos que declaravam como pertencentes ao distrito de São Miguel do Jequitinhonha. A precisão destes limites só ocorreu após a criação do município de São Miguel, em 1911, que passou a abranger oficialmente estes e outros pequenos aglomerados próximos.

Ainda mais imprecisa que o distrito era a freguesias de São Miguel do Jequitinhonha. De acordo com Velloso, as freguesias “se dividiam em bairros, de limite e caráter extremamente imprecisos”.¹³¹ Em São Miguel, a sua freguesia caracterizou-se por confusa imprecisão em seus limites ao longo de todo século XIX e começo do XX. De 1830 até 1870, a paróquia de São Miguel do Jequitinhonha era responsável por vasta extensão de terra. Após a década de 1870, outras freguesias foram sendo criadas, e o espaço de atuação da freguesia de São Miguel foi reduzido. Refiro-me à criação das seguintes freguesias: Santo Antonio do Arassuahy, em 1850, Filadélfia, em 1857, São Sebastião do Salto Grande, em 1871, Santa Rita, em 1877, Comercinho e São Pedro, em 1880, e Vigia, em 1887. Entretanto, já após a

¹³¹ VELLOSO, André. MATTOS, Ralfo. *A rede de cidades do Vale do Jequitinhonha nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Geonomos, v.5, p.49-60, 1998, p.74.

elevação de São Miguel do Jequitinhonha à categoria de vila, a paróquia se estendia por 4.500Km², atendendo a 20.000 almas.¹³² Portanto, a área compreendida como pertencente a São Miguel do Jequitinhonha abrangia este amplo território mesmo após a criação das inúmeras freguesias citadas acima. Contudo, não temos como garantir exatamente a qual local se refere o indivíduo presente na documentação, quando o mesmo relata ser natural da “freguesia de São Miguel do Jequitinhonha”. Embora estes já estejam vivendo num período posterior à criação de todas estas freguesias listadas, todos eles nasceram quando muitas das novas freguesias ainda não haviam sido criadas. Cabe ainda ressaltar que a maioria dos que declaravam ter nascido na freguesia de São Miguel do Jequitinhonha estão concentrados principalmente nos primeiros anos de registros.

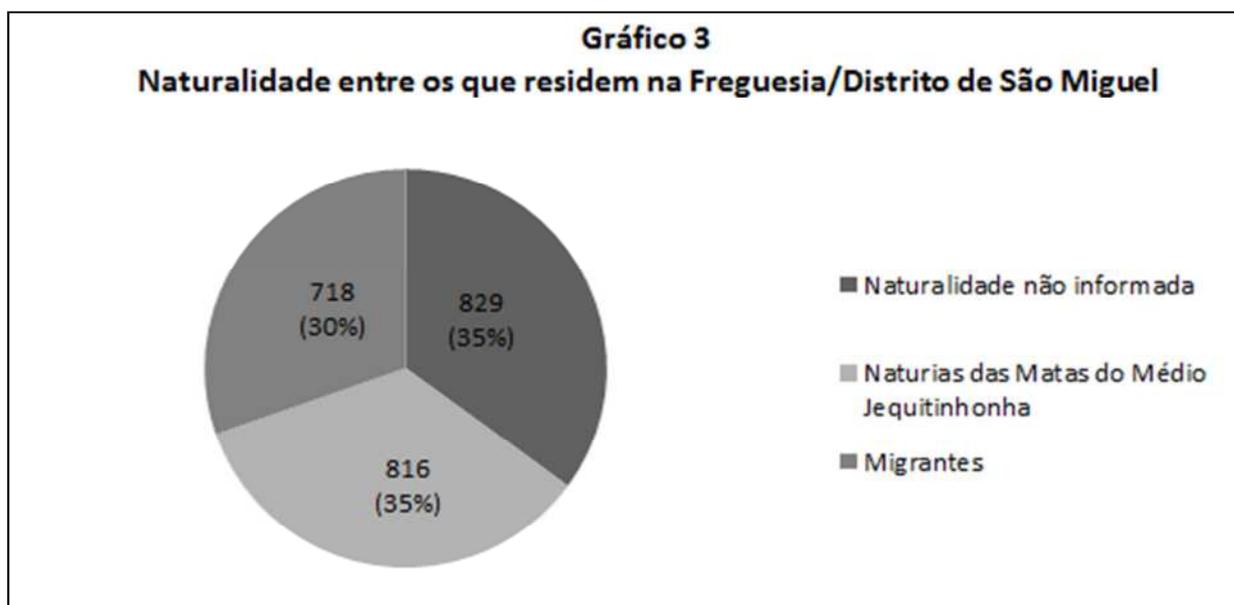
As informações posteriormente apresentadas terão como base estes 2369 residentes na freguesia ou no distrito de São Miguel do Jequitinhonha. Entretanto, diante dos majoritários 98% apresentados no Gráfico 2, é possível imaginar que grande partes das 2446 pessoas, que não declararam o local de residência também residissem na região das matas do Jequitinhonha. Apesar disso, a preferência em trabalhar somente com os que declararam residir em São Miguel tem dois objetivos principais: primeiro, porque estes, na maioria dos casos, são os que trazem uma maior quantidade de informações; segundo, para se poder elaborar considerações que observem principalmente aqueles que buscaram se estabelecer nas matas do Jequitinhonha. Dos 52 indivíduos (2%) que declararam residir noutro local, 22 deles eram das demais regiões do Médio Jequitinhonha, principalmente da cidade de Araçuaí e Itinga; outros 15 residiam em municípios do “norte de Minas”, como é o caso de Rio Pardo ou mesmo de Fortaleza (Pedra Azul) – que, de 1886 a 1911, fez parte do município de Salinas. Outros 9 declararam residir em locais diversos da Bahia; os 6 últimos manifestaram residir no Alto Jequitinhonha ou em outras regiões de Minas Gerais (2 e 4 indivíduos, respectivamente).

3.3 - Naturalidade e Migração

Partindo, portanto, daqueles que declararam residir em São Miguel do Jequitinhonha, é preciso a princípio compreender quantos deles nasceram na própria região e quantos vieram de outras localidades do município. Apesar dos levantamentos censitários apresentarem um crescimento demográfico nas matas do Jequitinhonha somente a partir do período

¹³² STAPHORST, Frei Sabino. OFM. *Vinte e Cindo anos no Brasil: comemoração do jubileu de prata da presença dos Franciscanos Holandeses no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Promoção da família, 1985, p. 123; MORENO, Cezar. *A colonização e o povoamento do baixo Jequitinhonha no século XIX: A guerra contra os índios*. Belo Horizonte: Canoa das Letras, 2001, p. 159.

republicano, esta pesquisa não comprova tal hipótese. De acordo com as informações presentes no Gráfico 3, pode-se perceber que mais da metade dos que informaram o seu local de nascimento eram naturais da própria região das matas do Jequitinhonha. Neste caso, a divisão a partir das “matas do Jequitinhonha” deve substituir o recorte feito anteriormente, baseado em distritos ou freguesias de São Miguel do Jequitinhonha. Assim, considerar os moradores residentes nas suas proximidades como “migrantes” não seria a melhor estratégia para a efetiva percepção do número de novos moradores que se deslocaram para região das matas. Esta concepção de região é realizada por Pereira, contemporâneo ao recorte temporal desta pesquisa. De acordo com o seu relato, no município de Araçuaí, apenas os distritos de São Miguel do Jequitinhonha, Vigia e Salto estavam localizados na região da mata. Os outros distritos que compunham o município, de acordo com Pereira, estariam localizados na região das catingas.¹³³ Entretanto, cabe um porém: o distrito de São Pedro está mais próximo de São Miguel do que o distrito de Vigia, embora em sentido contrário. Por este motivo, no gráfico abaixo, São Pedro foi considerado como parte integrante das “matas do Médio Jequitinhonha”. Nesta contagem, dos 816 nomes indicados, este distrito representou a origem de 89 casos, sendo outros 7 casos de Vigia, e 11 de Salto Grande:

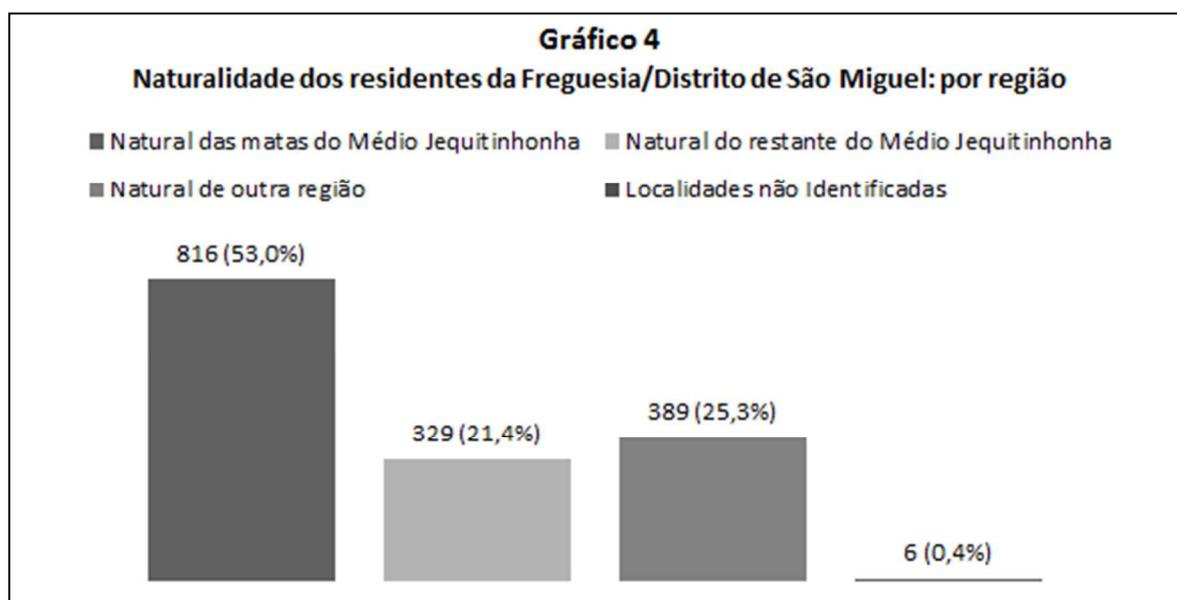


Obs.: Em 6 casos não foi possível identificar o local de origem informado.

Fonte: Cartório de Registro Civil de Jequitinhonha-MG. Livro de Registros Civil de Óbito e Livros de Registro de Casamentos de São Miguel do Jequitinhonha: 1889 – 1910

¹³³ PEREIRA, Leopoldo. *O Município de Araçuaí*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1969, p. 29.

Portanto, considerando apenas os que declararam sua naturalidade, percebe-se que 53% são naturais da própria região. Como apresenta o Gráfico 4, outros 21,4% vieram das demais localidades que constituíam o município de Araçuaí até a criação e emancipação do município de São Miguel do Jequitinhonha, em 1911. Isso significa dizer que praticamente três quartos da sociedade - residentes no que se compreendia como a freguesia ou distrito de São Miguel do Jequitinhonha entre os anos de 1889 e 1910 - eram constituídas de pessoas nascidas dentro do próprio município, principalmente em áreas próximas a São Miguel.



Fonte: Cartório de Registro Civil de Jequitinhonha-MG. Livro de Registros Civil de Óbito e Livros de Registro de Casamentos de São Miguel do Jequitinhonha: 1889 – 1910

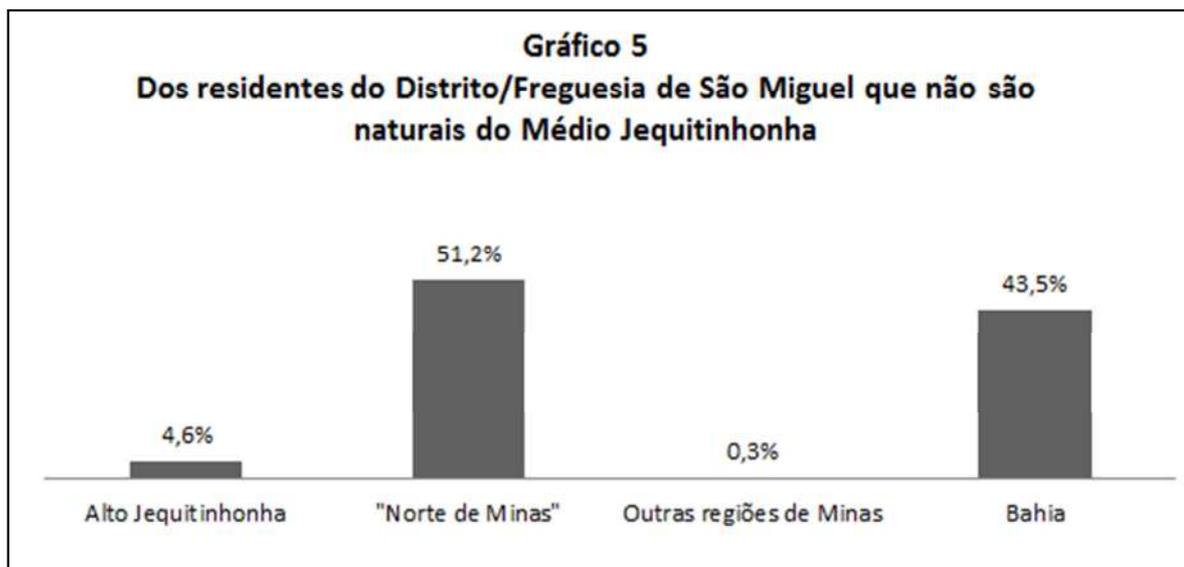
É comum encontrar referências que consideram o Médio Jequitinhonha tributário das migrações oriundas do Alto Jequitinhonha. Neste sentido, há três hipóteses não necessariamente excludentes entre si. A primeira delas é que, caso esta tenha sido uma realidade, não foi algo numericamente expressivo, já que, até o começo da última década do século XIX, o número de residentes nas matas do Jequitinhonha ainda se mantinha relativamente baixo. A segunda é que esta migração do Alto Jequitinhonha tenha ocorrido principalmente para a região das caatingas do Médio Jequitinhonha, e que na maioria dos casos somente parte dos migrantes realmente se dirigiu às matas do Jequitinhonha. A terceira é a de que os levantamentos populacionais realizados nas matas do Jequitinhonha estivessem bem aquém da realidade populacional daquela região. É possível que a presença de grande parte da população nas áreas rurais - assim como mais de 80% da população brasileira naquele período - a distância e a pouca informação acerca das populações residentes naqueles rincões de Minas, e a limitação dos levantamentos populacionais tenham sido os responsáveis

pela sensação de *boom* demográfico nos primeiros anos do século passado (vide anexo 3 e 4), quando realmente a região passou a apresentar melhores condições de comunicação e maior acompanhamento por parte da administração mineira.¹³⁴ A criação da estrada ligando São Miguel do Jequitinhonha à linha férrea de Urucu pode ter sido fundamental para que parte da população estabelecida nas fazendas e áreas rurais passasse a vislumbrar vantagens em se estabelecer no arraial de São Miguel.

Não obstante ao fato de a maioria já estar estabelecida nas proximidades do arraial de São Miguel do Jequitinhonha, ainda assim, um quarto dos residentes manifestam ter vindo de outras regiões. Embora os números apresentados nos censos populacionais em anexo apresentem resultados com taxas bem maiores de crescimento a partir de 1890, é possível que a soma dos 25,3% de migrantes encontrados nesta pesquisa – Gráfico 4 - , mais a taxa de crescimento natural da população, indiquem para a região um crescimento realmente superior ao observado para o mesmo período em todo o estado de Minas Gerais. Entretanto, dificilmente estes dois fatores teriam sido suficientes para dobrar a população de 44 mil, em 1890, para 90 mil, em 1910. Considerando os relatos dos contemporâneos daquele período - de que o crescimento efetivo estava ocorrendo nas regiões das matas em detrimento das caatingas -, este resultado populacional parece ser o fruto do desconhecimento por parte da administração mineira em relação ao total de residentes da região. Informações mais precisas sobre a realidade demográfica daquelas localidades passaram a ser obtidas somente nos anos iniciais do século XX.

Focando os indivíduos que se manifestam ter vindo de outras regiões que não o Médio Jequitinhonha, o Gráfico 5 apresenta resultados que ajudam a compreender quais seriam estes locais:

¹³⁴ Neste sentido, há um alerta que parece convergir com a razão para o grande salto populacional que ocorre no levantamento demográfico do Médio Jequitinhonha. Na palavra dos autores: “Para o período pré-censitário, os estudos de estruturas ocupacionais de populações de espaços regionais do Brasil basearam-se, em larga medida, em dados originários de listas nominativas de habitantes. Entretanto, parece que pouco se realizou no sentido de avaliar a qualidade dos dados procedentes dessa modalidade de fonte demográfica, mormente da informação de ocupação. Também se pode afirmar que o exame do comportamento demográfico da população brasileira do século XIX quase sempre se pautou, ainda que implicitamente, pela consideração do caráter próprio a sociedades fortemente vincadas pelo relativo isolamento geográfico, assim como pelo pronunciado condicionamento das específicas configurações de suas economias regionais. Todavia, parece que muito se precisa avançar na direção da compreensão da diversidade interna às grandes unidades político-administrativas ou, em outra forma, de elementos que imponham tratamento regionalizado dos espaços provinciais” (GODOY, Marcelo Magalhães; PAIVA, Clotilde Andrade. Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos de População*. vol.27 n°.1 São Paulo Jan./Jun. 2010, p.2). Mais informações sobre a condição rural da sociedade brasileira: DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.



Fonte: Cartório de Registro Civil de Jequitinhonha-MG. Livro de Registros Civil de Óbito e Livros de Registro de Casamentos de São Miguel do Jequitinhonha: 1889 – 1910

Como dito anteriormente, os 4,6% apresentados acima deixam claro que as matas do Jequitinhonha não foram o principal destino dos nascidos no Alto Jequitinhonha durante a segunda metade do século XIX. Os 43,5% oriundos da Bahia confirmam em parte o que relata Leopoldo Pereira no começo do século: “de poucas dezenas de anos a esta parte a maior imigração no município é a do sertão da Bahia”.¹³⁵ As origens eram variadas: Vitória da Conquista, Almas, Bom Jesus dos Meiras, Rio de Contas, Santo Antonio da Barra, Caculé, Jacobina, Caetité, dentre outras. Os baianos vieram de várias partes do sertão visando se estabelecer por todo o Médio Jequitinhonha, deixando traços marcantes nas características culturais da região. Mesmo oriundos de regiões mineradoras, é bem possível que todos eles já estivessem diretamente ligados à atividade agrícola, como era o caso da maioria dos residentes de Jacobina.¹³⁶ É interessante dizer que, pelo fato de estarem comercialmente ligados, foi mais fácil encontrar na documentação consultada pessoas que ainda residiam em Belmonte - no Baixo Jequitinhonha, Bahia -, do que residentes de São Miguel nascidos em Belmonte.

Pereira não estava completamente certo pelo fato de não ter atentado para a grande migração oriunda de Salinas e Rio Pardo, compreendidas no mapa do Anexo 1, como as regiões de Itacambira e Montes Claros, generalizadas no Gráfico 5 como “Norte de Minas”. Acerca destes migrantes, Moreno acrescenta o seguinte em relação às matas do Jequitinhonha:

¹³⁵ PEREIRA, Leopoldo. *O Município de Araçuaí*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1969, p.23.

¹³⁶ É o que afirma VIERA FILHO, Raphael Rodrigues. *Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 31.

No final do século XIX, a partir de 1890, os colonos começaram a povoar (...) em quantidade crescente, mas nem todos eram baianos, muitos eram mineiros mesmo, do Alto Norte: Espinosa, Taiobeiras e Salinas. Eram colonos que desciam o Rio Pardo, fugindo da “seca de noventinha”, e vinham em grandes levas, parando primeiro em Comercinho do Bruno, onde escolhiam a direção a seguir: das Gerais ou da Mata.¹³⁷

Naquele momento, o distrito de Catingas, ou Fortaleza, muito próximo a São Miguel do Jequitinhonha, pertencia ao município de Salinas.¹³⁸ Fortaleza representava o local de nascimento de 15% dos que são declarados naturais do “Norte de Minas”. Ou seja, se fosse ampliado aqui, de forma anacrônica, o que se entende como Médio Jequitinhonha, os nascidos em Fortaleza ratificariam a hipótese de que a maioria dos que residiam nas matas do Médio Jequitinhonha no período de transição dos séculos XIX e XX nasceu na própria região. Entretanto, é perceptível a relação existente entre São Miguel e Fortaleza, observada inclusive através da exposição dos votos em senadores, deputados e vereadores em São Miguel do Jequitinhonha, explicitados no jornal de Fortaleza denominado *O Norte*; ou mesmo, através de registro de visitas ou demais informações sobre o município de Araçuaí.¹³⁹

Embora a historiografia tenha estabelecido que, na maioria dos casos, os migrantes tinham 20 e 30 anos de idade, seria válido traçar uma relação entre as naturalidades e a faixa etária dos migrantes com o intuito de ampliar a compreensão sobre quem foram eles e quais as suas condições. Entretanto, o fato de não ser possível acompanhar os residentes de São Miguel do Jequitinhonha durante toda a sua vida, desconhecendo-se a morte ou mesmo o destino de cada um após a sua aparição nos registros, compromete os resultados apresentados. De qualquer forma, com base nos dados levantados, comprova-se que cerca de 65% dos naturais da Bahia e do “Norte de Minas” tinham idade máxima de 30 anos em 1910. No caso dos poucos oriundos do Alto Jequitinhonha, a situação era bem diferente, pois mais de 90% dos que declararam a sua idade possuíam mais de 30 anos. Portanto, esta informação fortalece a ideia de que, se a migração do Alto Jequitinhonha para as matas ocorreu realmente de forma significativa, é provável que ela somente tenha acontecido ainda no período de expansão demográfica das *caatingas* do Médio Jequitinhonha.

¹³⁷ MORENO, Cezar. *A colonização e o povoamento do baixo Jequitinhonha no século XIX: A guerra contra os índios*. Belo Horizonte: Canoa das Letras, 2001, p. 149.

¹³⁸ Como já afirmado no primeiro capítulo, “Fortaleza” pertenceu ao município de Araçuaí até 1886, quando então foi incorporado ao município de Salinas, pela Lei 3387 daquele ano. É o que também nos afirma: PEREIRA, Leopoldo. *O Município de Araçuaí*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1969, p. 120.

¹³⁹ Encontrados nos jornais *O Norte*, de 1915, e *O Rádio*, de 17 de Setembro de 1909, localizados na Hemeroteca histórica de Belo Horizonte.

A exigência da mata em relação a pessoas novas ainda dispostas ao trabalho pesado que a derrubada e a roça exigiam está diretamente ligada ao auto índice de falecimento e ao limitado tempo de vida da população do período, questões que serão tratadas agora.

3.4 - Natalidade e Mortalidade

Os dados demográficos a respeito dos últimos séculos no Brasil apontam, em geral, para um alto índice de mortalidade. Entretanto, é preciso atentar à necessidade de se aprofundar nas especificidades regionais a partir de uma análise de longa duração, que proponha a traçar comparações com as demais regiões.¹⁴⁰ A seguir, serão apresentados alguns apontamentos sobre as condições de vida de alguns dos residentes das matas do Jequitinhonha, tendo como base o levantamento dos 179 registros existentes no livro de óbitos encontrado na atual cidade de Jequitinhonha, datado de 1889 a 1910. No entanto, a falta de regularidade nos registros de óbitos, apresentada no capítulo anterior, traz serias limitações à análise da documentação. Do total de registros de óbitos, é possível encontrar 173 em que a idade do falecido é declarada. A partir do levantamento destes, pode-se apontar duas conclusões possíveis: o número considerável de crianças que não atingiam o primeiro ano de vida, já que representam 21% do total de mortes registradas, e, segundo, o fato de que poucas pessoas residentes naquela localidade ultrapassavam os 60 anos de idade.

Em pesquisa realizada sobre a Zona da Mata mineira – região de Juiz de Fora -, em período contemporâneo ao desta pesquisa, embora mais extenso, é encontrada uma taxa de natalidade próxima dos 5 a 7 filhos, podendo chegar a 10 e 16, dependendo da idade da primeira gestação da mãe depois do casamento. Ainda de acordo com este estudo, observa-se que no início do XX a média de filhos começa a cair.¹⁴¹ Embora se reconheça a importância da relação entre o tempo de união conjugal e as taxas de natalidade e fecundidade¹⁴², não foi possível acompanhar nenhuma esposa entre sua de primeira gestação e o ano de sua morte. No entanto, os dados da tabela a seguir ajudam a observar a média do número de filhos das mulheres falecidas em São Miguel do Jequitinhonha:

¹⁴⁰ NADALIN, Sergio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004, p. 164-165.

¹⁴¹ SOUZA, João Valdir Alves de. *Mineração e Pecuária na definição do quadro sociocultural da região do termo de Minas Novas*. In: SOUZA, João Valdir Alves de; HENRIQUES, Márcio Simeone (org.). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos*. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 259.

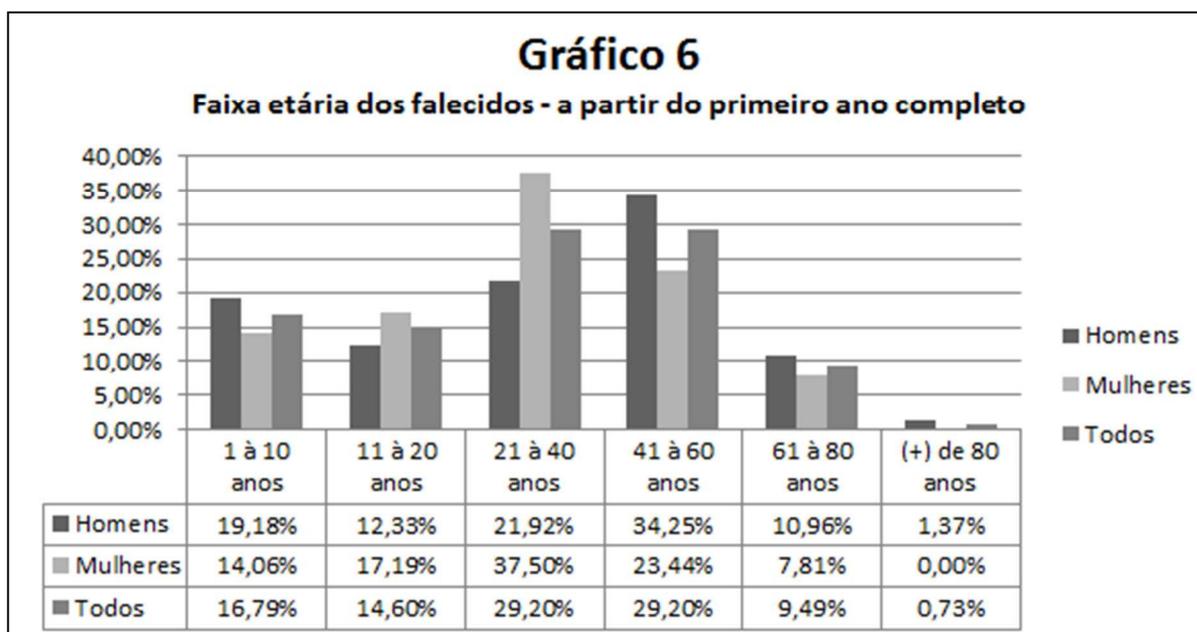
¹⁴² Marcílio fixa uma análise a partir dos 35 anos de vida conjugal: MARCILIO, Maria Luiza. *Caçara: terra e população – estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. 2ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 198.

Idade da falecida	Média de filhos	Nº de registros
20 a 29 anos	2,8	9
30 a 39 anos	3,5	11
40 a 49 anos	5,6	11
50 anos ou mais	6,6	12
Total	4,6	43

Fonte: Cartório de Registro Civil de Jequitinhonha-MG. Livro de Registros Civil de Óbito de São Miguel do Jequitinhonha: 1889 – 1910

Entre os dados apresentados acima, há um único caso de mulher que teve 11 filhos, a quantidade máxima observada. Há ainda outros casos excepcionais: um com 10 filhos, três com 9, um com 8 e dois com 7 filhos ao longo da vida. Todas as demais mulheres tiveram uma quantidade menor de crianças, sendo que, em 6 casos, a falecida não deixou filhos. Destas seis, apenas duas tinham menos de 30 anos – idade de maior fertilidade. Ou seja, dentre os 34 registros de mulheres falecidas com 30 anos ou mais, 4 delas (8,5%) podem ter sido estéreis, ou então se casado tarde demais - embora neste último caso, ainda houvesse a possibilidade - comum - de ser ter filhos a partir de relacionamentos de concubinato.

A segunda conclusão é reforçada pelo registro de 18 de Abril de 1889: Pedro Rodrigues Salomão declara que sua esposa, Esmera Maria de Jesus, de 60 anos, mãe de 10 filhos, faleceu de “causa natural”, devido a sua a idade já “bastante avançada”.¹⁴³ À exemplo do que declara Pedro, o gráfico a seguir confirma a idade dos falecidos registrados:



Total de registros envolvidos: 139.

¹⁴³ Cartório de Registro Civil de Jequitinhonha-MG. Primeiro Livro de Registros Civil de Óbito de São Miguel do Jequitinhonha: 1888 – 1919, p. 007v.

Fonte: Cartório de Registro Civil de Jequitinhonha-MG. Livro de Registros Civil de Óbito de São Miguel do Jequitinhonha: 1889 – 1910

De acordo com o Gráfico 6, pode-se observar que, de fato, a condição de dona Esmera Maria de Jesus foi exceção, já que pouco mais de 10% dos falecidos registrados ultrapassaram os 60 anos. Como se pode observar, a maioria dos que completavam o primeiro ano de vida geralmente faleciam entre os 21 e 60 anos. Esta faixa etária representou quase 60% dos falecimentos registrados, com considerável variação entre homens e mulheres.¹⁴⁴ Quase a metade dos homens falecidos, precisamente 46,58%, ultrapassou os 40 anos, portanto, viveram além do período tido como o de maior força física, necessária para a produtividade no trabalho e a vida nas matas. No que se refere às mulheres, a situação se inverte, já que quase 70% dos falecimentos femininos registrados ocorrem em idade abaixo dos 40 anos. Ou seja, não somete em fase mais produtiva, mas principalmente, reprodutiva. Os levantamentos de 1872, 1900 e 1920, observados a partir do Recenseamento Geral de 1920, demonstram, em relação aos brasileiros em geral, que o número de homens ultrapassava o de mulheres a partir dos 30 anos de idade. É possível, portanto, que o caso de Esmera Maria de Jesus e seus 10 filhos tenha sido uma exceção neste período, já que as condições do parto e o tempo de vida das mulheres, em muitos casos, tendiam a impedir a gestação de uma dezena de filhos.

As complicações de parto e as doenças estiverem recorrentemente ligadas à causa das mortes registradas. Esta questão, obviamente, é uma decorrência da soma de outros fatores, como, por exemplo, as condições de realização do parto, a utilização quase nula dos serviços médicos, o baixo número de médicos na região, e até mesmo os conhecimentos ainda insuficientes da medicina do período para tratar inúmeras doenças. No mais, em apenas um dos 179 registros de óbitos, consta algum parecer médico sobre o falecimento. As reformas nos hábitos higiênicos impostos pela República talvez demorassem ainda muitos anos para ecoar nesta região. Na tabela a seguir, há um esforço em sintetizar os “motivos declarados do falecimento”:

¹⁴⁴ Marcílio chama atenção ao fato de que a idade de maior risco de morte entre crianças se estende até os 4 anos, o que inclusive é confirmado pelo Recenseamento Geral de 1920 (MARCILIO, *op cit*, p. 203). No caso de São Miguel, de fato, dos 139 registros, 16 são referentes a crianças entre 1 e 4 anos. Entretanto, considerando as idades, o maior número delas está concentrado nas primeiras horas, dias e meses. Ainda sim, estender a idade até os 4 anos somente fortaleceria a afirmação de que a maioria das mortes ocorria dos 21 a 60 anos.

TABELA 4 - Motivo declarado do falecimento		
Motivo declarado	Total	Crianças de 0 a 12 anos
"Natural"	13	3
Doença sexual	6	1
Problema de saúde e outras doenças	107	38
Complicações no parto	21	11
Tragédia*	10	4
Assassinato	2	0
Suicídio	1	0

*Entalado, envenenado, afogado, "queda de um pau" e Chifrado por Boi

Fonte: Cartório de Registro Civil de Jequitinhonha-MG. Livro de Registros Civil de Óbito de São Miguel do Jequitinhonha: 1889 – 1910

A partir dos 160 registros que declararam o motivo do falecimento, buscou-se atentar para os falecidos com 0 a 12 anos, principalmente, por entender esta idade como anterior ao período fértil feminino. O objetivo desta distinção é perceber os problemas de saúde e, principalmente, as mortes por complicações no parto das crianças. Todas as mães falecidas por motivo de complicações no parto foram declaradas tendo mais de 13 anos de idade. Pode-se ainda destacar várias outras questões a partir desta tabela, porém, serão indicadas apenas duas. Em primeiro, o auto índice de falecimentos atribuídos aos problemas de saúde, incluindo as doenças sexuais e as complicações no parto, o que remete às questões citadas anteriormente sobre as condições médicas e sanitárias vividas nesta sociedade, expressas pelos inúmeros anúncios de remédios milagrosos existentes em todos os jornais impressos do período consultados ao longo desta pesquisa.

O segundo ponto a se destacar refere-se ao número registrado de assassinatos. É cabível imaginar que a maioria das ocorrências não estivesse presente nestes registros por diversos fatores que vão desde o receio por parte de quem os declarava até o desconhecimento – os crimes poderiam ter ocorrido em qualquer lugar ao longo das estradas e das matas. No entanto, a baixa institucionalização administrativa - característica marcante nesta região até poucas décadas atrás -, o isolamento da em relação à administração central e a proximidade com a fronteira baiana sugerem condições ideais para um alto índice de criminalidade.¹⁴⁵ Entretanto, embora não haja dúvida da constante presença das relações de tensões e conflitos existentes em meio a esta população, entre 160 registros, foram encontrados apenas 2 assassinatos. Sonia Maria de Souza acredita na existência de um movimento paralelo entre o

¹⁴⁵ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

conflito e a solidariedade, relacionados à necessidade de sobrevivência imposta a populações que viviam em realidades duras.¹⁴⁶

3.5 - Outras considerações sobre as faixas etárias

Além das informações apresentadas em relação à idade dos migrantes e dos falecimentos, outro ponto que merece ser abordado e que diz respeito a outros resultados explicitados neste capítulo diz respeito às idades aportadas nos livros aqui consultados. Diferentemente das análises que consideram apenas um único momento em que a idade do indivíduo é registrada, o acompanhamento realizado ao longo destes 22 anos iniciais da República possibilitou observar as inúmeras variações de idade entre algumas dezenas de indivíduos.¹⁴⁷ O fato de a idade do indivíduo ser registrada quando ele aparece no documento como testemunha, cônjuge, declarante etc., já expõe a dificuldade de se saber sua idade exata; afinal, nestes casos, se desconhece a data exata do seu nascimento. A partir disto, o cruzamento das informações dos indivíduos que aparecem na documentação em inúmeros momentos faz com que se amplie ainda mais este fator observado. Nos casos em que foi possível, buscou-se ponderar uma média entre as idades declaradas, desde que elas não fossem muito distantes uma da outra. Noutros casos, a estratégia utilizada foi optar pela idade que mais foi declarada. A partir disso, uma outra estratégia foi fixar 2 anos: 1889, início do período analisado, e 1910, data final. Somente desta forma foi possível traçar alguma consideração a respeito da faixa etária dos residentes em São Miguel do Jequitinhonha. Por outro lado, qualquer mapa que possa ser construído a respeito das faixas predominantes seria precipitado, já que os registros consultados tendem a ser muito imprecisos ou mesmo negligentes, principalmente em relação às idades dos pais e dos filhos dos cônjuges e falecidos, grupos que geralmente trazem mais informações. No caso dos filhos, se houvesse dados de registros de nascimento, não encontrados nesta localidade, esta questão seria amenizada.

Ainda que a documentação analisada fosse ampliada, não seria possível fugir de algumas subjetividades. Um exemplo padrão em relação à idade fica a cargo da testemunha Josino Silva, presente em inúmeros casamentos desde o início de 1908, quando declarava ter

¹⁴⁶ SOUZA, Sonia Maria de. *Terra, Família e solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – juiz de Fora (1870-1920)*, Bauru, SP: EDUSC, 2007, p. 314 e 323.

¹⁴⁷ Carlos Bacellar alerta para o fato de que “o cruzamento [das listas nominativas] com os registros paroquiais demonstra que as idades declaradas, por exemplo, são muitas vezes bastante grosseiras, elevando sobremaneira os riscos de análise etária da população” (BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *História Demográfica: Recuperando sociabilidades no passado*. In: Tarcísio Rodrigues Botelho (org.). *História Quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001, p. 30).

18 anos. A mesma idade ainda era declarada em 20 de fevereiro de 1909. 16 dias após testemunhar neste último casamento, volta a aparecer num novo registro, quando então declarar ter 19 anos. Menos de quatro meses depois, já relata ter completado 20 anos. Como se não bastasse o salto de 18 para 20 anos em pouco menos de quatro meses, no casamento registrado em 10 de setembro de 1909, três meses após este último, o mesmo Josino já se declara com 21 anos. Em suma: no mesmo ano de 1909, Josino declarou quatro idades diferentes.¹⁴⁸

Somente através da documentação analisada, é impossível compreender todos os interesses por detrás desta considerável variação de idade em tão pouco tempo; o fato é que ela nos serve de exemplo para demonstrar as dificuldades de se afirmar alguma coisa em relação às idades dos residentes de São Miguel do Jequitinhonha. O mesmo ocorre em qualquer outra localidade que tenha sido analisada a partir dos casamentos, óbitos ou de qualquer outro registro que dependa das subjetividades de quem declara as informações ou as escreve. Geralmente, algumas destas dificuldades são superadas a partir do cruzamento com outras fontes disponíveis; porém, não foi possível realizar este cruzamento nesta monografia, sendo uma possibilidade para um estudo posterior.

3.6 - A diferença de idade entre os cônjuges

Considerando as observações feitas anteriormente, e somando-as ao fato de que, entre o total dos residentes de São Miguel do Jequitinhonha, apenas metade declarou em algum momento a sua idade, dois aspectos podem ser observados: a idade declarada pelos noivos no ato do casamento e a diferença de idade entre os mesmos. Há, no entanto, uma limitação nesta informação, já que ela não pode ser considerada como a idade da união de fato, pois, como abordado no capítulo anterior, em muitos casos o convívio conjugal já era uma realidade anterior. Nestes episódios, o registro civil pode ter servido apenas como uma formalização por conta das exigências estatais ou mesmo uma importante forma de reconhecimento social.¹⁴⁹

¹⁴⁸ Cartório de Registro Civil de Jequitinhonha-MG. Segundo Livro de Registro de Casamentos de São Miguel de Jequitinhonha: 1904 – 1909, p. 132, 132v, 133; Terceiro Livro de Registro de Casamentos de São Miguel de Jequitinhonha: 1909 – 1910, p. 007, 009v, 010, 019v, 032v, 033. Josino da Silva é apenas um exemplo dentre outros que poderiam ser listados. Por exemplo, há o caso do viúvo que rejuvenesce uma década - comparando-se a idade declarada pelo próprio quando então servia de testemunha noutro casamento com a de seu próprio casamento. Neste caso o interesse em mudar a data do nascimento parece estar mais claro, porém, é mais um exemplo dos inúmeros interesses subjetivos que não são percebidos facilmente se a declaração for analisada de forma pouco cuidadosa.

¹⁴⁹ Ver: SOUZA, Sonia Maria de. *Terra, Família e solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – juiz de Fora (1870-1920)*, Bauru, SP: EDUSC, 2007, p. 255-320 *passim*; BRÜGGER,

Todos os dois aspectos sofrem influência direta da limitação observada, porém, é o primeiro aspecto, mas principalmente o resultado “da idade declarada pelos noivos no ato do casamento” que mais sofre.

Idades	Homens	%	Mulheres	%
Até os 15 anos	0	0,0%	100	14,1%
16 aos 20 anos	133	18,9%	403	57,0%
21 aos 25 anos	328	46,7%	127	18,0%
26 aos 35 anos	159	22,6%	66	9,3%
36 aos 45 anos	60	8,5%	10	1,4%
Mais de 45 anos	23	3,3%	1	0,1%
Total	703	100,00%	707	100,00%

Fonte: Cartório de Registro Civil de Jequitinhonha-MG. Livros de Registro de Casamentos de São Miguel do Jequitinhonha: 1889 – 1910

Embora na maioria dos casos os cônjuges declarassem a sua idade, a diferença entre o total de 720 registros consultados e o total de noivos e noivas que declaram a sua idade demonstram os limites que atingem este levantamento, passando, inclusive, pelo esquecimento do próprio escrivão. De qualquer forma, encontram-se na Tabela 5 resultados que demonstram mais de 70% das mulheres realizando o registro civil até os 20 anos. Até a mesma idade os noivos representam menos de 20%, pois quase 70% deles se casam no civil apenas entre os 21 e 35 anos. Aprofundando tais informações, a próxima tabela, referente ao segundo aspecto, traz os seguintes resultados:

Diferença	Quantidade	%	Casos em que as Mulheres eram mais velhas
Até 4 anos	239	34,2%	29
De 5 a 8 anos	238	34,0%	7
De 9 a 12 anos	103	14,7%	5
De 13 a 20 anos	55	7,9%	0
Maior que 20 anos	34	4,9%	0
Sem diferença	30	4,3%	-
Total	699	100,00%	41

Fonte: Cartório de Registro Civil de Jequitinhonha-MG. Livros de Registro de Casamentos de São Miguel do Jequitinhonha: 1889 – 1910.

A grande concentração de mulheres casando até os 20 anos, em contraposição à idade mais avançada dos homens, reflete nos resultados apresentados pela Tabela 6. Nela, vê-se que mais de 68% dos cônjuges oficializaram a sua união frente ao Estado com diferença de idade de até oito anos. Além deste fator, outro a ser considerado é o número reduzido de mulheres

que eram mais velhas que os homens no ato da formalização da união. Excluindo-se os 30 casos em que não havia diferença de idade, dos 669 restantes, apenas em 41 a idade da mulher foi superior. No caso masculino, esta realidade é proporcionalmente inversa. Ainda assim, na maioria dos casos em que as mulheres eram mais velhas, esta diferença está concentrada em até 4 anos, não passando de 12. O caso de Rosa Querubina Esteves, casada novamente aos 39 anos, é uma exceção. Possivelmente os benefícios decorrentes da posição de viúva do capitão Carlos José Esteves tenha atraído o “jovem” José Moreira da Silva, de apenas 30 anos.¹⁵⁰

3.7 - Estratégias conjugais

Adentrando um pouco mais o que começou a ser tratado no tópico anterior, é necessário observar a relação entre o casamento e a crença religiosa da população. Desde o início da colonização no Brasil, a Igreja sugeria aos colonos que se casassem apenas com iguais, numa tentativa de não se misturar as práticas da civilidade lusa-europeia com as dos povos da América. Pautava-se, portanto, por uma relação entre iguais que possibilitasse um *vínculo de mão-dupla*. Outra recomendação também mantida de forma incisiva foi o desestímulo às práticas de concubinato, combatidas intensamente pela Igreja no Brasil desde o período colonial. Como era de se imaginar, as práticas de concubinato também estiveram presentes em São Miguel do Jequitinhonha, mesmo ainda no início da sua ocupação, tanto entre os colonos quanto no que tange aos indígenas. Não sendo algo excludente ao casamento, e vice-versa¹⁵¹, o concubinato transparece em alguns documentos de registro civil na figura dos filhos naturais e ilegítimos. A existência destes chama atenção para o fato alertado por Brügger e que vale a pena ser enfatizado: além das questões políticas, econômicas e sociais nas quais o casamento se insere, a relação entre homens e mulheres também visava “a satisfação de interesses pessoais, inclusive os de cunho afetivo e sexual”, podendo ser, em alguns casos, sem necessariamente ferir os interesses conjugais, mais vantajosa que o próprio casamento.¹⁵² Marcílio destaca o fato de que, no caso brasileiro, as famílias ilegítimas chegaram a representar cerca de 60% entre os livres, sendo, porém, menor o seu número na zona rural.¹⁵³

¹⁵⁰ Cartório de Registro Civil de Jequitinhonha-MG. Primeiro Livro de Registro de Casamentos de São Miguel de Jequitinhonha: 1888 – 1904, p. 133. Há outros casos em que a razão não parece estar assim tão clara. É o caso do lavrador Marinho Vieira da Rocha, 20 anos, filho de mãe Liberta, casada com Maria Luiza dos Anjos, 29 anos, também lavradora e filha de mãe liberta. A necessidade de uma companheira para dividir as dificuldades atravessadas pela vida pobre pode ter sido, neste caso, o grande motivador. Primeiro Livro de Registro de Casamentos de São Miguel de Jequitinhonha: 1888 – 1904, p. 004.

¹⁵¹ BRÜGGER, *op cit*, p. 121.

¹⁵² *Ibidem*, p. 122-123, 128.

¹⁵³ MARCILIO, Maria Luiza. Caiçara: terra e população – estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. 2ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 148-149

Voltando, porém, à posição eclesiástica, tem-se, por outro lado, o abrandamento em relação a alguns casos. Exemplos disso é a diminuição da intolerância em relação aos casamentos endogâmicos,¹⁵⁴ presentes também na documentação consultada, embora em número reduzido. Os casos de casamento entre parentes distantes e as relações de concubinato foram apenas algumas das estratégias utilizadas na articulação ou no fortalecimento familiar. Noutros momentos, percebe-se o entrelaçar de possíveis estratégias conjugais. Antes, porém, cabe destacar algumas questões que estão por detrás do próprio registro. Como se abordou no capítulo anterior, em inúmeros casos o escrivão se fazia presente em diversos povoados visando registrar ali inúmeros casamentos de uma só vez. Quantitativamente estes números são problemáticos, já que a maioria dos casamentos ocorria mesmo na sede distrital, ou seja, em São Miguel – geralmente na casa do juiz de paz ou de algum morador. Todavia, é possível constatar casos de casamentos registrados nas fazendas Sapucaia e do Córrego, em 1896; e nos povoados pertencentes a São Miguel do Jequitinhonha: Bonfim e Estiva, em 1905, e Rubim, de 19 a 21 de agosto de 1908. Embora estes deslocamentos ocorressem, é de se imaginar, porém, que pelo fato do número de visitas ser relativamente baixo, dificilmente atendessem à totalidade das uniões conjugais existentes em todas as áreas rurais ligadas a São Miguel. Não há certeza se haveria demanda, mas os inúmeros de atendimentos em cada um destes deslocamentos fortalecem a possibilidade desta existir. sem falar que o próprio ato de se retirar até estes locais, por si só, já reforça essa tese. Nestes casos onde há deslocamento, percebe-se que a relação conjugal já era uma prática, pendendo apenas o seu registro. Essa ideia é reafirmada por Sonia M. de Souza, alinhada com Sheila de Castro Faria, que aponta que este tipo de união aqui no Brasil era majoritária principalmente no meio rural.¹⁵⁵

Além das visitas às áreas rurais vizinhas, percebe-se que, mesmo na sede distrital, o registro não podia ser realizado em qualquer dia. É o que sugere o caso de algumas famílias, quando diversos irmãos aproveitavam a mesma oportunidade para registrar os seus casamentos, todos no mesmo dia ou período próximo - mesmo que, declaradamente, a maioria deles já estivesse há anos unidos não oficialmente. É o caso, por exemplo, dos três filhos de Zeferino Rodrigues do Nascimento e Anna Gertrudes do Jesus, todos casados num intervalo de oito dias, entre 24 de julho de 1910 e 1º de agosto do mesmo ano. Essa situação se repete com os quatro filhos de Victorio Barboza de Souza e Maria Luiza de Jesus, casados todos em 30 de dezembro de 1909. Além destes, o mesmo ocorre com os filhos de Valério Ferreira da

¹⁵⁴ SOUZA, Sonia Maria de. *Terra, Família e solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)*, Bauru, SP: EDUSC, 2007, p. 281.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 257.

Silva e Victorina Maria de Jesus; Victorio Martins dos Santos e Umbelina Maria de Jesus; Virgílio Rebeldino Pinto Coelho e Maria Georgina Pinto Coelho; Zeferino Rodrigues de Oliveira e Maria Vicência de Jesus; Licínio Pereira da Costa e Maria Rosa da Costa; José Victorio Ferreira e Pulqueria Maria de Jesus – além de outros inúmeros casos que ocupariam mais de uma dezena de linhas deste trabalho.

Cabe ainda ressaltar algumas questões a respeito destes casamentos em bloco. É possível que a oficialização do casamento de vários irmãos ao mesmo tempo ocorresse porque a família havia se mudado recentemente para a região. É possível pensar essa hipótese a partir do momento em que se observa o fluxo migratório. Casos que fortalecem esta afirmação também são facilmente encontrados ao longo dos registros, sendo esta a situação, por exemplo, dos dois filhos de Antonio Barbosa Lima e Francisca Maria de Jesus, ambos naturais de Salinas e casados somente em São Miguel do Jequitinhonha, em período próximo, porém distintos.¹⁵⁶ Embora já amplamente confirmado por inúmeras pesquisas, outro ponto importante de ser considerado é o que remete a uma comum utilização do casamento como estratégia de melhoria social – e às vezes também econômica. Sendo a escolha do cônjuge tarefa da família,¹⁵⁷ ela não foi prática somente de uma ou outra camada econômica, mas algo independente de condição social, embora com particularidades em cada um dos casos.

O casamento de Carlota Maria da Cunha com o filho do tenente Bilizario da Cunha Mello deve ter significado uma tranquilidade para o seu pai, o alferes Antonio da Cunha Peixoto. Além de Carlota, aparentemente casada dentro do mesmo ciclo familiar, o alferes Antônio buscou ampliar os seus laços através da união do seu filho Accurcio da Cunha Peixoto com Presciliana das Virgens Pereira, filha do Juiz de Paz Ramiro Silverio Pereira, futuro coronel e presidente da Câmara Municipal, após a emancipação política de São Miguel do Jequitinhonha, em 1911.¹⁵⁸ O alferes ainda se vinculou à localmente prestigiada família Lucena através do casamento de seu outro filho, Carlos, com Ivicta Maria de Lucena. Ademais, o sogro de Carlota Maria da Cunha - filha do alferes -, Ramiro Silvério Pereira, também se casou com Alice Lucena Ferreira. Por sua vez, Ramiro, não perdeu a oportunidade de se articular externamente, ao casar a sua filha Rosa das Virgens Pereira, de 17 anos, ainda estudante “normalista”, com o médico Lamberto Reis de Athayde, natural de Santa Isabel de

¹⁵⁶ Cartório de Registro Civil de Jequitinhonha-MG. Primeiro Livro de Registro de Casamentos de São Miguel de Jequitinhonha: 1888 – 1904, p. 053v e 054v. Registros datados de 29/07/1893 e 01/09/1893.

¹⁵⁷ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Estratégias matrimoniais entre a população livre de Minas Gerais: Catas Altas do Mato Dentro, 1815-1850*. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú, 20-24 de Setembro de 2004, p. 2.

¹⁵⁸ Cartório de Registro Civil de Jequitinhonha-MG. Segundo Livro de Registro de Casamentos de São Miguel de Jequitinhonha: 1904 – 1909, p. 043v, 048v e 095v.

Paraguassu, Bahia, filho do capitão Modesto Cipriano de Atayde.¹⁵⁹ Desta forma, além de firmar um entrelaço entre as elites locais, fechando-as entre si, os laços matrimoniais não deixaram de articular as famílias noutras localidades.

Não se aprofundará ainda mais nos vínculos entre as elites locais pelos inúmeros trabalhos que têm sido produzidos em Minas Gerais nos últimos anos para os séculos XVIII e XIX - trabalhos que fortalecem a existência de diversas táticas utilizadas por estas elites a partir do próprio casamento e, principalmente, a partir dos seus filhos. As uniões conjugais citadas acima não foram os únicos exemplos a serem encontrados na documentação, mas os casos especialmente citados visam apenas comprovar o fortalecimento de uma elite em São Miguel do Jequitinhonha, que, embora quase integralmente ruralizada, em condições econômicas relativamente tímidas, e consideravelmente à margem da administração central, utilizou-se intensamente das relações conjugais visando de fortalece-se econômica e politicamente. Estas relações refletiriam diretamente na organização política adotada nos municípios durante a Primeira República, ou “República Velha”. Neste instante, estes coronéis que se constituíam no Médio Jequitinhonha tiveram grande prestígio local.¹⁶⁰ Os vestígios desta época ainda são perceptíveis na política atual de quase todas as cidades da região, e muitos destes líderes ainda dão nome a ruas, escolas e demais prédios públicos.

Não menos conhecidas, embora talvez careçam de melhor estudo se comparadas ao grupo anterior, são as estratégias empreendidas pelos indivíduos de nomes e patrimônios mais singelos. Não limitados somente pelos laços de parentescos consanguíneos, este segundo grupo também utilizou estratégias conjugais de forma bastante comum. Os registros conjugais que demonstram a relação criada entre duas ou mais famílias de lavradores refletem a realidade daqueles indivíduos, majoritariamente miscigenados e profundamente marcados pela constante migração, ocorrida de geração em geração, em busca de melhores condições de vida. Como se vê na Tabela 7, entre os 692 homens que aparecem nos registros de casamento, 33,67% são nascidos em São Miguel, sendo que, destes homens, 67,38% se casam também com mulheres da mesma localidade. Apenas 13,74% deles se casam com mulheres de outro município ou da Bahia.

¹⁵⁹ Cartório de Registro Civil de Jequitinhonha-MG. Primeiro Livro de Registro de Casamentos de São Miguel de Jequitinhonha: 1888 – 1904, p. 085v.

¹⁶⁰ No entanto, a pesquisa de Martins Filho demonstra que, apesar de serem poucos os políticos do Médio Jequitinhonha que chegaram a possuir alguma notabilidade política no cenário estadual durante a Primeira República, a força clientelista de diversos políticos de Minas, constituída também com grande força na região, colaborou para a obtenção de diversos privilégios (MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. *O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)*. Belo Horizonte: Crisálida/ICAM, 2009, p. 158-167).

Para o caso das mulheres, entre as nascidas em São Miguel, a busca por homens de fora do município foi maior, pois 26,42% delas buscaram se articular com famílias de outros municípios. Não há, porém, informação suficiente que confirme se estas mulheres de São Miguel, ou mesmo os homens, se mudavam do distrito depois de casados. Para o caso da localidade aqui estudada, é necessário ampliar o recorte temporal e as fontes da análise antes de confirmar algo a esse respeito.

Estudando Ubatuba-SP, na transição dos séculos XVIII e XIX, Marcílio afirma:

Notamos que significativa proporção dos jovens, que se casava na vila e nela permanecia, vinha de fora de Ubatuba: 38%. Mas as mulheres, embora com menor mobilidade espacial, ainda sim, em 13,7% das que se casaram e ficavam em Ubatuba, nela não haviam nascido.¹⁶¹

No caso de São Miguel do Jequitinhonha, já na transição do século XIX para o XX, não se encontram mulheres “com menos mobilidade espacial”, pelo contrário. Embora grande parte dos cônjuges se casasse com pessoas da mesma localidade, o número de mulheres nascidas em São Miguel e casadas com homens de fora, representou praticamente o dobro do que é encontrado entre os homens. Portanto, possivelmente, o destino delas estivesse diretamente relacionado às estratégias familiares, já que, mais do que os homens, estas noivas nascidas em São Miguel estiveram envolvidas em casamentos com noivos de outras localidades. Percebe-se, ainda, que a mobilidade feminina é consideravelmente superior àquela encontrada por Marcílio, para o caso de Ubatuba.

Tabela 7							
Origem dos cônjuges (Destaque para os naturais de São Miguel de Jequitinhonha)							
Local de nascimento	Origem do cônjuge	Homens	% relativa	% Total	Mulheres	% relativa	% Total
No distrito/freguesia de São Miguel	De São Miguel	157	67,38%	-	157	47,15%	-
	Do mesmo município	44	18,88%	-	88	26,43%	-
	De outro município	16	6,87%	-	46	13,81%	-
	Da Bahia	16	6,87%	-	42	12,61%	-
	Total	233	100,00%	33,67%	333	100,00%	48,12%
No mesmo município	-	229	-	33,09%	206	-	29,77%
Em outro município	-	115	-	16,62%	79	-	11,42%
Na Bahia	-	115	-	16,62%	74	-	10,69%
Total Geral		692	-	100,00%	692	-	100,00%

Fonte: Cartório de Registro Civil de Jequitinhonha-MG: Livros de Registro de Casamentos de São Miguel do Jequitinhonha: 1889 – 1910.

¹⁶¹ MARCILIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população – estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. 2ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 169-170.

Ao contrário do que encontramos em relação à naturalidade dos indivíduos residentes em São Miguel do Jequitinhonha, no caso destas famílias unidas através do casamento dos seus filhos, mais da metade delas criaram laço conjugal com famílias oriundas de outro local. Portanto, a exogamia geográfica foi consideravelmente comum em São Miguel, estando possivelmente relacionada à tentativa de ampliar as relações e, em alguns casos, de melhoraria das condições de vida.¹⁶² Analisando esse ponto a partir da Tabela 7, vê-se que, dos 692 registros, apenas 233 foram de homens nascidos em São Miguel do Jequitinhonha. No caso feminino, somente em 333 casamentos as mulheres eram nascidas em São Miguel. Mesmo no caso das mulheres, mas principalmente entre os homens, a maioria dos noivos que registraram civilmente o seu casamento eram pessoas vindas de fora e casadas também com pessoas oriundas de outras localidades, como afirmado há pouco. Este é o caso, por exemplo, do filho e da filha de Simão Leão da Silva e Minervina Maria de Jesus. Ambos eram naturais da Bahia e casados com baianos de nascimento, porém, de cidade diferente daquelas de nascimento dos filhos de Simão e Minervina. O filho era lavrador e a filha ocupada com costura, o mesmo ocorrendo com os seus cônjuges, também ocupados nas mesmas atividades. Ambos os cônjuges eram filhos dos mesmos pais. Ou seja, este caso mostra uma possível relação estratégica entre duas famílias que uniram seus filhos através do voto conjugal. Esta relação poderia até ser atribuída ao acaso se não fosse reforçada por diversos outros registros que apresentam condição similar.¹⁶³

Além dos baianos, outros nascidos em Itinga, Santa Rita, São Pedro, Rio Pardo e outras localidades, embora residentes em São Miguel do Jequitinhonha, também buscaram casar-se entre si. Esta sugestiva relação estratégica de recorrer aos grupos próximos visou criar condições de melhoria de vida e segurança em meio a uma região em plena expansão demográfica. Como o próprio exemplo citado revela, há casos de casamentos realizados entre pessoas que nasceram em locais distintos, sendo que nenhum deles era natural de São Miguel do Jequitinhonha. Na maioria destes casos, embora os cônjuges não fossem da mesma localidade, eram de regiões próximas, podendo inclusive já haver alguma relação anterior ao casamento - Informações estas de difícil comprovação somente a partir dos registros aqui consultados. Porém, a possibilidade de que muitos destes casais já estivessem vivendo em união conjugal, apenas oficializada em São Miguel do Jequitinhonha, reforça a ideia de que,

¹⁶² É o caso, por exemplo, dos pais: Custodio José Fernandes e Plinia Maria dos Anjos, que cederam a mão de suas filhas aos noivos, que, embora residentes em São Miguel, eram provenientes da Serra do Anastácio, Bahia.

¹⁶³ Outros exemplos em: Cartório de Registro Civil de Jequitinhonha-MG. Primeiro Livro de Registro de Casamentos de São Miguel de Jequitinhonha: 1888 – 1904, p. 117; Segundo Livro de Registro de Casamentos de São Miguel de Jequitinhonha: 1904 – 1909, p.42v, 43; 128v, 129; Terceiro Livro de Registro de Casamentos de São Miguel de Jequitinhonha: 1909 – 1910, p.24, 24v. São alguns outros exemplos observados.

ao se casar, vários noivos migravam em busca de melhores condições de vida.¹⁶⁴ Neste momento, como se viu no Gráfico 3, São Miguel põe-se como o destino de muitos migrantes.

Os filhos de mães libertas pela lei imperial de 1888 também se fazem presentes na documentação. Alguns estudos demonstram que os laços de parentesco já vinham sendo estabelecidos por escravos ainda em cativeiro, mostrando-se como importante estratégia para o momento em que não mais pudessem contar com os seus ex-senhores. A constituição de uma família por escravos e libertos colaborava na melhoria e na divisão do trabalho necessário para a sua sobrevivência.¹⁶⁵ Nos poucos casos de libertos encontrados, especialmente nos primeiros registros do primeiro livro, logo após a lei de 1888, todos são declaradamente filhos naturais, ou seja, ilegítimos por parte de pai. Estes poucos, lavradores e casados com mulheres também ocupadas com a lavoura, possivelmente passavam por situações semelhantes à dos demais lavradores citados acima, utilizando-se de estratégias similares para garantir sua sobrevivência. O baixo número de libertos ou filhos de libertos encontrados fortalece a tese do baixo número de cativos na região. Motivo que, ao que parece, talvez seja até uma das principais razões pelo pouco interesse por estudos demográficos sobre a região. Há um caso, entretanto, relativo à presença dos cativos, digna de nota. Trata-se do caso de “Antoninho cego”. Como o próprio nome já diz, ficou cego havia mais de 10 anos, de acordo com o relato do declarante. Antoninho, era residente da freguesia de São Miguel do Jequitinhonha, e fora escravo de Juvenato Antunes de Oliveira, possivelmente morador da região. Depois de liberto, vivia de seu trabalho em casas de família, pilando arroz, café e “fazendo todo trabalho que lhe for possível fazer sendo cego”¹⁶⁶. Antoninho, juntamente com quilombolas ou outros poucos nomes que surgem nos casamentos e óbitos, demonstra a presença cativa na região¹⁶⁷, colaborando para que fosse ainda mais complexa a miscigenação cultural que vinha constituindo o Médio Jequitinhonha. Enfim, é bem possível que a condição de filho de liberta também não fosse algo amplamente divulgado pelos cônjuges, principalmente aqueles que vinham de fora.

¹⁶⁴ SOUZA, Sonia Maria de. *Terra, Família e solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – juiz de Fora (1870-1920)*, Bauru, SP: EDUSC, 2007, p. 283.

¹⁶⁵ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007, p.285-287; SLANES, Robert W. *Na senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹⁶⁶ Cartório de Registro Civil de Jequitinhonha-MG. Primeiro Livro de Registros Civil de Óbito de São Miguel de Jequitinhonha: 1888 – 1919, p. 15.

¹⁶⁷ Outras informações sobre os quilombolas na região: CAMARGO; Pablo Matos; GOMES, Nilma Lino; SANTOS, Maria Elisabete Gontijo dos. *Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI: História e resistência*. Belo Horizonte: Autêntica/CEDEFES, 2008, 113-174.

3.8 - Ocupação

Como já trabalhado no capítulo anterior, no período republicano a condição de cor é normalmente substituída pela atividade profissional.¹⁶⁸ Esta última esteve frequentemente presente em quase todas as testemunhas, cônjuges e falecidos registrados. Normalmente, as análises de demografia histórica empreendidas tendem a priorizar o debate acerca das condições econômicas e da distribuição das terras. Infelizmente, este empreendimento não seria corretamente realizado somente a partir da documentação aqui utilizada, pois faltam outras fontes, principalmente os registros de compra e venda e inventários. A inexistência destes últimos – pelo menos até então não localizados – pode ser um considerável empecilho para o estudo sobre as condições econômicas do Médio Jequitinhonha durante o período do Império e das primeiras décadas da República. No entanto, as informações coletadas ao longo desta pesquisa podem trazer indicativos a respeito da economia local, fortalecendo ou contrabalanceando perspectivas.

Viu-se no primeiro capítulo o papel fundamental que o comércio externo teve no desenvolvimento demográfico e econômico do Médio Jequitinhonha, principalmente na região de caatinga. Os povoados localizados nas matas do Médio Jequitinhonha, porém, intensificam seu crescimento somente a partir da queda deste fluxo comercial. Ao que parece, a importância do comércio com a Bahia para abastecer o norte de Minas, o Alto Jequitinhonha e o Mucuri perdeu sua força a partir do momento em que estas regiões passaram a ter condições viáveis para obter produtos também do centro de Minas e das províncias paulista e fluminense. As próprias matas do Jequitinhonha, já no início da República, tiveram sua dinâmica modificada a partir do início da construção da estrada que ligou a região à estação de Urucu, da linha férrea Bahia-Minas, próxima à cidade de Teófilo Otoni. Neste momento, a Bahia ainda representa o ponto mais próximo e barato para obtenção de alguns itens básicos, o que justifica a ainda intensa atividade comercial existente. Mas, este comércio realizado anteriormente através das canoas, passou agora a se ocupar cada vez mais com o comércio inter-regional, limitando-se especialmente ao deslocamento entre a caatinga e as matas.¹⁶⁹

Neste momento, o crescimento interno dos povoados e fazendas parece sustentar satisfatoriamente um considerável comércio empreendido na região. No entanto, isso não significa dizer que estes negociantes focavam somente a atividade comercial, pois a

¹⁶⁸ Mais sobre a ausência de cor: BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007, p. 296-298.

¹⁶⁹ Este fluxo mais inter-regional pode ser observado pelos relatos dos canoeiros, presentes no trabalho de: GUERRERO, Patrícia. “*Canoa não é força, é opinião*”: o Vale do Jequitinhonha contato e cantado por canoeiros. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2000, p. 73.

documentação demonstra que a atividade agrícola se tornou a principal entre os residentes de São Miguel do Jequitinhonha. Isso significa que os moradores da região também não se limitavam apenas a uma ou outra atividade, já que, como sugere a tabela a seguir, são inúmeros os casos de pessoas - citadas na documentação em momentos distintos - que ao longo da vida trocavam ou acumulam diversas ocupações. O mesmo acúmulo profissional é encontrado por Martins Filho em relação às elites mineiras também no começo da República, assim como em inúmeros outros trabalhos com foco noutros períodos.¹⁷⁰ A tabela a seguir demonstram as diversas atividades que eram exercidas em São Miguel do Jequitinhonha, muitas vezes de forma paralela:

Tabela 8 - Lista de ocupações declaradas			
Ocupação(ões)	Nº de casos	Ocupação(ões)	Nº de casos
Advogado	1	Fazendeiro; Ferreiro; Negociante	1
Alfaiate	6	Fazendeiro; Lavrador	19
Alfaiate; Artista	1	Fazendeiro; Lavrador; Negociante	6
Alfaiate; Fazendeiro	1	Fazendeiro; Lavrador; Solador	1
Alfaiate; Lavrador	1	Fazendeiro; Militar	1
Alfaiate; Negociante	1	Fazendeiro; Negociante	14
Artista	5	Ferreiro	13
Artista; Ferreiro	1	Ferreiro; Negociante	2
Artista; Negociante	3	Fogueteiro Pirotécnico	1
Artista; Pedreiro	1	Funileiro; Picheleiro	1
Artista; Sapateiro	1	Jornaleiro	3
Cabelereiro	1	Lavrador	533
Cabelereiro; Seleiro	1	Lavrador; Negociante	12
Cabelereiro; Caldeireiro; Tijeleiro	1	Lavrador; Sapateiro; Negociante	1
Caldeireiro	1	Marceneiro; Negociante	1
Canoeiro	5	Médico	2
Carpinteiro	19	Militar	1
Carpinteiro; Fazendeiro; Lavrador	1	Negociante	143
Carpinteiro; Lavrador	1	Negociante; "Oficial de Couro"	1
Carpinteiro; Negociante	2	Negociante; Pedreiro	1
Cirurgião Dentista	1	Negociante; Picheleiro	3
Cocheiro; Negociante	1	Negociante; Sapateiro	1
Comerciante	3	Negociante; Seleiro	1
Comerciante; Fazendeiro; Negociante	1	Normalista	2
Comerciante; Ferrador; Lavrador	1	Oficial de Couro	1
Comerciante; Jornaleiro; Negociante	1	Ourives	3
Costureira	242	Pedaleiro	1
Costureira; Doméstica	1	Pedreiro	6
Doméstica	305	"Photografo"	1

¹⁷⁰ MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. *O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política* (1889-1930). Belo Horizonte: Crisálida/ICAM, 2009, p. 151; CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da História: Lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. 2 ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009, p. 77-79; MARCILIO, Maria Luiza. *Caçara: terra e população – estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. 2ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2006, p.156-160.

Empregado do Comércio	7	Pintor	1
Empregado Público	6	Professor Público	2
Empregado Público; Empregado do comércio; Negociante	1	Promotor do Distrito	1
Empregado Público; Fazendeiro; Negociante	2	Sapateiro	11
Empregado Público; Lavrador	3	Sapateiro; Seleiro	1
Empregado Público; Negociante	6	Seleiro	3
Empregado Público; Professor Público	1	Seleiro; Negociante	1
Farmacêutico	3	Tropeiro	1
Fazendeiro	50	Vaqueiro	10
Fazendeiro; Negociante	1	Outros não identificados	5
Fazendeiro; Ferreiro	1	TOTAL	1503

Fonte: Cartório de Registro Civil de Jequitinhonha-MG. Livro de Registros Civil de Óbito e Livros de Registro de Casamentos de São Miguel do Jequitinhonha: 1889 – 1910

Como se pode observar, entre os residentes na freguesia ou distrito de São Miguel do Jequitinhonha, 1503 indivíduos têm a sua ocupação declarada. Em parte considerável dos casos, o indivíduo é declarado exercendo mais de uma atividade. Em pouquíssimas oportunidades se declararam múltiplas ocupações de uma só vez. A realização deste quadro, foi possível pelo cruzamento das informações fornecidas ao longo dos anos. Isso sugere que mesmo as pessoas que aparecem exercendo atividade única poderiam, na verdade, também se ocupar, mesmo que num futuro próximo, de atividades diferentes daquelas que aparecem exercendo. É de se imaginar ainda que, por exemplo, a ocupação de vaqueiro também exigisse o cultivo da terra.

O mesmo pode ocorrer em relação à atividade comercial, já que a produção camponesa, além da própria subsistência, possivelmente também visava encaminhar algum excedente para o comércio ou troca nos mercados locais.¹⁷¹ Afinal, precisavam “extrair de sua produção um excedente para adquirir dos artesãos ou do exterior os produtos e serviços” que não podiam produzir”, como ferramentas, vestuário, sal e até mesmo para pagar impostos.¹⁷² Entretanto, o número de negociantes declarados é algo destacável, confirmando a importância que a atividade comercial continuou tendo grande importância na região, embora agora voltada mais à crescente demanda regional. Assim como o reduzido número de canoeiros, apresentados no Gráfico 7, sugere a relativização da importância desta atividade para o comércio da região, fortalecendo ainda mais a ideia que, neste período, é o comércio por terra, em direção ao caminho da região central de Minas Gerais, mas principalmente para as crescentes regiões do Mucuri e Doce, que realmente mantém o fluxo comercial e abastece os mercados locais, justificando assim, o número de negociantes. Nas requisições e petições

¹⁷¹ CASTRO, *op cit*, p. 63

¹⁷² MARCILIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população – estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. 2ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 36

encaminhadas ao prefeito de Jequitinhonha, já entre 1930 e 1936, inúmeros moradores declaram a sua presença nos livros de impostos do município, sendo que, na maioria dos casos, empenhados no comércio e fabricação de aguardente ou na compra e venda de gado.¹⁷³ Especificamente em relação a atividade agropecuária, vemos ainda que a Bahia se mantinha como grande parceira dos residentes na região, e com relação em intenso crescimento. Esta conexão é comprovada inclusive pelo interesse dos residentes de São Miguel em participar de feiras de gado na Bahia, como evidencia a edição de 1913 do jornal *O Indígena*.¹⁷⁴

Também é possível recuperar as atividades declaradas pelas mulheres. Embora a maioria dos estudos demográficos realizados neste período ou em data anterior se proponha apenas a analisá-las quando são arrimo de família, no caso de São Miguel do Jequitinhonha pôde-se perceber que quase a metade delas consta como exercendo a atividade de costura. Este aspecto se assemelha ao observado por Sônia Maria de Souza ao analisar as estratégias de sobrevivência camponesas em Juiz de Fora, de 1870 a 1920. A autora observa a participação direta de mulheres e crianças no processo produtivo, mesmo que as mulheres se declarem exercendo atividades domésticas.¹⁷⁵ É possível que este número de costureiras esteja ligado direta ou indiretamente à existência da fábrica de Tecidos de Itinga, que atuou durante grande parte do período recortado nesta pesquisa. Não se pode confirmar, porém, devido aos limites impostos pelas fontes, que tais mulheres colaboravam diretamente no sustento da família trabalhando fora de sua morada.

Visando facilitar a análise da tabela acima, o Gráfico 7 e a Tabela 9 propõem sintetizar as ocupações declaradas ao longo dos registros. O gráfico dispõe claramente a superioridade numérica dos ocupados com as atividades rurais e do comércio, já comentadas acima. Além destas, a soma das demais atividades não se iguala nem mesmo à dos ocupados com o comércio, segunda atividade mais declarada. No entanto, em alguns casos – a exemplos dos denominados “ofícios especializados” – a atividade comercial também deveria ser exercida para a venda do produto. No caso específico da Tabela 9, buscou-se separar as atividades rurais das demais:

¹⁷³ Documentação encontrada no: Arquivo da Prefeitura Municipal de Jequitinhonha: PMJ - 5/3 - Cx.1. Em relação à aguardente, “a cana-de-açúcar era o produto [beneficiado] que mais era processado e comercializado”, ainda no século XIX (MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice de Carvalho Cruz da. *Produção Econômica de Minas Gerais no século XIX*. V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. Caxambu: ABPHE, 2003, p. 25).

¹⁷⁴ Jornal *O Indígena*, p. 1; também o jornal: *O Radio*, edição de 1909, p. 2, que diz o seguinte: “(...) citaremos o grande aumento de gado que, em aumento desde 1901, continua sempre a alargar-se com tendencia a mais”. Ambos encontrados na Hemeroteca histórica de Belo Horizonte. O crescimento da pecuária na região também é reafirmado por toda bibliografia consultada.

¹⁷⁵ SOUZA, Sonia Maria de. *Terra, Família e solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)*, Bauru, SP: EDUSC, 2007, p. 279-28.

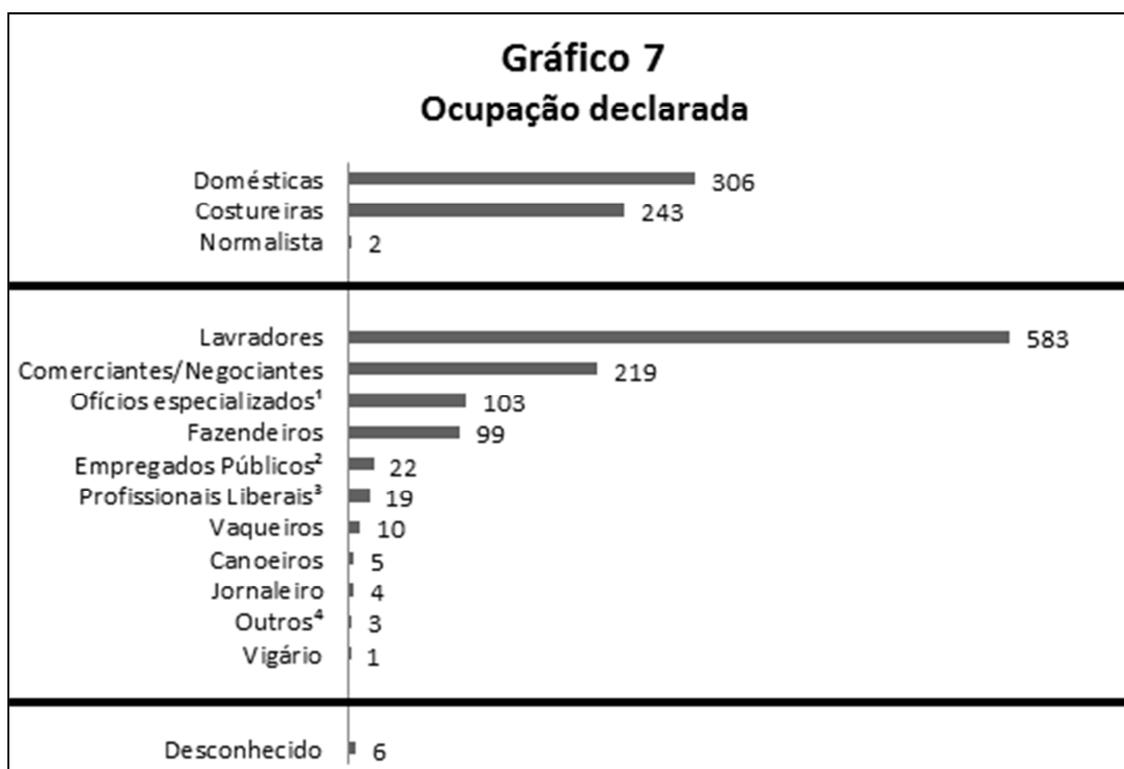


TABELA 9 - Ocupações rurais

Jornaleiros	4	Ocupações rurais
Vaqueiros	10	
Fazendeiros	99	
Lavradores	583	
Total	696	
Vigário	1	Outras ocupações
Outros ⁴	3	
Canoeiros	5	
Profissionais Liberais ³	19	
Empregados Públicos ²	22	
Ofícios especializados ¹	103	
Comerciantes/Negociantes	219	
Total	372	

¹ Alfaiate, Cabelereiro, Ferreiro, Pedreiro, Sapateiro, Seleiro, Solador, etc.

² Promotor, Professor público e "Empregado público"

³ Advogado(1), Artista (12), Dentista(1), Farmacêutico(3) e Médico (2)

⁴ Fogueteiro(1) e Militar(2)

Fonte: Cartório de Registro Civil de Jequitinhonha-MG. Livro de Registros Civil de Óbito e Livros de Registro de Casamentos de São Miguel do Jequitinhonha: 1889 – 1910

Tratando especificamente das ocupações rurais, a análise da documentação demonstra uma distinção entre os fazendeiros e as 3 outras ocupações rurais. Os declarados fazendeiros aparentam estar em condição diferenciada dos demais que estavam envolvidos com a terra.

Esta condição distinta é reforçada pelo próprio vocabulário. O lavrador é aquele que cultiva terras próprias ou alheias, de forma direta ou indireta, mas ao seu risco. Para Souza, a questão da terra dos camponeses está diretamente ligada a quem a cultiva.¹⁷⁶ Já em relação ao conceito de fazendeiro, também se encontra uma intensa relação com o trabalho na terra, porém, acompanhada do objetivo de ajuntar bens (riquezas, dinheiro, cabedais).¹⁷⁷ Embora haja distinção entre os termos, é bem possível que os dois grupos estivessem, em grande parte, interligados através da relação de agregação, entendendo-a como estratégia de interesse para ambos os lados.¹⁷⁸

De acordo com Espindola, os motivos do Estado para fomentar o desenvolvimento nas matas do leste se pautava, prioritariamente, pelo desejo em fomentar riquezas naquela região, utilizando-a como alternativa à queda da mineração e como caminho mais curto para o mar, visando ainda facilitar e intensificar assim o comércio.¹⁷⁹ No então, ao que parece, a maioria dos que tiveram o Médio Jequitinhonha como seu destino não compartilhou deste objetivo. Percebe-se que, inicialmente, a preocupação da maioria destes pobres camponeses era encontrar local para que conseguissem produzir a sua subsistência, podendo, quem sabe, constituir e cuidar da família - que somente alcançaria melhores condições de vida se todos colaborassem com a sua mão de obra. Até mesmo pelo fato de que “as culturas de subsistência não são incluídas no rol das culturas dignas e enobrecedoras do homem”¹⁸⁰, é difícil imaginar que para estes migrantes - e também para os já residentes nas áreas rurais próximas -, em grande parte, formados por pobres lavradores, aventureiros, e em alguns casos flagelados pelas secas, se tornar rico fosse sempre o principal motivador de migração.¹⁸¹

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 282-283.

¹⁷⁷ A interpretação dos conceitos de lavrador e fazendeiro é feita a partir de: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino*: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.; PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira* - por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832; e *Diccionario Caldas Aulete*. Originalmente editado a partir de 1881. Disponível em <http://aulete.uol.com.br> e digitalmente oferecido em <http://www.auletedigital.com.br>. Acesso em 29 de setembro de 2011. Neste caso, especificamente, as duas últimas referências foram mais esclarecedoras.

¹⁷⁸ RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Agregação e poder rural nas fazendas do Baixo Jequitinhonha mineiro*. Unimontes Científica. Montes Claros, v.5, n. 2, Jul./ Dez, 2003, p. 4-6.

¹⁷⁹ ESPINDOLA, Haruf Salmem. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 103-104.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 89.

¹⁸¹ À exemplo do que demonstra Andrade em relação aos descobrimentos e entradas em Minas Gerais nos séculos XVII e XVIII, a abundância econômica nem sempre foi o principal motivador dos aventureiros. Muitas vezes, outros interesses se sobrepujam aos ganhos econômicos, mesmo entre os bandeirantes, na maioria dos casos, membros das elites. ANDRADE, Francisco Eduardo. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e estrada nos sertões do ouro da América portuguesa*, Belo Horizonte: Autêntica Editora: Editora PUC Minas, 2008. O trabalho de Souza com os camponeses da Zona da Mata mineira também demonstra a luta daqueles pela simples sobrevivência e obtenção do acesso à terra cultivável (SOUZA, Sonia Maria de. *Terra, Família e solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – juiz de Fora (1870-1920)*, Bauru, SP: EDUSC, 2007). Obviamente, o desejo de enriquecimento parece estar bem presente na

Não é possível imaginar que a atividade agrícola tenha se iniciado somente com a chegada destes novos migrantes, ou mesmo com a intensificação da pecuária ou do comércio. Como já apresentado no primeiro capítulo, desde os primeiros anos de ocupação das matas, a plantação de itens de subsistência tem sido uma das principais ocupações para a manutenção da população naquela região. Em sintonia com as condições observadas no Brasil, estas atividades inicialmente “resultaram do processo de destribalização dos grupos indígenas e da sua fusão com ex-escravos africanos ou até mesmo com pobres brancos”.¹⁸² Tendo este processo se iniciado, porém, há mais de três séculos no Brasil, talvez estes pobres que adentraram as matas do Jequitinhonha durante o século XIX já estivessem, em sua maioria, bastante miscigenados.

3.9 - Grau de Instrução

Por fim, há ainda alguns dados que complementam a reflexão realizada nesta pesquisa. O Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1920, analisou o grau de instrução de moradores da então “Villa Jequitinhonha”. Nesta oportunidade, foi exposto que, dos 22 moradores entrevistados, nenhum deles sabia ler ou mesmo escrever - realidade muito próxima àquela encontrada na maioria dos municípios brasileiros. Na documentação analisada, entre 1889 e 1910 foi regra o fato de as testemunhas saberem assinar, com apenas quatro exceções. No entanto, a melhor forma de analisar o grau de instrução desta população seria excluindo as testemunhas da análise e atentando-se somente aos cônjuges e declarantes dos óbitos, pois estes aparentemente poderiam “ser qualquer um”, sem nenhuma exigência prévia. A partir destas premissas, obtém-se o seguinte resultado:

Tabela 10 - Assinantes e não assinantes						
Registros	Sabem assinar			Não sabem assinar		
	1889-1900	1901-1910	Média	1889-1890	1901-1910	Média
Cônjuges (casamentos)	16,75%	25,31%	42,06%	22,31%	35,63%	57,94%
Declarantes (óbitos)	35,50%	18,34%	53,85%	29,59%	16,57%	46,15%
Média Geral			47,95%			52,05%

Total consultado: 1303 indivíduos

Fonte: Cartório de Registro Civil de Jequitinhonha-MG. Livro de Registros Civil de Óbito e Livros de Registro de Casamentos de São Miguel do Jequitinhonha: 1889 – 1910

história, porém, esta noção de que a qualquer momento é possível ficar rico é algo muito mais consistente de ser pensado dentro do desenvolvimento capitalista vivido pela contemporaneidade, e nem mesmo entre nós, ele se põe como desejo de todos.

¹⁸² DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. Uma história da vida rural no Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, p. 48.

As informações do Recenseamento Geral condizem com a situação encontrada em São Miguel do Jequitinhonha durante a primeira metade do século XIX. Afinal, é comum encontrar na correspondência de Marlière constantes pedidos de um professor para São Miguel. Quase um século depois, no período que abrange o levantamento documental realizado nesta pesquisa, foi possível encontrar apenas um professor público atuando por vez. Outro professor só aparece na documentação a partir do momento em que o anterior passa a constar como já falecido. Ou seja, dentro desta realidade, é difícil entender como praticamente metade da população local sabia escrever o próprio nome. Estes dados possibilitam ainda um aprofundamento sobre o tema, podendo-se distinguir as diferenças entre homens e mulheres, ou mesmo, o grau de letramento destes indivíduos a partir da sua própria assinatura.¹⁸³ Isso exigiria, inclusive, para que houvesse boa fundamentação, uma ampliação na documentação e bibliográfico sobre a região. No entanto, a enorme disparidade entre os resultados do recenseamento e os assinantes nesta documentação levantam mais considerações sobre quem é este público que participa e aparece na documentação cartorária. A continuidade da análise colaboram as reflexões acerca do que será tratado nas considerações finais, descritas a seguir.

Considerações finais

O processo de povoamento do Médio Jequitinhonha ocorreu num longo espaço de tempo, com determinados picos entre a região das caatingas e a das matas. Em prol desta última, a melhoria de acesso por estradas terrestres que definiu a economia e a cidade de Araçuaí foi a responsável pelo aumento na concentração populacional e pelo crescimento econômico nas matas do Jequitinhonha. Como foi possível observar, apesar de ocupar, indiscutivelmente, lugar importante na história dos povoados que se constituíram nas matas do Médio Jequitinhonha, a navegação pelo rio não ocupou papel fundamental para o seu desenvolvimento, pelo menos não no mesmo nível observado nos povoados das caatingas do Médio Jequitinhonha. O comércio com a Bahia interessou ao norte mineiro e à grande parte da antiga região mineradora do Jequitinhonha somente até a construção de alternativas terrestres. A partir da chegada da linha férrea Bahia-Minas, o rio passou a não ocupar o

¹⁸³ Como é feito em: CARVALHO, Pedro. Eduardo. A. “Minas de Babel: ortografias e práticas administrativas no Termo de Mariana 1813 – 1853”. In: *II Seminário Dimensões da Política na História: a política das letras*, 2008, Juiz de Fora. Anais do II Seminário Dimensões da Política na História: a política das letras, 2008; CARVALHO, Pedro. Eduardo. A. *Escrever e publicar gramáticas no Império Luso-brasileiro 1770 -1813. Crátulo: Revista Discente de Estudos Linguísticos e Literários*, v. 1, p. 122-132, 2009.

mesmo papel para o abastecimento local, e esta mudança refletiu diretamente na cidade de Araçuaí, que observou o seu acentuado declínio já na década final do século XIX.

No mesmo momento em que foi construída a estrada que ligava São Miguel do Jequitinhonha à estação férrea de Urucu, a demografia e a economia dos povoados da região das matas começou de fato a se expandir. Além dos diversos fatores que vieram ocupando o Médio Jequitinhonha, ainda no século XVIII, há outros dois principais: a intensificação agropecuária do norte mineiro, que veio se expandindo em direção ao Jequitinhonha, e a grande leva de baianos que enxergaram nas matas um lugar para consolidar o seu futuro e o da sua família. Entretanto, ao contrário do que os recenseamentos do final do século XIX e começo do XX propõem, mais da metade dos residentes em São Miguel eram nascidos lá mesmo; portanto, já estavam na região no período anterior ao momento em que se diz ter havido esta grande explosão demográfica.

A soma dos residentes locais com as levas de migrantes do norte de Minas e da Bahia construiu um espaço de imensas possibilidades de melhorias sociais. As novas famílias, fossem elas de posses ou não, utilizaram-se intensamente de estratégias conjugais, aproveitando-se da expansão demográfica e das crescentes possibilidades econômicas da região para melhorar ou amenizar as suas condições de vida. A soma dos diversos grupos residentes na região foi responsável por constituir uma sociedade amplamente miscigenada e diretamente ligada ao trabalho agrícola. Após este crescimento demográfico, havendo agora mais pessoas para consumir, o comércio com a Bahia, através de canoas, voltou também a ganhar força, mas não mais como no momento anterior, em que atendia grande parte das regiões norte e nordeste de Minas, e também levava alguns alimentos produzidos em Minas.

A explosão demográfica, porém, pode não ter sido do tamanho sugerido pela interpretação dos dados dos recenseamentos gerais realizados no século XIX, em comparação com o realizado em 1920. A grande diferença nos números pode também ser um reflexo das características de ocupação daquela região e do desconhecimento da administração mineira central em relação a real condição de vida existente naqueles rincões. Esta diferença é mais um alerta em relação às limitações das fontes. Não obstante o observado nas fontes consultadas, é importante ainda enfatizar as limitações dos registros civis, enfatizadas principalmente a partir do resultado no grau de letramento encontrado. Estes dados, comparados com o que se observa no contexto mineiro e brasileiro daquele período, fazem indagar sobre em que medida grande parte dos que foram registrados na documentação não representariam uma parte mais elitizada e/ou “urbanizada” da população. Este alto número de letrados sugere a possibilidade de grande número de indivíduos ainda estarem num grau de

isolamento ainda maior, embrenhados pelas matas do Jequitinhonha, tendo a sua origem e condições de vida pouco conhecidos.¹⁸⁴ No entanto, os dados obtidos são responsáveis por oferecer informações preciosas para melhor se conhecer os que constituíram a população residente nas matas do Jequitinhonha, em especial em São Miguel, no início do período republicano.

Antes mesmo de se debruçar sobre as reações desta miscigenada sociedade residente nos rincões de Minas frente às inovações do positivismo comtiano - orientador da nova ordem republicana -, é preciso conhecer melhor quem foram estes indivíduos que constituíram parte da sociedade mineira. Região que contrapõe-se com inúmeras especificidades em relação à formação observada em grande parte das demais regiões mineiras. Embora Minas estivesse no centro das questões políticas da Primeira República, num constante intercalar com São Paulo, o nordeste mineiro parece ter sido mantido à margem, sendo atingido somente pelas políticas de nível nacional, mas não pelas locais, que tanto beneficiaram outras regiões mineiras.

Sabendo do extremo esforço que tem sido feito na reconstituição da população e das famílias que viveram nos séculos XVIII e XIX, as regiões norte e nordeste de Minas não podem ficar de fora deste movimento. O discurso sobre a necessidade do alargamento das fontes parece ecoar sem encontrar muitos ouvidos dispostos a escutar. A realidade apresentada neste estudo em relação à não abrangência das listas nominativas e à quase total inexistência de fontes paroquiais é motivo de sobra para alimentar o comodismo de alguns historiadores. Os sertões do estado clamam por estudo. Espera-se que este trabalho represente pelo menos um tijolo, na construção de algo maior a respeito do nordeste mineiro.

¹⁸⁴ Os sertanejos vindos fugidos das secas ou de outras dificuldades, e que podem ter se estabelecido a partir de qualquer agregado ou se apossado de alguma terra, podem engrossar ainda mais a porcentagem de migrantes observados neste estudo.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1 – FONTES

1.1 – DOCUMENTAÇÃO CARTORÁRIA

1.1.1 – Cartório de Registro Civil de Jequitinhonha-MG (“Cartório Zemar”: Registro Civil das pessoas naturais e anexos: tabelionato de protestos, títulos e documentos e pessoas jurídicas)

Primeiro Livro de Registros Civil de Óbito de São Miguel do Jequitinhonha: 1888 – 1919.

Primeiro Livro de Registro de Casamentos de São Miguel do Jequitinhonha: 1888 – 1904.

Segundo Livro de Registro de Casamentos de São Miguel do Jequitinhonha: 1904 – 1909.

Terceiro Livro de Registro de Casamentos de São Miguel do Jequitinhonha: 1909 – 1910.

1.1.2 – Arquivo da Prefeitura de Jequitinhonha

Correspondências do executivo, 1931-1935: PMJ - 5/3 - Cx. 1

1.2 – FONTES IMPRESSAS

1.2.1 – *Revista do Arquivo Público Mineiro*

Revista do Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto: Imprensa Oficial, v. 2, 1897.

Revista do Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto: Imprensa Oficial, v. 3, 1898.

Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 10, 1905.

Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 11, 1906.

Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 12, 1907.

1.2.2 – Jornais Impressos

Hemeroteca histórica de Belo Horizonte - Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa

O NORTE. N. 33, ano II, Villa de Fortaleza, 21 de Março de 1915.

O RADIO. N. 4, ano I, Fortaleza, 6 de agosto de 1905.

O RADIO. N.160, ano V, Fortaleza, 17 de setembro de 1909.

Arquivo da Prefeitura de Jequitinhonha

Cópia do Jornal O JEQUITINHONHA, N. 32, ano I, Villa de Jequitinhonha, 30 de agosto de 1914.

1.3 - Leis e Decretos

Lei Provincial de 13 de julho de 1857

Lei de 11 de setembro de 1861
Lei Provincial de 1º de julho de 1871
Lei Provincial nº 1870 de 21 de setembro de 1871
Decreto 9886 de 7 de Março de 1888
Decreto 181 de 24 de Janeiro de 1890

2 – BIBLIOGRAFIA

- ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros na primeira metade do século XIX*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *História Demográfica: Recuperando sociabilidades no passado*. In: Tarcísio Rodrigues Botelho (org.). *História Quantitativa e serial no Brasil: um balanço Goiânia*: ANPUH-MG, 2001, p. 27-43.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Estratégias matrimoniais entre a população livre de Minas Gerais: Catas Altas do Mato Dentro, 1815-1850*. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú, 20-24 de Setembro de 2004. Disponível em: http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=434&nivel=3. Acesso em: 05 de Setembro de 2011.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.
- CAMARGO; Pablo Matos; GOMES, Nilma Lino; SANTOS, Maria Elisabete Gontijo dos. *Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI: História e resistência*. Belo Horizonte: Autêntica/CEDEFES, 2008, p. 113-174.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Camponeses, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. A história agrária como uma experiência de pesquisa*. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org.). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002, p. 19-38.

- CARDOSO, Ciro Flamarion S; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história*. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.
- CARRARA, Ângelo Alves. *A capitania de Minas Gerais (1674-1835): um modelo de interpretação de uma sociedade agrária*. In: *História econômica & História de empresas*, v.3, n.2, 2000.
- CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais: produção e Mercado interno de Minas Gerais (1674-1807)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.
- CARRARA, Ângelo Alves. *Para além de Minas e currais (e de Minas Gerais): Ensaio de caracterização da divisão regional mineira; séculos XVIII e XIX*, Juiz de Fora, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. “Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi”. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.
- CARVALHO, Teóphilo Feu de. *Comarcas e termos: criações, supressões, restaurações incorporações e desmembramentos de Comarcas e Termos, em Minas Geraes (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1922.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da História: Lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. 2 ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009.
- COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Com estudo histórico da divisão Territorial e Administrativa. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.
- CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira; PAULA, João Antônio de. *História Econômica e Regionalização: Contribuição a um Desafio Teórico-Metodológico*. Est. econ., São Paulo, v. 38, n. 3, Julho-setembro, 2008, p. 493-524.
- CUNHA, Euclídes da. *Os Sertões: campanha de canudos*, 35.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- DEL PRIORE, Mary. *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Campus. Rio de Janeiro, 2000.
- DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- ESPINDOLA, Haruf Salmem. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Território e geopolítica nas Minas Gerais do século XIX*. Cad. Esc. Legis., Belo Horizonte, v. 11, n. 16, jan./jun., 2009. p. 71-88
- HALFELD, Henrique Guilherme Fernando; TSHUDI, Johann Jakob von *A provincial de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de estudos históricos e culturais, 1998.

- FERREIRA, André Velloso Batista. *A formação da rede de cidades do Vale do Jequitinhonha-MG*. 140f. Dissertação de Mestrado em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.
- FERREIRA, André Velloso Batista; MATOS, Ralfo (org.). Síntese da formação histórica do Vale do Jequitinhonha. In.: *Reestruturação Sócio-Espacial e Desenvolvimento Regional do Vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: UFMG/ICG/LESTE, V. 1, 1999
- FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2. ed. Revisada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRANÇA, Júnia Lessa. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8. ed. - Belo Horizonte: ed. UFMG, 2009.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 23. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1984.
- GODOY, Marcelo Magalhães; PAIVA, Clotilde Andrade. Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos de População*. vol.27 nº.1 São Paulo Jan./Jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982010000100010. Acesso em: 19/07/2011.
- GUERRERO, Patricia. *“Canoa não é força, é opinião”*: o Vale do Jequitinhonha contato e cantado por canoeiros. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2000.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- JARDIM, Maria Nelly Lages. *O Vale e a Vida: história do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1998.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformações e Trabalho em uma Economia escravista: Minas Gerais no Século XIX*. São Paulo: brasiliense, 1988.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. *Possibilidades da história comparada no Brasil*. A história agrária como uma experiência de pesquisa. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org.). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002. p. 141-150.
- KANTOR, Iris. Do imposto a etiqueta: conflitos de jurisdições no processo de implantação do bispado de Mariana em Minas Gerais (1948), In.: GONÇALVES, Andréa Lisly;

- OLIVEIRA, Ronald Polito de (org.). *Temo de Mariana II: história & documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 2004.
- MAIA, Cláudia de Jesus. *Lugar e Trecho: Migrações, gênero e reciprocidade em comunidade camponesa do Jequitinhonha*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2004.
- MARCILIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população – estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. 2ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.
- MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. *O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)*. Belo Horizonte: Crisálida/ICAM, 2009.
- MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice de Carvalho Cruz da. *Produção Econômica de Minas Gerais no século XIX*. V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. Caxambu: ABPHE, 2003.
- MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais [1837]*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, Vol. 1, 1981.
- MATTOS, Izabel Missagia de. *“Civilização e Revolta”*: povos Botocudos e indigenismo missionário na Província de Minas. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1977.
- MORENO, Cezar. *A colonização e o povoamento do baixo Jequitinhonha no século XIX: A guerra contra os índios*. Belo Horizonte: Canoa das Letras, 2001.
- NADALIN, Sergio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004.
- PAIVA, Clotilde de Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de doutoramento em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.
- PAULA, João Antonio de. *O Prometeu no Sertão: Economia e sociedade da capitania das Minas dos Matos Gerais*. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1988.
- OTONI, Teófilo. *Notícias sobre os Selvagens do Mucuri*. (Org. Regina Horta Duarte). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- PEREIRA, Laurindo Mékie. *História de uma “história”*: ensaio sobre o pensamento regionalista norte-mineiro. XVIII Encontro Regional de História: ANPUH/SP –

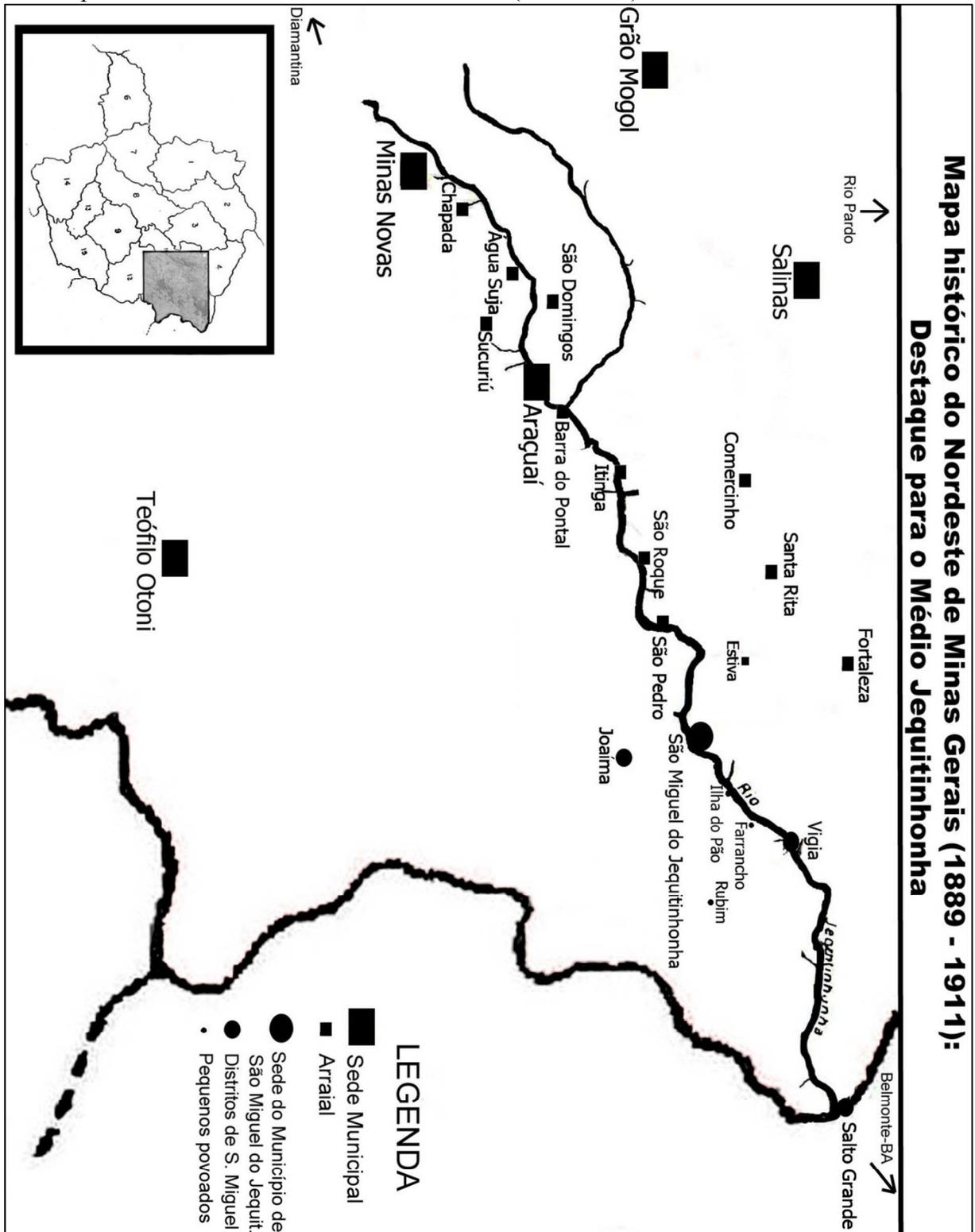
- UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XVIII/pdf/ORDEM%20ALFAB%20C9TICA/Laurindo%20M%E9kie%20Pereira.pdf>. Acesso em: 07 de Setembro de 2011.
- PEREIRA, Leopoldo. *O Município de Araçuaí*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1969.
- PIMENTA, Demerval José. *Caminhos de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial 1971.
- PINTO, José Claudionor dos Santos. *Memórias de Itinga*. Itinga, MG: Centro Cultural Escrava Feliciano, [200-].
- PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira* - por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.
- PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fio de vida: tráfico internacional e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.
- POEL, Francisco Van Der. Ofm. *Bibliografia do Jequitinhonha e Outras Coisas de lá*. Belo Horizonte: IOF, 1986.
- POHL, Johann Emanuel. *Viagem pelo interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- RESENTE, Maria Efigênia Lage. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo RPM (1889-1906)*. Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1982.
- RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentio brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Tese de doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2003.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães. As histórias da terra do Jequitinhonha e Mucuri. In: *Lembranças da Terra: histórias do Mucuri e do Jequitinhonha*. Contagem: CEDEFES, 1996. p. 17-40.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Agregação e poder rural nas fazendas do Baixo Jequitinhonha mineiro*. Unimontes Científica. Montes Claros, v.5, n. 2, Jul./ Dez, 2003.
- ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política de Minas Gerais: memória histórica da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

- SANTIAGO, Luís Carlos Mendes. *Terra Almenarense: capítulos da história de Almenara: Edições da Vigia*, 2004.
- SANTIAGO, Luís Carlos Mendes. *O Vale dos Boqueirões: História do Vale do Jequitinhonha*. Almenara: Edições Boca das Caatingas, Vol. 1, 1999.
- SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. 4. ed. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. Tese de doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2010.
- SENNA, Nelson de. *Anuário de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano II, 1909.
- SAHLINS, Marshall. *História e Cultura: apologia a Tucídides*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SILVA, Maria da Conceição. *Catolicismo e casamento civil na Cidade de Goiás: conflitos políticos e religiosos (1860-1920)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.23, n°.46, 2003.
- SILVA, Marcos A. (Org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil. Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SOUZA, João Valdir Alves de. *Igreja, educação e práticas culturais: a mediação religiosa no processo de produção/reprodução sociocultural na região do médio Jequitinhonha mineiro*. 360f. Tese de doutorado em História e Filosofia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.
- SOUZA, João Valdir Alves de. *Igreja, escola e comunidade: elementos para a História Cultural do Município de Turmalina*. Montes Claros; Ed. Unimontes, 2005.
- SOUZA, João Valdir Alves de. *Mineração e Pecuária na definição do quadro sociocultural da região do termo de Minas Novas*. In: SOUZA, João Valdir Alves de; HENRIQUES, Márcio Simeone (org.). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 25-70.
- SOUZA, Sonia Maria de. *Terra, Família e solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – juiz de Fora (1870-1920)*, Bauru, SP: EDUSC, 2007.

- STAPHORST, Frei Sabino. OFM. *Vinte e Cindo anos no Brasil*: comemoração do jubileu de prata da presença dos Franciscanos Holandeses no Brasil. Belo Horizonte: Editora Promoção da família, 1985.
- SPIX, Johann Batist von; MARTIUS, Karl Friederich. *Viagem pelo Brasil*: 1817-1820. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.
- VIANNA, Urbino. *Bandeiras e Sertanistas bahianos*. São Paulo: CIA editora Nacional, 1935.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. 4. Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- VELLOSO, André. MATTOS, Ralfo. *A rede de cidades do Vale do Jequitinhonha nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Geonomos, v.5, p.49-60, 1998.
- VIERA FILHO, Raphael Rodrigues. *Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX*. São Paulo: Annablume, 2010.
- VILLALTA, Luiz Carlos. O cenário urbano em Minas Gerais Setecentista: outeiros do Sagrado e do Profano. In.: *Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: Editora da UFOP. Vol. 1, 1998.
- VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão*: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Editora Ática, 2000.

APÊNDICE

A – Mapa histórico do Nordeste de Minas Gerais (1889-1911)



O mapa foi preenchido com base na divisão territorial de Minas Gerais apresentada no Anexo 1, e construído a partir do cruzamento de dados dos Dicionários de topônimos citados nas fontes e através das imagens de satélite fornecidas pelo Google Maps e Google Earth.

Escala 1: 20.000.000.

ANEXOS

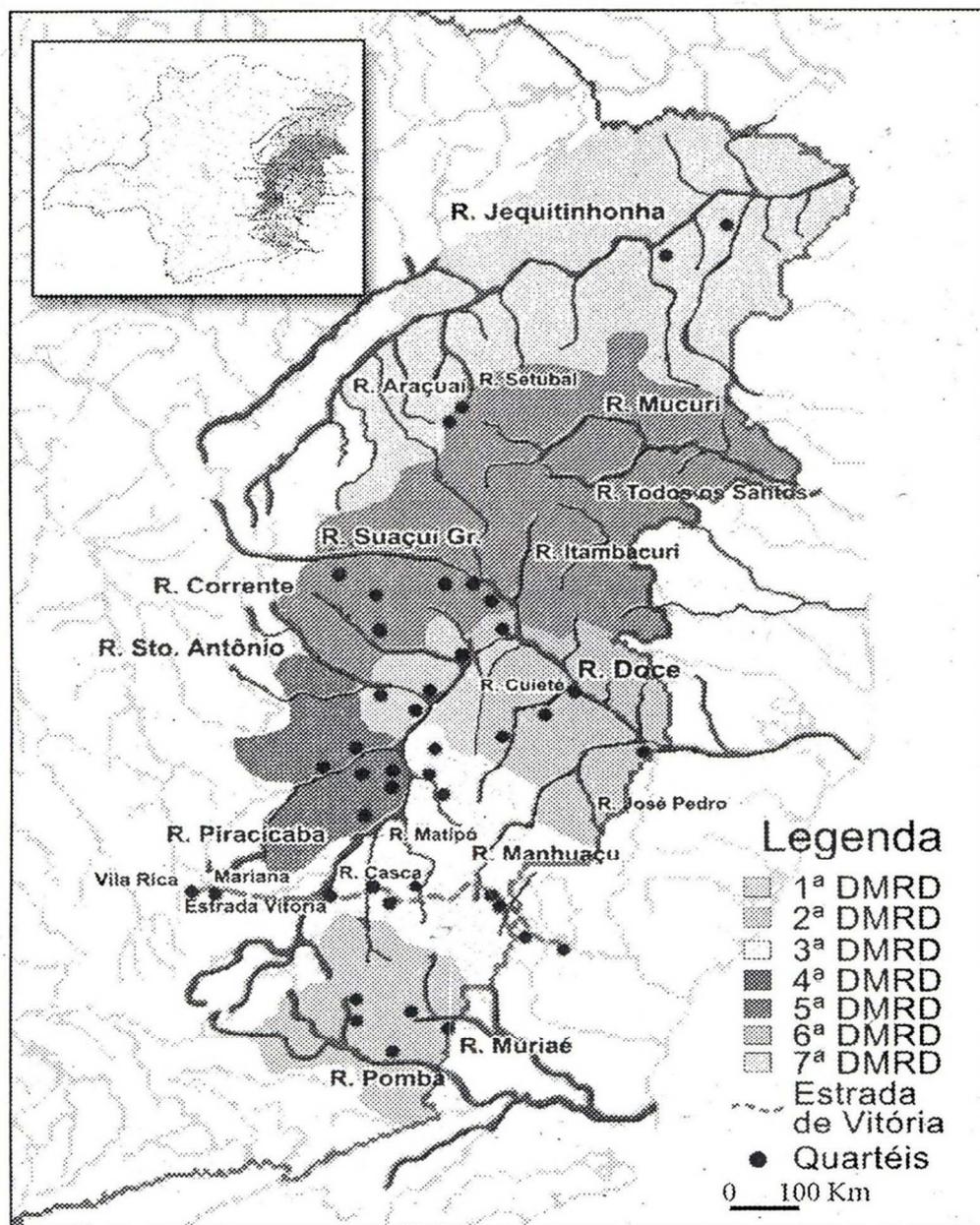
1 – Divisão Política de Minas Gerais



FONTE: MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. *O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)*. Belo Horizonte: Crisálida/ICAM, 2009, p. 5.

2 – Áreas de ocupação e locais dos quartéis das 7 Divisões militares (1808-1831)

Minas Gerais – Áreas de ocupação e locais dos quartéis das divisões militares do rio Doce (1808-1831)⁶²



A área de cada divisão do rio Doce foi delimitada tendo como base o Mapa Estado de Minas Gerais – Divisão por Microrregiões Geográficas e Hidrografia (1996), IBGE.

62 Para determinar as áreas de atuação das divisões militares do rio Doce foram utilizados os documentos da Junta de Conquista na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 10, p. 382-668, 1905; v. 11, p. 3-254, 1906; v. 12, p. 409-603, 1907.

3 – População de Minas Gerais (1890-1930)

População de Minas Gerais por região anos selecionados										
	1890		1900		1910		1920		1930	
	Número	%Total pop.	Number	%Total pop.						
Mata	611.791	19,1	695.006	19,3	886.305	20,3	1.165.585	19,8	1.546.273	20
Sul	627.341	19,6	703.999	19,5	934.324	21,4	1.239.418	21	1.623.091	21
Metalúrgica	612.711	19,2	642.671	17,8	622.048	14,2	719.190	12,2	952.702	12,3
Campo das Vertentes	271.618	8,4	317.786	8,8	307.302	7	390.863	6,6	503.348	6,5
Médio Jequitinhonha	44.347	1,3	49.601	1,3	90.066	2	160.315	2,7	207.772	2,7
Alto Jequitinhonha	204.981	6,4	229.467	6,3	229.654	5,2	231.892	3,9	260.531	3,3
Mucuri	13.222	0,4	15.038	0,4	50.551	1,1	163.199	2,7	211.503	2,7
Rio Doce	86.052	2,6	98.885	2,7	215.537	4,9	428.562	7,2	591.224	7,6
Itacambira	144.771	4,5	150.886	4,1	185.094	4,2	226.301	3,8	289.677	3,7
Alto São Francisco	176.730	5,5	193.234	5,3	210.743	4,8	351.386	5,9	440.191	5,7
Alto-Médio São Francisco	33.367	1	73.837	2	100.642	2,3	149.444	2,5	208.801	2,7
Montes Claros	85.393	2,6	119.182	3,3	118.088	2,7	139.892	2,3	186.204	2,4
Paracatú	46.621	1,4	48.188	1,3	53.938	1,2	60.215	1	64.112	0,8
Alto Paranaíba	163.023	5	183.647	5	227.344	5,2	245.265	4,1	333.070	4,3
Triângulo	75.598	2,3	81.038	2,2	123.320	2,8	212.766	3,6	275.737	3,5
Total	3.197.926		3.602.465		4.354.956		5.884.293		7.694.226	

Fonte: MG, Secretaria de Agricultura, Departamento de Estatística e Publicidade, *Anuário Demográfico de Minas Gerais, Ano III. 1933. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1935. pp 14-20, 71-106*

FONTE: MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. *O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)*. Belo Horizonte: Crisálida/ICAM, 2009, p. 246, Apêndice B.

4 – População dos remanescentes do município de Araçuaí (1890-1950)

MUNICÍPIOS E DISTRITOS	1890	1920	1940	1950
ARAÇUAÍ	43.909	160.315	201.429	271.204
Araçuaí (1857)	13.337	16.372	20.042	23.842
Novo Cruzeiro (1923-1943)	---	8.271	9.494	28.581
Itinga (1840-1943)	15.604	12.171	13.882	18.992
Virgem da Lapa (1813-1948)	9.132	10.782	14.484	18.161
Carai (1911-1948)	---	9.746	9.003	15.202
Medina (1877-1938)	---	9.746	9.003	15.202
Comercinho (1877-1948)	---	19.338	22.405	22.995
Jequitinhonha (1850-1911)	4.060	27.384	23.803	18.926
Joáima (1911-1948)	---	12.395	13.420	22.540
Almanara (1880-1938)	---	19.864	23.962	30.534
Rubim (1923-1943)	---	---	8.195	22.866
Jacinto (1938-1943)	---	---	18.102	19.574
Salto da Divisa (1840-1948)	1.776	15.009	7.477	9.318
Jordânia (1938-1948)	--	---	9.036	10.718
MINAS GERAIS	3.184.099	5.888.174	6.736.416	7.717.792
% Araçuaí/MG	1,379	2,722	2,990	3,514

IBGE: Censo Demográfico do Estado de Minas Gerais – 1890.

IBGE: Minas Segundo o Recenseamento de 1920 (principais resultados censitários sobre a população, a agricultura, a pecuária e a indústria). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1924.

As datas entre parênteses se referem à criação do distrito e à emancipação político-administrativa do município.

FONTE: SOUZA, João Valdir Alves de. *Mineração e Pecuária na definição do quadro sociocultural da região do termo de Minas Novas*. In: SOUZA, João Valdir Alves de; HENRIQUES, Márcio Simeone (org.). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos*. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 60-61.